

LÍVIA QUINQUIOLO

**MIGRAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES NO VALE DO ARAGUAIA
– MT**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA, MINAS GERAIS

2016

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

Q7m
2016

Quinquiolo, Lívia, 19-
Migração e configuração das territorialidades no Vale do
Araguaia-MT / Lívia Quinquiolo. – Viçosa, MG, 2016.
vii, 170f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.159-166.

1. Geografia humana - Araguaia (MT). 2. Migração.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Rural. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 304.2

LÍVIA QUINQUIOLO

**MIGRAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES NO
VALE DO ARAGUAIA-MT**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

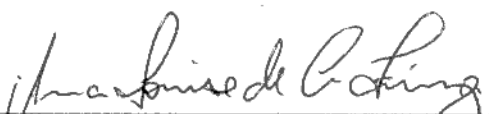
APROVADA: 23 de junho de 2016.



Leonardo Civile



Douglas Mansur da Silva



Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Orientadora)

Dedico este trabalho aos migrantes do Araguaia, que assim como eu, tiveram que ir para o Mato Grosso em busca de seus sonhos e objetivos, também dedico aos indígenas que sofreram e ainda sofrem neste processo de colonização.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente ao Departamento de Economia Rural ao fomento da Cnpq no qual não teria sido possível esta pesquisa. A UFV e a Viçosa por estes sete anos bem vividos pessoal e academicamente. Aos professores do Departamento que iniciaram os meus estudos sobre Ciências Sociais e Geografia Ambrósio, Sheila, Leonardo e Douglas. Aos funcionários da secretaria, principalmente a Romildo e Helena.

À professora/ orientadora/ mãe Ana Louise pela paciência e cuidado nas correções, incentivo, orientações minuciosas e riquíssimas, além de conselhos que me ajudaram muito nesta trajetória acadêmica e pessoal. Agradeço também a minha família, aos meus pais Silvana e Roberto pelo apoio, preocupação e cuidado com esta fase estressante de trabalho, a minha tia Elvita por todo o suporte e carinho emocional durante toda a vida e especialmente ao tio Neuso pelo apoio nas pesquisas e também por ter se disponibilizado a ir a Barra do Garças comigo e entrevistar os migrantes. À vovó Mariana que mesmo ausente, esteve presente no início de tudo isso. Ao meu primo Carlos por ser um irmão pra mim sempre que eu preciso. À família Gerar- Grupo de Estudos de Agricultura e Ruralidades que motiva, ensina, compartilha conhecimentos, amizades e que deixaram as tardes de sexta mais interessantes e produtivas.

À família que formamos em Viçosa, meus amigos Krisna, Crismeire, Sérgio pelos desabafos, festas e trabalhos compartilhados. Aos amigos do DER, principalmente da Extensão Rural: Bruno, Bruno Fonseca, Márcia, Geusa, Camelo, Manu, Vasco, Nilson Pri, Luiz, Pedro, Aline, Amábile, Alan, Hada e especialmente ao Gabriel (Macaúba) um dos primeiros membros da geração de mato-grossenses que conheci e que foi essencial para o meu trabalho. Aos amigos de SEC 09 especialmente a Bárbara, que mesmo a distância sei que estavam todos torcendo por mim. Aos amigos colombianos pelos momentos divertidos *compartidos*.

Finalmente, agradeço a todos que me receberam com muito carinho, paciência e atenção em Barra do Garças durante minha pesquisa de campo, principalmente aos funcionários do Inera e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que indicaram muitos entrevistados.

RESUMO

QUINQUIOLO, Livia. M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2016. **Migração e configuração das territorialidades no Vale do Araguaia – MT.** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Esta pesquisa buscou analisar a existência de territorialidades formadas durante os fluxos migratórios desde a década de 1940 no Vale do Araguaia, localizado no estado do Mato Grosso. O conceito de territorialidades explica que eles são formados a partir das relações de poder, da maneira que o indivíduo se apropria ou domina determinado espaço. A apropriação trata-se da simbologia, identidade e cultura inserida no local por seus habitantes, enquanto que a dominação refere-se ao modo como os atores sociais utilizam o território, de um ponto de vista econômico. Essas relações de poderes acabam por produzir identidades, que podem ser temporárias ou permanentes. Outro conceito destacado nesta pesquisa foi o entrelaçamento entre a migração e a formação de redes, pois o processo migratório para o Araguaia teve grande influência das redes familiares e contatos pessoais, que acabam por fornecer informações seguras sobre o local de destino. As redes também se destacaram pois formaram uma divisão cronológica e identitária dos fluxos migratórios, o que acabou gerando as territorialidades. O Araguaia também é conhecido por Vale dos Esquecidos devido aos seus problemas socioeconômicos como: conflitos fundiários e desigualdades regionais. A região é dividida em três sub-regiões o Alto, o Médio e o Baixo Araguaia, sendo que o Alto concentra os migrantes sulistas e apresenta os maiores índices de desenvolvimento e também a produção agrícola da região, o Médio concentra os migrantes do Sudeste e Centro-Oeste e a produção pecuária e o Baixo concentra os migrantes do nordeste e norte do país e os maiores índices de desigualdades e problemas relacionados a conflitos. A pesquisa pode ser caracterizada por explicativa-descritiva, com relação à abordagem do problema foi de natureza qualitativa e quantitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos para a realização do estudo foi escolhido o município de Barra do Garças, por ter sido a base da colonização do Vale do Araguaia e pela maior diversidade de grupos de migrantes. A coleta de dados foi realizada a partir da narrativa de entrevistas em profundidade, que aproxima-se de uma conversa com os entrevistados, onde foi questionado aos migrantes sua história de vida referente a migração para o Araguaia. A amostra da pesquisa foi escolhida por seleção racional, ou seja, a partir dos objetivos e a hipótese da pesquisa. A população entrevistada caracterizou-se por migrantes idosos, das cinco regiões do Brasil sendo um total de trinta e cinco entrevistados. Os dados foram analisados a partir do *software* Alceste que realiza uma análise de discurso estatística através da distribuição das formas lexicais. Para a análise do estudo levou-se em consideração as dimensões socioeconômicas e socio culturais. Conclui-se que ainda existem territorialidades no Araraguaia, que são principalmente aquelas relacionadas à atividade econômica. A partir da análise as características dos grupos de migrantes foi de que quanto maior o capital social: as regras, normas, solidariedade e o sentimento de pertencimento desenvolvido por determinado grupo, maior será a tendência a formação de territorialidades, ainda que temporários, em um determinado espaço.

ABSTRACT

QUINQUIOLO, Livia. M.Sc., Federal University of Viçosa, June, 2016. **Migration and configuration of territorialities in the Araguaia Valley. - MT.** Academic Advisor: Ana Louise de Carvalho Fiuza.

This research aimed to analyze the existence of territorialities formed during migration since the 1940s in the Araguaia Valley, located in the state of Mato Grosso. The concept of territorialities explains that they are formed from the power relations, the way that the individual appropriates or dominates certain space. The appropriation is the symbolism, identity and culture inserted in place for its inhabitants, while the domination refers to how social actors use the territory, from an economic point of view. These power relations end up producing identities, which can be temporary or permanent. Another concept highlighted in this research was the intertwining of migration and the formation of networks in this process since the migration process for the Araguaia had great influence of family and personal contacts networks, which ultimately provide reliable information about the destination. Networks were also important because formed a chronological division and identity of migratory flows, which has generated the territorialities. The Araguaia is also known as Valley of the Forgotten because of their socio-economic problems such as land disputes and regional inequalities. The region is divided into three sub-regions Upper, Middle and Lower Araguaia. The Upper Araguaia presents a high concentration of southerners migrants and has the highest development indexes and also the agricultural production in the region, the Middle concentrates migrants from Southeast and Midwest and livestock production and Lower focuses northeast migrants and north of the country and the highest rates of inequality and problems related to conflicts. The research may be characterized by explanatory descriptive, regarding the problem of approach was qualitative and quantitative. Regarding the methodological procedures for the study was the city of Barra do Garças chosen because it was the basis for the colonization of the Araguaia Valley and the greater diversity of migrant groups. The Data collection was conducted from in-depth interviews narrative, approaching a conversation with respondents, which was asked to migrants your life story regarding coming to the Araguaia, from the narratives the questions are direcionados baseados with the research objectives. The survey sample was chosen by rational selection, based on the objectives and hypothesis of the research. The population interviewed was characterized by elderly migrants, from the five regions of Brazil with a total of 35 people. The data were analyzed using the software ALCESTE which performs a statistical analysis of speech through the lexical forms of the distribution. For the analysis of the study took into account the socioeconomic and socioeculturais dimensions. It was concluded that there are still territorialities in Araguaia, which are mainly those related to economic activity. From the analysis of the characteristics of migrant groups was that the greater the social capital: rules, standards, solidarity and a sense of belonging developed by certain group, the greater the tendency to formation of territoriality, albeit temporary, in a given space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I Contextualização e delimitação do problema	4
II Relevância do tema estudado	8
III Objetivos de pesquisa	9
IV Caracterização da pesquisa	9
V Hipótese	10
VI Organização dos capítulos	10
Capítulo I A INSERÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DAS REDES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE TERRITORIALIDADES NO VALE DO ARAGUAIA	12
1.1 A migração e suas motivações	12
1.2 O papel das redes e do capital social no processo migratório	17
1.3 Campo de possibilidades e projetos de vida	26
1.4 Território de identidade e territorialidades	29
1.5 Conclusões do capítulo	35
Capítulo II PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
2.1 Barra do Garças: o local da pesquisa	37
2.2 População e amostra	41
2.3 Método de coleta e análise dos dados	43
2.4 A memória de “velhos” como fonte da investigação	48
2.5 Limitação dos métodos e coleta de dados	51
2.6 A trajetória do trabalho de campo	52
Capítulo III BARRA DO GARÇAS.....	54
3.1. Os garimpos, as Expedição Roncador Xingu e a Fundação Brasil Central	55
3.2 A Fazenda Suiá-Missu e a SUDAM	60
3.3 A vinda da Cooperativa 31 de março, Copercol até Coopercana	63
3.4 Da estagnação de Barra do Garças a pólo educacional	70
3.5 A influência das políticas de colonização	70
3.6 Conclusões do capítulo.....	77

CAPÍTULO IV: OS GRUPOS DE MIGRANTES SE ENCONTRAM NA TERRA DAS OPORTUNIDADES E DO MEDO	80
4.1 A representação do outro e de si mesmo	80
4.1.1 Caracterização dos migrantes gaúchos	80
4.1.2 Caracterização dos migrantes da região Sudeste	89
4.1.3 Caracterização dos migrantes das regiões Norte e Nordeste	93
4.1.4 Caracterização dos migrantes da região Centro-Oeste	97
4.1.5 A ocupação dos “espaços vazios” a visão dos migrantes sobre os indígenas	103
4.2 As motivações para migrar: o papel das redes na formação dos territórios.....	110
4.3 O significado do Araguaia para os migrantes	115
4.4 Conclusões do capítulo	117
CAPÍTULO V: A FORMAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES NO ARAGUAIA	120
5.1 As dimensões socioeconômicas dos migrantes materializadas nas territorialidades no Araguaia	122
5.2 As dimensões socioculturais das territorialidades do Araguaia	138
5.3 A representação atual do Araguaia: os principais problemas apontados pelos seus moradores	146
5.4 Conclusões do capítulo	151
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
7 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	159
APÊNDICES	167
A- Roteiro guia de perguntas para a entrevista em profundidade	167
B- Termo de consentimento livre e esclarecido	169

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar como ocorreu a formação sociocultural do Vale do Araguaia, conhecido também como “Vale dos Esquecidos” ou “Araguaia Xingu”. A hipótese a ser verificada nesta dissertação foi a de que se constituiu nesta região do Araguaia Xingu a formação de territorialidades ligadas à origem étnica dos migrantes que para lá se deslocaram. A região chama a atenção devido às características que a singularizam em relação a forma como ocorreu a colonização de outras regiões do Brasil, no que se refere ao tempo recente em que se deu o seu povoamento inter-étnico.

Localizada na região Centro-Oeste do Brasil, no Estado do Mato Grosso a região do Araguaia Xingu é formada por 25 municípios e subdivide-se em três regiões: Alto, Médio e Baixo Araguaia. A região faz parte da Amazônia Legal, criada pela Lei nº 1.803 de janeiro de 1953. No que se refere a sua população, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), apontou que o número de habitantes do Araguaia Xingu era de 276.901, com uma densidade populacional de somente 1,5 hab/km². Metade da população da região concentra-se nos municípios mais desenvolvidos economicamente: Barra do Garças, Água Boa, Nova Xavantina, Canarana, Confresa e Vila Rica. Um quinto da população vive na cidade de Barra do Garças, a oitava maior cidade do estado, com 55.000 habitantes. O Vale do Araguaia, cuja área equivale a 18% do Estado do Mato Grosso, apresenta um índice de ruralidade de 32%, quase o dobro do restante do estado, sendo que para cada habitante do Araguaia existem 20 cabeças de gado (AXA, 2012).

A população do Araguaia constitui-se de migrantes brasileiros, a maioria fugidos da pobreza de suas terras natais, buscando através da marcha para o oeste novas oportunidades de vida. A migração na região começou a partir da atividade garimpeira de diamantes no Rio Garças na década de 1940, feita principalmente por migrantes nordestinos e nortistas, posteriormente, pela exploração territorial apoiada pelo governo federal realizada por meio dos Irmãos Villas Boas, que estavam à frente do programa “Marcha para o Oeste”, durante o Estado Novo. Com este programa, o presidente Getúlio Vargas objetivava a interiorização do país, com a ocupação dos espaços vazios e das fronteiras. Entretanto, o processo de colonização desconsiderou o fato da região ser habitada por Índios de vários grupos, como: os Tupis, os Carajás, os Xavantes, entre

outras. Posteriormente, no início da década de 1950, com incentivos fiscais do governo através da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) ocorreu a chegada dos migrantes paulistas, mineiros e goianos. O modelo de desenvolvimento econômico pensado para a região, a partir dos anos 60, baseou-se na criação extensiva de gado, com base em estruturas fundiárias de alta concentração (LINO, 2011).

Devido à crise fundiária sulista, ocorrida pela escassez de terras para a sobrevivência das famílias surgiram, também, os projetos de colonização particulares. Na década de 70, migrantes da região Sul vieram em busca de novas oportunidades “nos espaços vazios”. As políticas de incentivo fiscal facilitavam a compra de terras, maquinários e subsídios para que os colonos sulistas começassem a ocupar as terras e também a produzir, principalmente, nas terras localizadas na região do Alto Araguaia. A partir disto, esta região recebeu um grande fluxo de colonos sulistas que implementaram a agricultura na região, começando pela rizicultura e, posteriormente, pela soja. O resultado do modelo de desenvolvimento baseado na monocultura de cereais e na pecuária extensiva foi a intensa concentração de terra, de capital, a baixa densidade demográfica, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano e os constantes conflitos agrários entre posseiros, fazendeiros e tribos indígenas (AXA, 2012).

O território do Araguaia Xingu é considerado como uma “terra sem lei”, na qual ocorre posse ilegal de terras, especulação imobiliária, violência, migração forçada, dentre tantas outras questões, que justificam a denominação de “Vale dos Esquecidos” (GARBIN, 2006). Segundo Garbin (2006), apesar da intensa atividade agropecuária, parte significativa da população sofre com a falta de meios de sobrevivência, com a pobreza, o desemprego e com as relações de dependência e de subordinação. O autor ainda ressalta que, em várias partes do Estado, o crescimento e a institucionalização são vistos como uma espécie de ameaça ao poder político local, sendo comum que ocorram manifestações de alguns líderes locais contra as ações que procuram mediar demandas sociais e políticas públicas, reivindicadas pelas associações, sindicatos e outras instituições da sociedade civil organizada.

Em contrapartida aos problemas sociais do Vale o seu desenvolvimento econômico tem sido vertiginoso. A economia tem crescido cerca de 18% ao ano, devido ao *boom* das *commodities*, monopolizadas pela cadeia da pecuária e da soja, altamente

intensiva no recurso terra, com escasso valor agregado e escassa diversificação e dependência das oscilações dos preços internacionais (AXA, 2012). Exposto isto, destaca-se, principalmente, a maneira como foi colonizada a região. Cada grupo de migrantes trouxe consigo a sua cultura econômica e a implementou em um determinado território no Vale do Araguaia desenvolvendo-o economicamente. A vista disso, deve-se considerar a maneira como foi realizada a colonização e a cultura laboral de cada grupo de migrante e como eles influenciaram na formação de territorialidades.

Assim, este estudo está diretamente direcionado para compreender o processo de formação da região do Araguaia. Para tanto, adotou-se enquanto concepção de desenvolvimento, e o enfoque que valoriza o crescimento da economia assim como a qualidade de vida de sua população de Ulhaq (1995), Cernea (1995) e Amartya Sen (2000). Segundo UIHaq (1995) o desenvolvimento humano deveria estar associado ao desenvolvimento social e econômico, pois a economia deveria permitir uma igualdade social, aumentando o acesso das pessoas ao conhecimento, à saúde, à segurança, ao tempo livre e às liberdades políticas e sociais. O desenvolvimento econômico na sua visão deveria criar um vetor que permitisse com que as pessoas tivessem uma vida longa e saudável, ou seja a ampliação das opções humanas. UIHaq (1995) também explica que, o crescimento econômico é essencial para o desenvolvimento humano, principalmente, para erradicar a pobreza. No entanto, as políticas públicas seriam essenciais para direcionar o crescimento econômico para a vida das pessoas.

Cernea (1995) afirma que, a falta de projetos governamentais com conteúdos sociológicos voltados para o desenvolvimento humano levam, muitas vezes, ao fracasso da sua implementação. Nas palavras do autor: “o uso sistemático do conhecimento sociológico como complemento dos conhecimentos econômicos e tecnológicos é indispensável para dar prioridade às pessoas” (CERNEA, 1995, p.32). O autor também fala sobre o subdesenvolvimento rural, apontando como causas para este fenômeno a falta de ações coletivas e a escassez de metodologias para o campo, ou seja, existiria para o autor, uma falta de programas eficazes para atender a demanda desta população.

Sen (2000), compreende o desenvolvimento como processo de expansão das liberdades reais que as pessoas possam disfrutar. Reconhece ser o PIB de grande importância para o desenvolvimento, assim como as liberdades dos membros da sociedade. Essas liberdades que o autor se refere dependem de fatores como: educação,

saúde e direitos civis. Para o autor a privação da liberdade estaria relacionada à pobreza, à tirania, à carência de oportunidades econômicas, à destruição social sistemática, à negligência dos serviços públicos e até mesmo à intolerância ou à interferência excessiva de estados repressivos. Para Sen (2000), caso ocorra a privação de uma dessas liberdades, todas as outras estariam comprometidas.

I Contextualização e delimitação do problema

A formação social do Vale do Araguaia é resultado da miscigenação entre vários grupos sociais: índios e migrantes vindos de todas as partes do Brasil, principalmente, os nordestinos, sulistas, mineiros, paulistas e goianos. Estas diferentes identidades apresentam características de segregacionismo socioespacial no território do Araguaia. Dentro do território existem espaços subdivididos segundo os grupos que os ocuparam: na área colonizada por sulistas predomina o cultivo da soja. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é alto. Em contrapartida, a área colonizada pelos nordestinos é conhecida pelo grande número de conflitos e pelo baixo IDH. Mas como tais desigualdades socioespaciais se configuraram? De que forma a narrativa da história de vida dos migrantes pode revelar os fatores que influenciaram na formação deste território fragmentado?

O Vale do Araguaia se constituiu marcado por problemas sociais, como conflitos de terra, pobreza e desigualdade social, daí seu nome popular: “Vale dos Esquecidos”. Todavia, o Araguaia também destaca-se pela sua grande atividade agropecuária. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em 2013, a participação deste setor na balança de exportação atingiu o percentual de 41,3% em 2012, mostrando um crescimento de 4,4% em comparação com o ano anterior. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgou uma lista sobre os 10 produtos recordistas na pauta de exportação brasileira, sendo os quatro primeiros a soja em grão, farelo de soja, carne bovina e milho.

Durante a primeira pesquisa de campo realizada nas cidades de Barra do Garças e Nova Xavantina constatou-se a divisão socioespacial dos moradores segundo os seus grupos identitários. Eles se auto e inter identificavam pela referência ao grupo identitário ou de origem, usando denominações como: índios, sulistas, goianos,

gaúchos. Todavia, as denominações pela atividade laboral também se acoplavam à étnica, como sobreposição: lavradores, agricultores, fazendeiros, pecuarista, trabalhador rural, micro produtor, assentado, sindicalista, garimpeiro, posseiros e membros de movimentos sociais. A partir da observação inicial da importância da distinção identitária-laboral na região, interessei-me em compreender de que forma estas distinções identitárias se materializaram no espaço. Axa (2012) já havia chamado a atenção para dois fenômenos relacionados à formação do Território do Araguaia Xingu: o primeiro relativo a importância da região de origem do indivíduo no processo de formação territorial e o segundo, relativo a influência da profissão dos sujeitos no desenvolvimento econômico do território. No Quadro 1 é apresentado um mapeamento dos migrantes, caracterizando-os a partir da sua região de origem e a sua principal ocupação, comparando-se as décadas de 60 e 70, com o período atual:

Quadro 1: Matriz dos imigrantes que compõem o Território do Araguaia-Mato Grosso.

Matriz nordestina	De imigração mais antiga e paulatina. Atendeu ao chamado das bandeiras verdes e da demanda de mão-de-obra dos grandes latifundiários, se instalando na região a partir dos anos 60. Os nordestinos fundaram as cidades da beira do Araguaia como Santa Terezinha, Luciara, São Felix do Araguaia e Santo Antônio do Rio das Mortes.
Matriz goiana e tocantinense	Seus integrantes atravessaram o Araguaia pela Ilha do Bananal a procura das pastagens nativas da margem oeste, de terras dos projetos de reforma agrária ou de empregos nas fazendas e nos municípios principalmente no médio Araguaia.
Matriz sulista	Ligada aos projetos de colonização privada. Os sulistas chegaram a região a partir dos anos 70. Este grupo está atualmente envolvido na agricultura de grande escala e, especialmente, no negócio da soja. Fundaram os municípios de Canarana, Querência, Agua Boa e Vila Rica.
Matriz paulista	Contingente menor e de ocupação mais ocasional, mas com uma importante influência na configuração socioeconômica pela presença de fazendeiros, empresários, que participam dos processos sociais de estruturação das políticas do Estado e do terceiro setor, dedicaram-se principalmente a atividade pecuária. Instalaram-se na região no início da década de 1950.
Matriz mato grossense	A mais recente, formada pelos filhos dos migrantes e pelos moradores advindos da imigração interna do estado, que equivale a década de 1980 até os dias atuais.
Matriz indígena	Com 22 etnias que habitam 19 terras indígenas, fundamentalmente xinguanos, xavante, tapirapé e karajás. Estas tribos formam o contingente humano mais antigo entre os demais, no Araguaia.

Fonte: Axa (2012, p.18).

No quadro 2 observa-se a relação entre a procedência do indivíduo e as diferentes identidades atribuídas pelos próprios moradores, segundo a atividade que desempenhavam na economia do Território do Araguaia Xingu. Estas informações foram obtidas durante o primeiro trabalho de campo nos municípios de Barra do Garças e Nova Xavantina. Nele nota-se que a identidade atribuída está fortemente associada à cultura e ao local de origem do indivíduo. Já a auto identidade dos moradores está fortemente ligada à atividade profissional que desenvolvem.

Quadro 2: Identidade atribuída aos moradores e deles mesmos.

Identidade Atribuída aos moradores de acordo com a sua procedência	Auto identidade dos moradores
Nordestinos, goianos, sulistas, paulistas, matogrossense e índios.	lavrador, índio, agricultor, fazendeiro, pecuarista, trabalhador rural, micro produtor, assentado, sindicalista, gaúcho, garimpeiro e sulista, além de garimpeiros, posseiros e membros de movimentos sociais

Fonte: Própria autora (2014).

Froehlich (2003) analisa fenômeno semelhante ao descrever a reconstrução das identidades coletivas em dois distritos rurais no estado do Rio Grande Sul. Froehlich destaca que tais grupos carregam consigo as suas atividades pregressas, fixando-as no seu novo local de moradia. Assim como observou-se no Rio Grande do Sul, no Araguaia Xingu encontrava-se a mesma característica de permanência da cultura dos migrantes sulistas, que receberam o incentivo do governo federal para implementarem a pecuária e a produção de grãos que realizavam na sua terra natal no Vale do Araguaia.

Contudo, o governo não levou em consideração ao tentar ocupar os “espaços vazios” deste território, que já existiam outros grupos na região, levando ao surgimento de conflitos por disputas territoriais entre os vários grupos identitários que ali se encontravam. Os índios, assim como a população nativa do Vale, que antes sobrevivia do agroextrativismo passaram a ser considerados como a primeira barreira ao progresso. Assim, vários grupos de diferentes culturas e identidades indígenas tiveram que abandonar as suas terras e o seu meio de sobrevivência. Alguns desses povos fugiram e se misturaram aos brancos, sofrendo uma forte aculturação. Outros foram deportados pela Força Aérea Brasileira, sendo realocados em reservas. Porém, a maioria dos indígenas morreram assassinados ou por doenças adquiridas pelo homem branco (AXA, 2012).

Durante a pesquisa *in loco*, pôde-se notar que os índios viviam separados dos brancos. Embora houvesse índios que trabalhassem na cidade, a maioria morava na sua aldeia. Candido(1964) em seu livro “Os Parceiros do Rio Bonito” explica que os imigrantes europeus e escravos que não se fizeram cidadãos, foram progressivamente marginalizados, assim como os índios do Araguaia. Esta ideia de que os índios são um grupo a parte permanece viva na concepção da população local, gerando várias formas de negligência em relação a eles como a desapropriação de suas terras, o descaso com a educação, a legitimação dos baixos salários e diversas outras formas de preconceito.

Como apontam Axa (2012) e Garbim (2006), os conflitos no Território do Araguaia Xingu são marcados pela violência: incêndios, acidentes de trânsito e assassinatos. Além disso, na maioria das vezes os casos de violência não são punidos pela justiça brasileira, o que acaba por reforçar a denominação de “Vale dos Esquecidos”. A partir disto, a presente pesquisa buscou compreender através da narrativa da história de vida dos migrantes, que foram para o território do Araguaia a partir da década de 60, quais os fatores influenciaram na formação de um território segregado socioespacialmente. Devido ao grande número de municípios, a escolha do município foi feita de acordo com as especificidades sociodemográficas e culturais neles presentes, tais como: o tipo de colonização, atividade econômica predominante e as características do desenvolvimento presentes no território em questão. O quadro 3, apresentado a seguir, descreve os municípios que compõe cada uma das microrregiões do Araguaia.

Quadro 3: Sub-divisões do Vale do Araguaia.

Sub-divisões	Municípios
Alto Araguaia	Água Boa, Campinápolis, Canarana, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Querência, Santo Antônio do Leste
Médio Araguaia	Araguaiana, Barra do Garças, Cocalinho
Baixo Araguaia	Alto da Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Serra Nova Dourada, Vila Rica

Fonte: Canavarros, Melo e Dorileo (2002).

No que se refere as especificidades de cada região, o Baixo Araguaia é caracterizado por ser a parte mais pobre do Vale, com predominância da atividade pecuária. A sua colonização foi realizada, sobretudo, por nordestinos e nortistas. No que tange a sua população quinze das vinte e cinco cidades possuem menos de 10.000 habitantes. E entre as 25 cidades, em 18 mais da metade da população mora na área rural. A O Baixo Araguaia apresenta, ainda, grande índice de conflitos fundiários e de mortalidade infantil. No médio Araguaia localiza-se o município de Barra do Garças, uma das primeiras cidades colonizadas no Mato Grosso, tanto em decorrência das ações empreendidas pela Expedição Roncador Xingu, como pelos empreendimentos desenvolvidos por pecuaristas da região Centro-Oeste e Sudeste incentivados por incentivos fiscais do Estado. O município de Barra do Garças é conhecido pela sua alta concentração de habitantes. No que se refere a sua economia é caracterizada pela alta atividade agropecuária, principalmente a pecuária, porém o cultivo do grão de soja começa a se destacar. Em Barra do Garças também se concentra vários grupos indígenas sendo a Xavante, a maior.

Por fim o Alto Araguaia é conhecido como terra das “cidades gaúchas”, rica na agricultura, com alta concentração de produção da soja e com menor destaque para a pecuária. Sua colonização foi realizada, majoritariamente, pelos migrantes da região Sul do Brasil, através de programas privados de colonização. Diante do exposto esta pesquisa procura entender em que medida pode-se afirmar a existência de territorialidades na região do Vale do Araguaia, durante o seu processo de colonização mais recente, a partir da década de 1950.

II Relevância do tema estudado

A partir da década de 1970, novas concepções sobre território e territorialidade surgiram na geografia, tornando pretérita a perspectiva que concebia território como sinônimo de relações de poder (GALVÃO et al., 2009). Esta pesquisa se propõe a contribuir para os estudos do processo de formação de territórios dentro de um marco sociocultural, ao levar em consideração a influência cultural do migrante na consolidação do território. Assim, o trabalho permite conhecer a forma como os indivíduos, a sociedade, o Estado e a cultura se inter-relacionam no processo de

formação do território, podendo, assim, analisar as diferenças socioeconômicas que se formam dentro dessas territorialidades.

III Objetivos de pesquisa

O *objetivo geral* proposto para esta investigação foi o de identificar com base na narrativa dos principais grupos de migrantes que se fixaram no Araguaia, a partir da década de 50, a forma como se materializou o território de identidade do Araguaia. Para o alcance do objetivo geral a pesquisa guiou-se em torno de quatro objetivos específicos:

1- Identificar por meio das narrativas das histórias de vida dos migrantes de que forma as redes de origem e destino (o capital social) incidiram no “campo de oportunidades” aberto para eles;

2- Identificar por meio das narrativas das histórias de vida dos migrantes de que forma a atuação do Estado incidiu no “campo de oportunidades” aberto para eles;

3- Compreender por meio das narrativas dos diferentes grupos de migrantes como eles se identificam, se diferenciaram e se territorializaram;

4- Compreender as motivações para a migração e como elas incidiram sobre os projetos de vida dos migrantes.

IV Caracterização da pesquisa

Toda investigação científica nasce de um problema observado, de forma que este necessite um estudo específico, mediante o qual os objetivos e as hipóteses vão delinear a objetividade na busca de resposta a este problema, juntamente com as ferramentas metodológicas definidas para o alcance dos objetivos, a verificação das hipóteses e a resolução do problema de investigação. No que se refere aos objetivos, a investigação proposta se caracterizou como explicativo-descritiva: Explicativa, pois, buscou responder como os diferentes grupos identitários contribuíram para o desenvolvimento do Vale do Araguaia, assim como para as desigualdades sociais nele presentes. Descritiva, porque procurou descrever os processos pelos quais estes sujeitos passaram em sua história de vida.

Com relação à abordagem do problema, ela foi quali/quantitativa. Segundo Crespi (1997), o termo quantitativo se refere a uma frequência estatística que não está imune

aos elementos qualitativos, o quantitativo nada mais é do que a valorização estatística referente à quantidade de certo tipo de comportamento específico em uma amostragem, que complementa a análise qualitativa, que se baseia na compreensão dos significados vividos e nos conteúdos comunicados. Portanto, os dois tipos de análises são complementares.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos foram coletados dados primários por meio da pesquisa de campo com entrevistas em profundidade. Os dados secundários públicos foram provenientes da pesquisa bibliográfica e estatística, com base na consulta de documentos relativos à economia, migração, povoamento e colonização da região. Neste ponto é importante destacar que a pesquisa qualitativa foi usada para a análise das entrevistas, enquanto a quantitativa foi utilizada para a análise de dados secundários.

V Hipótese

Baseando-se no marco teórico elaborado para responder a questão de investigação desta pesquisa, qual seja, “*em que medida pode-se afirmar a existência de territorialidades na região do Vale do Araguaia, durante o seu processo de colonização mais recente, a partir da década de 1950?*”, formulou-se a seguinte hipótese:

H1- O local de origem dos migrantes foi um fator determinante para a configuração das suas redes sociais e econômicas permanecerem restritas aos seus grupos de origem, configurando, assim, diferentes territorialidades.

VI Organização dos capítulos

Esta dissertação está composta por cinco capítulos. O primeiro, de cunho teórico, apresenta os conceitos chaves para responder a problemática da pesquisa. O problema de investigação desta pesquisa leva em consideração quatro elementos chaves para a compreensão do fenômeno referente à formação de territorialidades: 1) os processos migratórios; 2) o capital social e as redes; 3) os projetos de vida e os campos de possibilidades existentes para cada grupo social presente no Araguaia; 4) os territórios e territorialidades do Vale.

No que diz respeito ao conceito de migração, priorizou-se um aporte teórico que explica as principais motivações para a migração e permanência do migrante no local. O

segundo conceito utilizado foi o de capital social que explica qual o seu papel no desenvolvimento socioeconômico de um certo local, assim como a sua influência na economia. O terceiro conceito utilizado dentro do marco teórico explica o conceito de projeto de vida e o campo de possibilidades relativo a cada grupo social presente no Araguaia-Xingu. Este conceito permite entender, também, como ocorreu a chegada dos colonizadores do Araguaia e como eles se integraram a esta região. O quarto conceito utilizado foi o de territórios e territorialidades que teve como objetivo explicar o conceito de território e, principalmente, como se materializa as identidades ou os grupos identitários dentro dele. Destacou-se, no *primeiro capítulo*, a influência e importância das redes nos processos, sendo essencial para este trabalho como será evidência no capítulo III, que narra a colonização da região e a chegada destes migrantes no Araguaia.

O capítulo II explica quais foram os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa justificando a razão da escolha do município de Barra do Garças para a pesquisa de campo, bem como descrevendo as características da população e da amostra. Descreve-se, ainda, os meios utilizados para a realização das entrevistas e o conceito de memória, utilizado para analisar as falas dos entrevistados. Já o capítulo III narra a colonização e a formação do município de Barra do Garças, destacando-se as principais fases da chegada dos migrantes, o crescimento da economia, os incentivos à colonização e os problemas da região. Este capítulo é essencial para entender todo o arcabouço teórico utilizado e também para responder ao problema de pesquisa.

Os capítulos IV e V tiveram como objetivo apresentar os resultados da pesquisa. O quarto capítulo buscou mostrar a partir das entrevistas a visão dos migrantes acerca de si mesmos, como eles se caracterizam e se identificam. O papel das redes e do capital social no desenvolvimento socioeconômico da região, a origem e a influência na atividade econômica dos migrantes. Analisou-se, também, como o Vale do Araguaia aparecia na representação dos migrantes, assim como a visão dos migrantes acerca dos territórios indígenas.

No quinto capítulo evidenciou-se através das narrativas das entrevistas coletadas e também de dados secundários a formação de territorialidades, dividido em duas dimensões a socioeconômica e sociocultural e também mostrou-se a representação atual do Araguaia na visão de seus moradores.

CAPÍTULO I

A INSERÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DAS REDES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE TERRITORIALIDADES NO VALE DO ARAGUAIA

Este capítulo teve como objetivo apresentar o marco teórico desta pesquisa, o qual se voltou para compreender o processo de formação dos territorialidades no Vale do Araguaia. Nele apresenta-se a concepção teórica relativa à “migração”, bem como as concepções relativas a: “capital social”, “redes”, “campo de oportunidades”, “projetos de vida”, “território de identidade”, assim como a própria concepção de “desenvolvimento” adotada nesta pesquisa.

1.1. A migração e suas motivações

“A integração do Araguaia Xingu ao território nacional foi movida por sonhos de migrantes, lutas pela terra e o ruído das motosserras” (AXA, 2012).

Para se compreender os processos migratórios é necessário se entender também as suas causas e motivações. Um dos primeiros clássicos nos estudos relativos à migração foi o de Ravestein que estudou a migração, utilizando os dados do censo de 1840 na Europa. Ele criou “as leis das migrações”, dentro de um enfoque neoclássico. Dentro desta concepção, os migrantes ao contraporem o local de origem e de destino levariam em consideração a oferta de trabalho e as oportunidades de vida, fazendo um cálculo racional em face a possibilidade de migrar ou de permanecer no local de origem (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005). Peixoto (2004) explica as “leis de migração” de Ravestein da seguinte maneira:

- 1- Grande parte dos migrantes percorre apenas uma curta distância, enquanto que as “correntes de migração” (grandes e contínuos fluxos migratórios) se concentram nos grandes centros comerciais e industriais;
- 2- A atração para uma cidade em crescimento inicia-se por áreas próximas a ela se estendendo posteriormente a lugares distantes;
- 3- O processo de dispersão é o inverso de atração;
- 4- Os migrantes vindos de longas distâncias preferem os grandes centros industriais;

- 5- Os nativos de cidades migram menos em comparação com nativos de zonas rurais;
- 6- As mulheres migram mais que os homens.

Como destaca Peixoto (2004), apesar das leis de migração de Ravestein serem limitadas, elas serviram de base para diversos estudos posteriores de autores também neoclássicos. Tomando como base a análise das migrações rural-urbana, Harris e Todaro(1970) defenderam que seria a diferença salarial entre o campo e a cidade, assim como entre as regiões, que sustentaria o fluxo migratório. A migração rural só cessaria se os salários se iguallassem. Na visão macroeconômica neoclássica, Lewis (1963) afirmava que a história do progresso de um país estava ligada a migração da população do setor agrícola para a indústria moderna. Para o autor a racionalidade econômica relativa à decisão de migrar estaria alicerçada na possibilidade vislumbrada pelo indivíduo de alcançar melhores condições de vida, mais precisamente no aumento da sua renda.

Lewis (1963) explicava a migração pelas diferenças geográficas de oferta e demanda de trabalho. O mercado seria, portanto, o indutor dos movimentos migratórios. Em locais com maior oferta de trabalho, os salários seriam baixos. Em mercados com menor oferta de trabalho, os salários seriam mais altos. Ou seja, quanto menor a oferta de trabalho maior seriam os salários. Assim, as migrações ocorreriam para regiões com baixa mão obra e no decorrer dos fluxos migratórios a situação se igualaria em vários locais. Portanto, à medida que a situação de oferta de mão de obra e salários estivesse igual a migração tenderia a acabar (SANTOS et al, 2010).

Sendo assim, não se pode desconhecer que por de trás dos projetos de vida dos migrantes, das suas expectativas e ambições financeiras, encontram-se conjunturas socioeconômicas que influenciam em tais motivações pessoais. Singer (1976) entendia, justamente, a migração como um fenômeno estrutural, historicamente condicionado e relacionado com a classe social e com o desenvolvimento do capitalismo, em especial com a industrialização. Para Singer (1976), as migrações favoreciam a industrialização e o desenvolvimento em países emergentes. Assim, a razão principal das migrações seriam as desigualdades regionais, pois a industrialização tendia a concentrar as

atividades econômicas ocasionando desequilíbrios regionais que motivariam as migrações principalmente internas.

Singer postula que nos processos migratórios existem os chamados “fatores de atração” e “fatores de expulsão”. O primeiro refere-se à crescente demanda de mão de obra, em virtude do crescimento da produção industrial e da expansão dos serviços urbanos que causam uma concentração espacial. Os fatores de expulsão estão ligados a migração rural-urbana que segundo o autor pode ser dividida em dois fatores: mudança e estagnação. Os fatores de mudança ocorrem devido a entrada do capitalismo no campo, principalmente, das tecnologias que diminuem a demanda por mão-de-obra; e os fatores de estagnação estão ligados à indisponibilidade de terras para o atendimento à demanda das famílias. Nas áreas de estagnação a qualidade de vida decresce e acaba sendo condicionada a funcionar como mão-de-obra barata para grandes latifundiários ou empresas (LOBOS e MATOS, 2011).

Germani (1970) relaciona as migrações internas a modernização social. Para ele a migração é fundamental para o processo de transição de uma sociedade tradicional para outra moderna. Segundo Germani (1970), uma sociedade tradicional que se concentra na atividade agrícola precisa ser desestabilizada para provocar migrações. Em outras palavras, a migração seria um processo social que envolveria uma grande mudança social e cultural para o desenvolvimento da sociedade moderna. Todavia, o autor se mantém dentro de uma perspectiva difusionista, fundamentando a sua interpretação da migração com base em dois tipos ideais: a sociedade moderna e a tradicional. O autor não leva em consideração todo o processo histórico de colonização e desenvolvimento atual dos países emergentes, pois os países em desenvolvimento não se espelham nas atuais “sociedades modernas”.

Estudos mais modernos explicam a migração saindo desta perspectiva eurocentrista e baseando-se mais nos contextos nacionais, baseando-se em três categorias: a interestadual, a intermunicipal e a migração entre situações de domicílio. Dentre as razões sociais das migrações destacam-se nesta perspectiva: 1- a idade, 2- o tipo de família, 3- o perfil educativo e 4- a ocupação. No que diz respeito à idade do migrante, geralmente, pessoas mais jovens migram mais para outros locais em busca de novas oportunidades de emprego, renda e condições de sobrevivência. Quanto ao

contexto familiar, muitas vezes é o homem, na condição de pai de família, que se desloca de sua região de origem, levando, posteriormente, quando exitosa a migração, a mulher e os filhos. O terceiro fator que motiva a migração está relacionado à tentativa de aprimorar os estudos. Neste caso, muitos indivíduos necessitam sair de casa para cursar o ensino médio e o ensino superior. Porém, este é considerado um migrante temporário, já que na maioria das vezes ele opta por retornar ao local de origem, embora também possa optar por se mudar para outro lugar em busca de oportunidades na carreira profissional.

Por fim, a quarta e última razão de migração varia de acordo com a ocupação, neste caso o migrante se desloca de acordo com o seu vínculo empregatício, que vai variar de acordo com o trabalho (CUNHA, 2005). Little (1994), no quadro 4, realiza um mapeamento mais amplo, em um contexto mundial, classificando o tipo de migrante e suas características, tomando como referência a permanência no local, a causa do deslocamento, o contexto e o cenário do local de origem para o de mudança:

Quadro 4: Grupos de Migrantes

Tipo de Grupo Migratório	Razão e explicação
Nômades: migrantes contínuos	Os grupos nômades têm um conjunto de orientações espaciais e temporais que incorpora noções de movimento regular e ciclos de concentração e dispersão demográfica.
Diáspora	A dispersão demográfica de um grupo de um lugar específico, num momento histórico particular, cria uma identidade única, onde o grupo é "unificado" pela memória desse lugar geográfico que muitos, senão a maioria, nunca viram.
Migração Forçada	O terceiro grupo compreende as vítimas de deslocamentos diretos e forçados. O maior exemplo disso, e talvez o mais brutal, na história humana foram a captura e o transporte de vinte milhões de africanos negros no comércio transatlântico de escravos nos séculos XVI a XI.
Migração Grupal	Por essa dinâmica, um grupo responde a pressões externas migrando coletivamente, e para livrar-se dessa pressão, reagrupa-se numa localidade nova.
Migrações Colonizadoras	Um tipo dessa migração é nacional e inclui os casos da colonização das fronteiras internas de um país.
Migrações	Esses movimentos podem ser colocados numa escala de acordo com o nível de

laborais temporais	formação e qualificação dos migrantes. No lado inferior dessa escala, encontram-se os trabalhadores com pouca educação formal e com qualificação mínima, que migram para os centros urbanos de seu país ou dos países industrializados, onde ocupam empregos de baixos salários. No lado superior da escala, temos os profissionais que migram em condições de segurança de trabalho. Este grupo inclui tecnocratas, diplomatas, intelectuais e missionários.
Migração sobreviventista	Este grupo cresceu enormemente no pós-guerra entram os dezessete milhões de refugiados no mundo e os exilados políticos e econômicos. Esses grupos representam os casos mais intensos e trágicos de desterritorialização no mundo atual.

Fonte: Little (1994).

Assim, percebe-se que as teorias neoclássicas acabam explicando as motivações da migração privilegiando o âmbito econômico e salarial, deixando de considerar as relações sociais envolvidas nesse processo. Por isso, autores como Massey et al. (1993) criticam estas teorias, considerando que muitas delas se concentram em movimentos passados e não consideram os atuais. A falta de uma teoria universal acaba por limitar a explicação dos movimentos migratórios nas suas diferentes formas, fases e sociedades, e conseqüentemente, se tornam incapazes de prever o futuro das migrações e as suas conseqüências. Para Portes (1997) é impossível formular uma teoria universal para a migração em função das diferentes áreas que compõem os estudos de migração. Estas áreas, segundo o autor, seriam totalmente distintas. Desta forma, uma teoria geral seria muito difícil de ser aplicada. Entretanto Massey (1999) entende que para se compreender os fluxos migratórios deve-se levar em consideração quatro elementos de discussão:

- 1- A origem do migrante e as forças estruturais que promovem a emigração;
- 2- O destino, aquilo que caracteriza as forças estruturais que atraem os imigrantes;
- 3- As motivações, metas e aspirações dos migrantes
- 4- As estruturas sociais e econômicas que surgem para conectar as áreas de migração.

Para Duhram (1984), importante estudiosa da migração no Brasil, o processo migratório é motivado principalmente pelo desejo de “melhorar de vida” e também decorrente de uma situação desfavorável que é vista pelo migrante como permanente. A oportunidade de uma mudança favorável da vida inclui também a inserção do migrante

em uma economia competitiva. Consequentemente, a família tem uma grande influência neste processo, pois para a autora a escolha do destino “depende, em grande parte, da tradição migratória de um grupo de relações primárias original” (DUHRAM, 1984, p.134). Ou seja, uma família sempre vai optar no seu deslocamento por um local onde já existam conterrâneos, amigos ou parentes. Para a autora as relações primárias familiares são o principal suporte para a migração, enquanto que amigos e parentes são secundários e atuam quando a rede familiar primária é insuficiente.

Portanto, para Duhram (1984), nenhuma migração limita-se somente a mobilidade geográfica mas sim uma “movimentação no universo social” (p.136). Sendo assim, a movimentação é antes de tudo a mudança das relações sociais e posteriormente das mudanças geográficas. As redes de parentesco, amizades, ou seja, a proximidade das relações sociais é um fator determinante no local de destino, assim como a compatibilidade das atividades econômicas que os migrantes pretendem exercer. Assim sendo, o migrante não tem o costume de se aventurar, ele se orienta previamente através de relações sociais, notícias e informações. À luz da teoria sobre migrações, pode-se estabelecer uma relação íntima entre a atividade econômica e as relações sociais nos processos migratórios.

1.2 O papel das redes e do capital social no processo migratório

Para Massey et al (1993), as redes influenciam, principalmente, na permanência do migrante no local de destino, pois diminuem os riscos e custos além de constituírem uma forma de capital social que facilita o acesso ao mercado de trabalho no seu destino. Para o autor, a partir da fortificação das redes, a migração torna-se um processo que se auto-perpetua. Desta forma, as migrações não estariam ligadas, exclusivamente, a questões econômicas, como o aumento salarial, mas, também, ao crescimento das redes sociais de migrantes, já que a partir do crescimento delas, os custos e os riscos dos movimentos migratórios tornam-se menores gradativamente, até estes movimentos tornarem-se independentes dos fatores que os originaram. Estudiosos da escola de Chicago contribuíram muito para os estudos sobre *networks*. Segundo eles, as redes atravessam o mundo social de maneira vertical e horizontal. Isso significa que as categorias como família, bairro, origem, modos culturais, identitários, status e classes sociais interagem o tempo todo entre si e essas interações sociais são influenciadas a

partir de experiências, combinações e identidades particulares ou individualizadas (VELHO, 2008).

Fawcett (1989) destaca a importância do papel das redes de parentesco na permanência dos fluxos migratórios. Para o autor, mesmo que exista fatores externos que influenciam na migração, como políticas, regras e normas, estas podem sofrer mudanças no decorrer do tempo. Entretanto, as obrigações familiares são de natureza persistente. As relações familiares estão diretamente conectadas às informações do local de destino, que constitui um fator influenciador na decisão de migrar. De acordo com o autor, a rede de parentesco e de comunicações está ligada a credibilidade das informações, ou seja, a família constitui uma fonte de informação confiável sobre o local de destino, reforçando assim a migração. Além disso, o suporte emocional familiar seria um fator positivo para que o migrante se adapte ao local de destino (MUNIZ, 2002).

Para Massey (1990) as redes migratórias acabam por formar um conjunto de laços sociais que conectam a sociedade de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Estes laços seriam responsáveis pela união entre os migrantes e os não migrantes em uma teia complexa de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais, mantidos por uma regra social informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados. Segundo Tily (1990), as redes acabam por transformar categorias existentes, visto que, os migrantes levam consigo suas identidades culturais que vão se alterar no processo migratório, ao entrarem em relação com o local de destino e com outros grupos de migrantes. Portanto, elementos identitários do local de origem acabam sendo reconstruídos no contexto da migração, ou seja, haveria uma recriação seletiva de laços sociais. (SASSAKI; ASSIS, 2000).

Assim como a família e as redes são essenciais para o movimento migratório, pois se constitui em um elemento essencial para se recorrer em momentos de crise e para se obter bens materiais, ambas se constituem nos pilares do capital social. Essas redes sociais que se formam seja entre conhecidos, amigos ou parentes, auxilia os indivíduos a fazer parte de um grupo, ser membro de algo e isso auxilia na obtenção de bens pessoais e também profissionais. Os excluídos dessas redes acabam por limitar suas opções quando necessitam, por exemplo, de um emprego ou favores

(WOOLCOCK; NARAYAN, 2000). Para estes autores, a língua popular, a experiência de vida, o fato de se ter algo em comum com as pessoas do seu grupo, mostra que os laços sociais têm lados positivos e negativos, pois os que não obtêm esses recursos acabam por se excluir de benefícios chave para suas vidas. Diante disso, pode-se afirmar que o capital social, entendido enquanto esta rede de sustentação e ligação para o indivíduo, tem uma fundamental importância no que se refere às suas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico.

Portes (1999) sinalizou quatro concepções relativas ao conceito de capital social: a 1ª) de tradição marxista, entende que a solidariedade é a fonte de resistência dentro de um determinado grupo social; a 2ª) de Simmel defende que existem redes personalizadas que realizam intercâmbios, enfatizando a reciprocidade como uma das bases do funcionamento do capital social; a 3ª) de fundamentação Durkheimiana e Parsoniana enfatiza que os valores morais são anteriores as relações contratuais dentro da sociedade; a 4ª) de influência Weberiana sinaliza as instituições formais como maneira de reforçar a confiança dentro de um grupo, seja a família, os parentes ou os amigos; a 5ª) concepção de capital social é a de Putnan. Através de seu estudo realizado na Itália defendeu que quanto maior o nível do capital social, melhor o funcionamento de uma comunidade, em termos do seu governo, da sua infraestrutura e da limpeza (MONAYO, 2004).

Putnan (1993) enfatiza a importância da confiança na organização social, em função dela facilitar a coordenação e cooperação em prol de benefícios mútuos. Para o autor, o capital social agrega as vantagens do capital físico e humano. Segundo Putnan, o trabalho coletivo em uma determinada comunidade é facilitado, principalmente, quando existe um estoque de capital social. Em comunidades cívicas, onde os pilares da solidariedade, da participação e da integridade são fortificados, a democracia tende a funcionar melhor do que em uma comunidade onde esses pilares não são valorizados. Visto que, o capital social é baseado em normas e redes, este engajamento cívico acaba se tornando um condicionante para o desenvolvimento econômico, assim como para um governo eficaz. Quando acordos econômicos e políticos estão imersos em densas redes de interação social tendem a ser mais efetivos do que os que não estão. As suas pesquisas no Estados Unidos mostraram que uma comunidade não se torna cívica

porque era rica, mas, pelo contrário, ela se torna rica porque era cívica (PUTNAN, 1993).

Putnan (1993), faz uma relação entre capital social, progresso econômico e a eficácia de um governo. Na sua visão o *network* de uma sociedade cívica é capaz de facilitar a coordenação, comunicação e ampliação das suas informações. Ele também é caracterizado por ser regido por normas de reciprocidade. As sociedades que operam com reciprocidade são mais eficientes. Sendo assim, a confiança seria um elemento vital da vida social. A colaboração nessas comunidades acaba por gerar um incentivo, uma aculturação. Desta forma, a colaboração tende a fazer parte da cultura e isso acaba por gerar maiores benefícios no futuro. Estoques de capital social, assim como a confiança nas normas e nas redes formadas entre as pessoas tendem a ser auto-reforçados e cumulativos. O sucesso na colaboração constrói conexões e elementos de confiança social que facilitam uma futura colaboração no futuro.

A relação entre o capital social e o desenvolvimento econômico se dá devido a participação dos atores sociais em atividades econômicas. Estes atores, por sua vez, não estão envolvidos somente em relações econômicas, mas, também, em relações sociais, sejam elas de parentescos ou entre grupos identitários, com os quais se identificam. Por isso as transações econômicas são mais eficientes quando estão inseridas em redes sociais. Quanto maior o nível de capital social melhor o funcionamento de uma comunidade (PUTNAN, 1993).

No que se refere a sua relação com a política, o capital social tem o poder de formular estratégias para o desenvolvimento. O capital social é um bem público, não se constituindo, todavia, em um substituto para a eficácia das políticas públicas. Antes, ele funciona como um pré-requisito para o sucesso da sua implementação. Sendo assim, uma política pública inteligente encoraja ou facilita a formação de capital social, favorecendo a efetividade das ações governamentais. Todavia, o capital social tende a reproduzir normas e redes que atendem somente a determinados grupos sociais. Isto pode obstruir ou diminuir a possibilidade de outros grupos serem incluídos em um empreendimento, principalmente, quando as normas são caracterizadas pela discriminação ou quando as redes sociais são muito agregadas e fechadas entre elas (PUTNAN, 1993).

Coleman (1988) trata o capital social destacando o papel das relações sociais. Ele o entende como estruturas sociais, marcadas pela ação racional e voltada para a rejeição do individualismo. O capital social na concepção do autor é caracterizado por obrigações e expectativas, informação e normas sociais. Assim, o princípio da ação racional junto a contextos sociais particulares contribuem para o desenvolvimento da organização social. O autor analisa o conceito de capital social apontando a existência de duas perspectivas: a 1ª) de viés econômico, concebe o ator como sendo independente, que busca maximizar resultados e valoriza a utilidade; a 2ª) é marcada pelo viés social. O capital social diz respeito à socialização do ator. Enfatiza-se o fato das ações do indivíduo serem influenciadas por normas sociais, obrigações e regras. Esta visão defende que a ação do indivíduo é influenciada pelo contexto social.

Coleman (1988), também introduziu uma importante variável para este conceito: “o ambiente”. Este torna-se responsável por modificar os atores. O capital social é concebido como um mecanismo produtivo da sociedade, propiciando ganhos, que na sua ausência não seriam possíveis. Uma das entidades destacadas pelo autor neste processo é a família. Para Coleman (1988), as relações familiares estariam diretamente ligadas ao funcionamento da economia, em função de criar obrigações. O mercado está inserido nas relações sociais. O mercado, dentro desta concepção, é tido como um extenso capital social (COLEMAN, 1988). A forma como o capital social se reproduz depende de dois elementos principais: “a confiança” e o “ambiente social”, fazendo com que o sistema de recompensas existente nas regras da sociedade seja efetivo. Coleman explica que, em uma sociedade onde existe altos níveis de obrigações existe um alto nível de capital social que pode ser desenhado ou criado pela sociedade. A densidade de obrigações em um determinado contexto está diretamente ligada a densidade de recursos tangíveis dentro da sociedade, que seriam amplificados dentro da estrutura social na medida em se faz necessário. As normas e sanções acabam por fortificar os interesses da coletividade, visto que reforça o suporte social, o status e outras recompensas. Outro ponto destacado por Coleman (1988) é a importância dos canais de informações, o qual é inerente às relações sociais. A informação é importante para que ocorra a ação.

Bourdieu (1980) apresenta uma perspectiva conceitual semelhante. O autor também destaca o papel dos grupos sociais e dos recursos associados a uma rede institucionalizada de convivência na sua definição de capital social. Este se estabeleceria com base em interesses em comum, sustentados por laços permanentes e úteis. Essas relações seriam alicerçadas em trocas materiais e simbólicas que se estabeleceriam nessas redes. Essas redes de ligações não seriam naturais, mas produto do trabalho de criação e manutenção relativo a produção e reprodução destas ligações duráveis e úteis, voltadas para o fornecimento material ou simbólico. Os produtos destes lucros e benefícios vão se fundamentar na solidariedade de um grupo. A quantidade de capital social vai depender da extensão da rede de relações de cada indivíduo e do quanto ele pode mobilizar esta rede, seja no âmbito econômico, cultural ou simbólico. Essas trocas existentes dentro de um grupo acabam se afirmando como atos de reconhecimento e de inclusão do grupo. Determina os limites do mesmo, em termos do que deve ou não ocorrer, desde casamentos até trocas comerciais. Sendo assim, cada indivíduo pertencente a um determinado grupo, acaba se tornando seu guardião para que ninguém o modifique ou mude os limites desse grupo.

A reprodução do capital social pode favorecer as trocas legítimas e excluir as ilegítimas. Esta se materializa por meio da produção de ocasiões, lugares ou práticas que visam um determinado público, em específico, de indivíduos homogêneos, submetidos as mesmas normas de pertencimento ao grupo, as quais garantem a sua persistência em existir. A segunda maneira de reprodução do capital social é atrelada ao esforço, à sociabilidade, às trocas contínuas que acabam por afirmar o reconhecimento dentro das relações sociais, que também estão conectadas ao capital econômico deste grupo. Quanto maior o conhecimento, o reconhecimento e as afinidades sociais, maior as ligações duráveis e, também, maior o nível de capital social e de seus benefícios (BOURDIEU, 1980).

Abramovay (2000), destaca que o capital social seria uma resposta da civilização moderna, uma complementação da teoria da ação coletiva, que enfatiza o fato dos indivíduos não agirem sozinhos, defendendo que os seus objetivos não são isolados e nem egoístas. O capital social se baseia em normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados, que facilitam a cooperação interna ou externa a diferentes grupos sociais. Dessa maneira, os indivíduos passam a ser dependentes de

interações. Essa interação evidencia as estruturas de rede que sustentam o capital social, que passa a ser um recurso da comunidade, construído através de suas redes de relações. A formação de redes e conseqüentemente do capital social depende de fatores culturais, políticos e sociais (MARTELETO; SILVA, 2004).

Deve-se destacar que a ligação entre o capital social e ação coletiva é amplamente discutida pelos estudiosos de sociologia. Ambos, capital social e ação coletiva, se caracterizam pelo agrupamento de atores sociais que estabelecem redes em função de um objetivo em comum, da existência de confiança e da atuação dos grupos. Todavia deve-se prestar atenção que na teoria de ação coletiva, principalmente, a concebida por Olson (1999), os indivíduos podem fazer escolhas racionais, atuando em um grupo, em prol de um benefício individual. A sua participação depende do custo-benefício. Já dentro da concepção de capital social a tônica é social. A construção se dá através de redes pessoais assim como profissionais. O capital social pode ser entendido como um ato orgânico do ser humano. Construído de acordo com relações sociais que buscam o fortalecimento dos seus laços. Todavia o capital social não se limita aos laços sociais, mas, também aos econômicos e a maneira como as relações sociais podem moldar a economia. As transações econômicas se tornariam mais eficientes a partir do momento que a solidariedade, a confiança e os laços sociais se tornassem mais fortes. Ou seja, a sociedade tem muita influência nas atividades econômicas.

O capital social fornece uma introdução sobre a influência dos indivíduos, sua cultura na economia de determinado local. Dentro deste contexto, Bourdieu (2001) destaca que para o funcionamento da economia, das regularidades dos fluxos econômicos e da formação dos mercados existem sujeitos que são responsáveis pelo estabelecimento de dinâmicas que antecipam as atividades do mercado. Para o autor, a posição que um indivíduo ocupa no mercado é um produto histórico e não somente uma resposta às imposições ou influências do Estado. As atividades econômicas fazem parte do cotidiano dos agentes sociais e devem ser analisadas como produto da experiência social, enraizada socialmente, sendo importante verificar como as condutas cotidianas regem a economia. Bourdieu explica que a estrutura econômica é definida pelas condições econômicas que são socialmente definidas pelos sujeitos, pelos meios econômicos de que dispõem e pelas ofertas de políticas e estruturas para sua efetivação.

A lógica do campo estruturado vincula-se à demanda de um tipo de capital, seja ele cultural, financeiro, simbólico, comercial, jurídico e/ou social. Estes, por sua vez, explicam as relações de poder entre os agentes que fazem parte da produção de bens semelhantes. A visão estrutural de Bourdieu considera que o mercado funciona a partir da interação da estrutura do campo, definida pela distribuição desigual do capital. Ou seja, as vantagens que certos agentes possuem no campo, acabam por limitar as opções de quem é afetado nesta má distribuição. Neste âmbito, aquele que possui mais poder ocupa uma estrutura favorável, possuindo o privilégio de definir as regularidades do funcionamento do campo. Em um estudo realizado sobre o mercado imobiliário da França o autor entendeu que o Estado era responsável por definir as estruturas sociais, assim como a demanda dos produtos de necessidade social, bem como o poder do mercado em convencer e moldar os sentimentos pessoais. No seu estudo sobre as estratégias de *marketing* para venda de casas, o autor constatou que tanto as propagandas, como a influência do Estado atuavam sobre os valores dos membros desta sociedade, fazendo com que eles adquirissem imóveis em certo local.

Bourdieu (2002), em outra investigação sobre a colonização dos argelinos, conduzida pela força militar francesa, defendeu que quando um sistema ou modo de produção era imposto aos agentes sociais, estes podem até obedecer às regras, porém, a sua adaptação dependerá de uma reinvenção no modo de vida desta sociedade. Assim, para o autor, dentro da economia social encontra-se também a economia simbólica que reforça as relações de dominação. O capital simbólico aponta para a existência de sujeitos sociais configurados de uma maneira que concordem com a subordinação ao dominante.

Zelizer (2011) em seu livro “Como a cultura molda a economia” afirma que as atividades econômicas e as relações sociais interagem entre si. Para a autora, as interações econômicas dependem das relações interpessoais. A autora afirma que o mercado é composto por relações sociais distintas, que dão significado às transações econômicas. Assim, para se compreender os fatos econômicos deve-se levar em consideração os fatos sociais: o papel das relações sociais, das redes, das estruturas sociais, do poder, das relações de gênero e assim por diante. Segundo Zelizer (2011), os indivíduos passam por situações em que são obrigados a estabelecer equivalências monetárias. Em seu estudo, assim como no Bourdieu, a autora mostra como as

estratégias de propaganda, de convencimento, moldam os valores morais da população. Segundo ela, a economia é intrínseca às relações humanas, já que é capaz de moldar a sociedade mudando os valores de todo um grupo social. Ela também pode ser responsável pelas mudanças sociais e pelos processos culturais de significação e sentido, que constituem vetores da transformação social (ZELIZER, 2011).

Zelizer considera que os significados culturais compartilhados, como a criatividade e as práticas cotidianas das pessoas têm importância essencial na definição dos sentidos das transações e práticas do mercado. Para a autora: “a atividade econômica é integral e essencial a uma ampla gama de relações íntimas, mas a presença da intimidade empresta um significado especial à vida econômica” (ZELIZER, 2011, p.237). Portanto, pode-se entender que as relações sociais, as trocas, a união e a solidariedade são ações constitutivas do ser humano. O quadro 5 resume a perspectiva cronológica do conceito de capital social, relativa aos principais autores relevantes para esta pesquisa, destacando o seu diferencial comparado aos outros e a sua relevância empírica para a análise.

Quadro 5: Conceitos de Capital Social

Autor	Conceito Principal de Capital Social	Diferencial	Relevância para o estudo
Bourdieu (1980)	Recursos disponíveis dentro de uma rede e laços fortes, os lucros e benefícios vão depender do grau de solidariedade interno.	Existe trocas materiais e simbólicas que reconhecem as redes em uma sociedade. Essas trocas afirmam um auto-reconhecimento de um determinado grupo, que o legitima e também o restringe.	Analisar a maneira como certos grupos de migrantes se auto-reconhecem e como isto influencia na formação de territorialidades no Araguaia.
Coleman (1988)	Analisado a partir do papel das relações sociais entre elas: obrigações, expectativas, informação e normas sociais.	O ambiente molda o autor, portanto, suas normas, confiança, redes e organizações sociais. Assim, estes elementos influenciam no desenvolvimento econômico e social.	Entender a maneira que um novo território e as redes de fluxos migratórios influenciaram no desenvolvimento socioeconômico do Araguaia.
Putnan (1993)	Depende da confiança das redes, da reciprocidade, normas e benefícios mútuos. O capital social e o desenvolvimento econômico depende da participação de atores sociais em atividades econômicas.	O nível de capital social dentro de uma sociedade é pré-requisito para a implementação de uma política, quanto maior o capital social melhores os resultados da implementação e benefícios para o local.	Compreender a influência do capital social nas políticas colonizadoras do Araguaia, a atividade econômica de origem do migrante e quais suas consequências para o desenvolvimento local.

Fonte: própria autora.

1.3 Campo de possibilidades e projetos de vida

Como explica as teorias migratórias, a decisão de migrar ocorre devido às novas oportunidades vislumbradas no local de destino, bem como das expectativas voltadas para a melhoria de vida, seja no âmbito econômico ou no social. Neste processo incide a influência das redes, importante condicionante nos processos migratórios e, também, o capital social, que acaba por afirmar as coerências entre os grupos podendo influenciar na economia local. A necessidade de migrar e a formação de um capital social estão diretamente ligados aos projetos de vida destes migrantes, que planejaram sua mudança levando em consideração o “campo de oportunidades” vislumbrado para eles.

Para Velho (2008), o “campo de possibilidades” se constitui em um processo sócio histórico construído no decorrer do tempo, o qual envolve aspectos culturais. Já o projeto de vida ocorre no âmbito individual, estando ligado a performance, às explorações, ao desempenho e as opções realizadas através de “avaliações e definições da realidade”. Projeto para Schutz é uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (VELHO, 2008, p.40). Sendo assim, o campo de possibilidades subsidia as trajetórias e biografias do sujeito, se constituindo em um quadro-histórico, que não retira os sentidos que o sujeito lhe atribui, nem as suas peculiaridades e características individuais. Para Velho (2004), em qualquer sociedade e cultura ou situação social existe um campo de possibilidades que é crucial para se entender as mudanças em uma sociedade. É a partir da delimitação desse campo que percebe-se a gênese e viabilidade de projetos específicos. Nos casos estudados por Velho, o projeto de vida envolve a escolha entre a mudança e a permanência.

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro do campo de possibilidades. Eles operam a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos, sendo formulados a partir de um ato individual (VELHO, 2008, p.46). À medida que o projeto torna-se coletivo ele possui características diferentes, já que ele não é vivido por cada membro do grupo de maneira homogênea. Neste caso, deve-se levar em consideração que existem diferentes indivíduos envolvidos e, conseqüentemente, diferentes interpretações, graças a particularidades ligadas à trajetória, à família, ao gênero e à geração. Ressalta-se que os projetos por serem feitos

por atores sociais estão sujeitos a mudanças e as pessoas também podem mudar influenciadas por seus projetos.

A partir do momento em que os projetos são programados e organizados pelos atores sociais com objetivos específicos, as trajetórias passam a se afirmar. Contudo, a possibilidade de suas realizações vai depender da interação com outros projetos, sejam estes individuais ou coletivos, e, também, da natureza e dinâmica do campo de possibilidades. Na visão de Schutz in Velho (2008), a ideia de projeto está intimamente ligada a noção de indivíduo-sujeito, aquele que realiza os projetos. E para a realização de projetos a memória é um elemento de grande importância, pois ela fornece uma visão retrospectiva, organizada, de uma trajetória. Sendo assim, o projeto nada mais é do que adiantar o futuro dessas trajetórias, considerando-se os meios para se alcançar os objetivos e finalidades propostos. A consistência de um projeto, portanto, está relacionada ao uso da memória, que fornece “os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos” (VELHO, p. 101, 2008).

Um ponto crucial enfatizado por Velho e de grande importância para esta pesquisa é compreender que projeto e memória caminham juntos, pois estão articulados entre si e dão significado a vida e as ações das pessoas. Ou seja, a memória e o projeto acabam por dar significado a identidade do sujeito. Velho explica que a memória e o projeto de vida são elementos essenciais no processo de construção de identidades dos indivíduos, pois conduzem os indivíduos a partir de visões retrospectivas e prospectivas que as situam, em termos de suas motivações, bem como subsidiando os indivíduos com o significado de suas ações, situado dentro de uma história de vida e da perspectiva de sucessão das etapas de sua trajetória, dando, assim, significado a essa trajetória (VELHO, 2008).

Deve-se considerar neste ponto que a memória é fragmentada e a construção de uma identidade vai depender da organização destes fragmentos compostos por acontecimentos durante a vida dos sujeitos que estão divididos em episódios separados, o passado na memória não possui uma linha cronológica por isso, a sua consistência e significado depende da articulação entre eles que acabam por dar significado e coerência aos projetos. Nesta linha de pensamento deve-se compreender que projetos

são caracterizados pela sua intersubjetividade, entende-se projeto como ferramenta básica de negociação da realidade com os atores sociais sejam eles individuais ou coletivos, seu papel consiste em ser um meio de comunicação, uma maneira de articular interesses, objetivos e aspirações para o mundo. Assim o projeto é o produto de pensamentos consciente, elaborado através de circunstâncias através do campo de possibilidades em que o sujeito encontra-se inserido. A existência do projeto é a afirmação da existência do indivíduo-sujeito (VELHO, 2008).

Assim sendo, a produção de uma identidade depende da relação entre o sujeito e seu projeto de vida e sua relação e influência da sociedade em que se encontra, estes estão sempre em articulação, um indivíduo pode ter mais que um projeto, porém sempre vai existir outro em que ele estará subordinado e sendo este referência para os outros. Em uma sociedade complexa e desigual, a variação de motivações e a fragmentação sociocultural produzem ao mesmo tempo a necessidade de projetos e isso pode ter como consequências a existência de conflitos gerados por contradições. Por isso, deve-se compreender projetos como um processo dinâmico que é constantemente reelaborado, que reorganiza a memória dos sujeitos, produzindo novos sentidos e significados, isto acaba por influenciar na sua identidade (VELHO, 2008).

Os projetos são elaborados e constituídos em função de experiências socioculturais, de códigos, vivências e interpretações, elaborado dentro de um campo de possibilidades, levando em consideração o tempo e a cultura. Eles são sempre dinâmicos, pois a medida que um ator possui uma biografia, ou seja, vive no tempo e na sociedade, está sujeito à ação de outros indivíduos e as mudanças sociohistóricas. Os projetos estão baseados em um conjunto de ideias e condutas que sempre terão como influência outros projetos em outros lugares e em outros períodos de tempo (VELHO, 2004).

Para Velho (2004), a partir do momento em que o projeto é consciente ou racional, este envolve algum tipo de planejamento, destaca-se que ele não se restringe somente ao âmbito econômico, mas também na noção cultural que envolve os riscos e as perdas possíveis, tanto em termos individuais como coletivos. Ressalta-se que em uma sociedade moderna coexistem diversos projetos em diferentes graus de desenvolvimento e complexidade. No que se refere a complexidade dos projetos, a

medida que este represente algum grupo de interesse ele terá uma dimensão política, porém não significa que ele irá se restringir a esta dimensão, pois a viabilidade política dependerá da eficácia de dar sentido às emoções e sentimentos individuais. Nem tudo nos projetos é de caráter político, mas quando conseguem unir grupos de interesses torna-se necessário entender sua riqueza simbólica e seu potencial de transformação.

Para Velho (2004), os projetos mais eficazes são aqueles que “apresentam um mínimo de plasticidade simbólica” ou seja, a capacidade de incorporar domínios diferentes, com potenciais de mudanças. Apesar dos projetos e trajetórias remeterem a ideia de um processo construído em sociedade, Velho também foca nos projetos individualistas, constituídos, principalmente, na sociedade moderna. Nestas sociedades individualistas valoriza-se muito os significados dentro desta cultura. Os projetos se focam na escolha individual como um elemento decisivo pra a compreensão dos processos globais de transformação da sociedade, principalmente a produção cultural que envolve a criação e atualização dos códigos e símbolos (VELHO, 2004). Nos projetos individualistas os atores sociais tendem a se destacar do seu contexto social, ou seja das suas relações sociais entre amigos, família para que ocorra mudanças, o projeto ocorre a partir do momento em que o indivíduo tem a necessidade ou opção de escolha, ou a necessidade de manipular “mundos” como pessoas ou instituições, esta será a base para um novo projeto. A existência destes projetos está diretamente conectada a contextos socioculturais específicos em que se leva em consideração a ambiguidade-fragmentação-totalização (VELHO, 2004).

1.4 Formação de territórios e territorialidades

Para explicar a ocorrência de territórios territorialidades é necessário compreender o conceito de território e dentro dele, os fatores envolvidos na formação destas identidades. A concepção de território adotada nesta pesquisa segue uma vertente culturalista, compreendendo o território como um espaço simbólico, construído através de relações sociais, as quais atuam transformando o espaço em um lugar, repleto de significados e processos interativos com o meio.

Para Haesbaert (2007) a concepção de território já foi muito negligenciada pela geografia, tendo sido abordada, inicialmente, com maior ênfase nas ciências sociais e

políticas. O autor afirma que enquanto a geografia se limitava a focar a materialidade do território, as ciências políticas estavam preocupadas com a sua construção a partir das relações de poder, a economia a partir das bases de produção e a sociologia com as relações sociais e de redes que o estabeleciam. A partir destas várias disciplinas que estudam o conceito, Haesbaert destaca três concepções que marcaram inicialmente a definição de território: 1) a materialista; 2) a integradora; 3) a idealista.

- 1) *A perspectiva materialista*: define-se pelo entendimento do território através das relações econômicas e/ou de produção, tendo seu marco teórico fundado em três concepções principais: a naturalista, a econômica e a jurídico-política.
 - 1.1) A concepção naturalista: enfatizava uma territorialidade humana instintiva, manifestada em espaços mais ou menos exclusivos, nos quais os sujeitos ou grupos sociais estariam ligados emocionalmente para evitar outros grupos ou outras manifestações de agressividade. Dentro desta perspectiva considerava-se fatores como: as fronteiras, a diversidade de comportamento territorial, as migrações, a base de recursos para a sobrevivência, as facilidades para a reprodução, dentre outros.
 - 1.2) A concepção econômica também entende o território como uma porção da natureza, considerando que a sociedade reivindica e garante a todos os seus membros direitos de acesso, controle e uso dos recursos que necessitam e que são capazes de explorar (GODELIER, 1984 in HAESBAERT, 2007). Todavia, Haesbaert (2007) salienta que esta visão é muito limitada, pois, o território nem sempre é considerado fonte de recursos, principalmente, se analisamos os espaços com fenômenos naturais como vulcões, que afetam diretamente a vida social. Além disso, o agravamento das questões ambientais gera cada vez mais uma valorização econômica das fontes de recursos como água, os solos agricultáveis, que pode acabar gerando conflitos por domínio dos territórios.
 - 1.3) A perspectiva jurídico-política possui um dos conceitos mais tradicionalistas da geografia, associando o território aos fundamentos materiais do Estado. Em outras palavras deve-se entender território como um espaço de domínio de um grupo humano, legitimado pelo controle

político de suas fronteiras (FREUD, 1977 in HAESBAERT, 2007). Raffestin(1980), Sack (1986), também enfatizam a ligação do território com as relações de poder. Para Raffestin o controle do espaço pode ser definido como “uma prisão que o homem constrói para si mesmo”, assim a territorialidade para ele não se restringe somente as relações de poder, mas também inclui a natureza econômica e simbólica de poder.

- 2) *Na perspectiva integradora* o território deve entendido como um espaço que abrange as diferentes dimensões sociais da sociedade e da natureza, não se restringindo ao estritamente natural, político, econômico ou cultural. Andrade (2005) considera que o território é uma área que apresenta população, economia, produção, comércio, transporte e setores que movimentam determinado espaço. Contudo, Haesbaert (2007) salienta que esta teoria pode ser considerada muito pretensiosa, pois seria muito difícil encontrar atualmente um espaço que integrasse coerentemente todas estas múltiplas dimensões citadas. Sendo assim restariam duas opções: 1) admitir vários tipos de territórios que coexistiriam em um mesmo espaço; ou 2) admitir a apropriação do espaço em termos políticos, econômicos e culturais. O autor destaca este ponto para se pensar na implementação das políticas de ordenamento territorial, que levam em consideração, primeiro, o seu caráter político e seus poderes, presentes no cotidiano das pessoas e, em segundo lugar, o seu carácter integrador em que o Estado possui o papel de “gestor-redistributivo em que todos os atores sociais reconhecem o espaço e suas múltiplas funções. Neste debate a conclusão de Haesbaert (2007, p.78) é: “O território define-se antes de tudo com referência às relações sociais e ao contexto histórico no qual está inserido (...)É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o território com o qual estamos trabalhando”.
- 3) *Na perspectiva de território idealista* o espaço está ligado à ideia, à simbologia e também à identidade da população que o habita. Por isso ocorre a valorização da dimensão local. Sendo assim, o território acaba por reforçar o seu valor simbólico. Um exemplo clássico para se entender esta perspectiva são as sociedades tradicionais como os territórios indígenas e também as propriedades particulares, em que a população possui um vínculo,

uma relação com o seu território (HAESBAERT, 2007). Sendo assim, o território deve ser considerado não apenas como um espaço de domínio ou de controle político, mas, também, de apropriação, incluindo a dimensão simbólica, identitária e afetiva (HAESBAERT, 1997).

Haesbaert (2007, p.92) ainda explica que o caráter simbólico do território tem se tornado cada vez mais forte, pois: “enquanto a economia globalizada torna os espaços muito mais fluidos, a cultura, a identidade, muitas vezes re-situa os indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas”. Muitos grupos se juntam em torno de ideologias e espaços mais fechados objetivando a manutenção de sua identidade cultural e a preservação de suas condições de existência.

Nesta perspectiva idealista sobre os territórios surge um segundo conceito: a territorialidade, que enfatiza as questões de ordem simbólico-cultural podendo estar relacionado ao conceito de identidade territorial que é essencial para este trabalho. A territorialidade é definida por Sack (1986) como uma estratégia espacial usada para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas. O uso de uma área depende de quem a controla. No âmbito político a territorialidade também está ligada a maneira como as pessoas fazem o uso da terra, com elas se organizam no espaço e, conseqüentemente, qual o significado que estas pessoas irão conceder ao lugar. Raffestin (1988) afirma que territorialidade é o conjunto de relações estabelecidas pelo ser humano pertencente a uma sociedade com a exterioridade, através do auxílio de mediadores ou instrumentos. Um dos instrumentos que participam no processo de formação de territorialidades são as redes.

Para Raffestin (1986), a produção de um território é feito por malhas, nós e redes, onde as pessoas possuem suas fontes de informações enquanto pertencente a uma determinada cultura. Para o autor, o acesso a informação acaba por comandar o processo de territorialização. Haesbaert (1997) explica que a criação de um novo território tem como um dos pilares as redes. O autor acrescenta que, principalmente as redes hierárquicas podem também garantir o controle e a identidade interna, fazendo o papel de dominação e também de solidariedade.

Assim como as redes podem estabelecer novos territórios, o território também atua como um articulador das redes, que podem abranger também outros territórios. Neste sentido, Haesbaert (2007) destaca que as relações de poder também são responsáveis pela produção de identidade, pois, acabam por controlar, distinguir, separar, nomear e classificar os indivíduos e os grupos sociais. Todo processo de identificação social é sinônimo de uma relação política, acionada como estratégia em um momento de conflito e/ou negociações. Deste modo, o conceito de território deve levar em consideração as relações de poder, porém, sem se restringir ao poder na sua dimensão política.

Deve-se entender o poder como uma maneira de dominação em um sentido simbólico, de apropriação. Lefebvre (1986) in Haesbaert (1997), distingue apropriação e dominação. Pelo primeiro, entende um processo simbólico, integrado com o tempo vivido, ao valor de uso. Já o segundo termo se refere ao valor de troca, a medida que os agentes o manipulam e o tornam funcional. Entende-se portanto, a partir de Lefebvre que o território enquanto “espaço-tempo vivido” é múltiplo, diverso e complexo, carregado de simbologias e significados. Já a dimensão “funcional” atende somente a demanda do sistema capitalista, que segundo Haesbaert(1997) torna-se uma “figura do Estado territorial moderno”, “defendendo a lógica territorial padrão e não admitindo a multiplicidade e a sobreposição de jurisdições ou de territorialidades”.

Sendo assim, tanto a “dominação” quanto a “apropriação” estão associadas aos territórios. Porém, devido ao sistema capitalista a lógica de dominação se sobrepõe a apropriação, valorizando somente as atividades econômicas e os valores contábeis. Portanto, para o autor, o território inclui relações de dominação, apropriação entre os atores sociais, espaço e tempo que sofre influência desde a esfera político-econômica, assim como a cultural-simbólica. Todavia, Lefebvre insiste na dimensão simbólica, ainda que ela seja funcional ao sistema capitalista. Segundo o autor:

O "território simbólico" invade e refaz as "funções" num caráter complexo e indissociável em relação à funcionalidade dos territórios, ou seja, a dominação lefebvriana toma-se, mais do que nunca, também, simbólica - um simbólico, porém, que não advém do "espaço vivido" da maioria, mas da reconstrução identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos (LEFBVRE in HAESBAERT, 1997, p. 49).

Dentro do processo de formação territorial considera-se o tempo, a dominação e apropriação, sendo que o território e a territorialidade devem ser compreendidos pela diversidade de suas manifestações, principalmente dos poderes, incorporados pela sociedade tanto de quem manifesta o poder, como de quem sofre o poder, assim como as formas de resistência, pois sem ela o território também não existiria (HAESBAERT, 1997). A partir disto, o território deve ser compreendido por meio daqueles que o constroem, sejam atores sociais, grupos, Estado ou instituições, a forma como se dá o controle social através de sua territorialização vai variar de acordo com a sociedade e sua cultura. Para Sack (1986) in Haesbaert, controlar uma área significa criar um território, com o objetivo de alcançar, afetar, influenciar ou ter o controle sob pessoas, fenômenos e relacionamentos.

Assim como os territórios são construídos pelos atores sociais, os mesmos também são responsáveis pela construção da identidade que segundo Bauman (2005); Hall (2006) a identidade é entendida como uma autodeterminação, onde as entidades passam a determinar as identidades. Para Bauman(2005), a identidade trata-se de uma invenção, um esforço, um objetivo em constante construção, a sua essência é construída através da referência dos vínculos que conectam as pessoas, ou seja, uma experimentação infundável. Hall(2006) apresenta o conceito nominado como “identidades culturais”, referindo-se aos aspectos das nossas identidades, nos quais surge a ideia de pertencer a um certo grupo social como culturas, raciais, linguísticas, religiosas e, principalmente, nacionais e que passa a se tornar uma questão, quando está em crise, quando algo que antes era coerente e estável é questionado pela dúvida e incerteza, a descentralização dos indivíduos de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si próprios resulta na “crise de identidade”.

Apesar da palavra poder nos remeter a dominação, este termo acaba ganhando um significado ampliado, podendo-se entender poder como uma forma de criar laços sociais, grupos e redes dentro de um espaço específico. À medida que se criam novos cenários de sociabilidade estes acabam por produzir e reproduzir identidades sociais e estas se manifestam não somente na produção de uma identidade social, mas, também, na criação de uma identidade econômica. Raffestin (1993) explica que o sistema de representação de signos é definido, também, pela força de trabalho e pelas relações de produção. Sendo assim, deve-se considerar como parte da constituição de um território

o seu caráter funcional constituído pelos atores sociais envolvidos, a qual se institucionalizará em uma identidade territorial funcional. Para Haesbaert (1997), a manifestação do poder simbólico seja através do uso de elementos espaciais, representações ou símbolos, acabam por constituir uma identidade territorial. Em outras palavras, um conjunto harmonioso de representações socioespaciais que concedem ou reconhecem uma homogeneidade em relação ao espaço, dando-lhe coesão e força (simbólica) ao grupo que o habita e se identifica, caracteriza um território e as fronteiras são as bases essenciais para a construção dessas identidades.

1.5 Conclusões do capítulo

O marco teórico elaborado para analisar o processo de formação do território do Araguaia Xingu teve na teoria da migração um importante aporte de sustentação. Os conceitos sobre migração acaba por focar seus estudos na migração rural-urbana levando em consideração, principalmente, as atividades econômicas geradas pelos setores secundário e terciário. Dentro destas perspectivas teóricas a dimensão difusionista é posta em evidência. A sociedade se modernizaria a partir do momento em que as migrações para o ambiente urbano se tornassem maiores e que o campo se mecanizasse. Todavia, estes tipos de pesquisas não investigaram a migração rural-rural, como é o caso da formação do território do Araguaia, o qual se formou em grande parte a partir da migração de outras regiões rurais brasileiras. A partir da visão de Ravestein, considerar o cenário de migração para o Araguaia, afirmou que os migrantes de longas distâncias partiram para novas áreas rurais e não para grandes centros urbanos, percorrendo grandes distâncias. Destaca-se, também, que no caso do Araguaia, os homens migraram mais que as mulheres. No caso dos casados, estes foram primeiro que suas respectivas famílias, as quais se deslocavam depois de uma certa estabilidade financeira.

Já o conceito de Capital Social permite a percepção da importância do parentesco para a vinda de novas pessoas para o território em formação. O capital social dos migrantes estabelece normas, redes, canais de informações e de suporte para aqueles que têm a mesma origem, resultando, assim, na formação de territorialidades. Optou-se, ainda, pelo conceito de “campo de possibilidades” para assinalar os espaços abertos aos migrantes no novo território. Mediante o campo de possibilidades existente é que se

estruturava os projetos de vida dos migrantes, os quais buscavam melhores condições de vida em um novo território.

No que diz respeito ao conceito de território, este permite entender que apesar dele estar extremamente atrelado à ideia de poder, controle e dominação, ele também está relacionado as relações sociais que o constituem, através da produção de dimensões simbólicas, imaginárias e de identidades. A territorialidade aponta, neste sentido, para a capacidade de explorar os recursos da terra, instituída com a funcionalidade atribuída ao lugar, o qual passa a ser portador de identidade e simbologia específica dentro de uma fronteira, marcada por diferenças socioculturais. O reforço destas identidades gera especificidades histórico-sociais e geográficas. A atividade econômica ou a maneira como os migrantes usam o espaço, acabam por produzir fronteiras e identidades específicas dentro de um mesmo território.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Barra do Garças: o local da pesquisa

Barra do Garças localiza-se na região nordeste do Mato Grosso na rodovia BR-158, fronteira com o estado de Goiás, fazendo divisa com Aragarças, no Médio Araguaia. O município é banhado pelos rios Garças e Araguaia, importantes vetores da colonização da cidade. O local começou como distrito da cidade de Araguaiana no Mato Grosso. Em 1948 foi emancipado pela lei nº 121, de 15-09-1948 e Araguaiana foi anexado como distrito. A cidade nesta década chegou a ser a maior do Brasil em extensão territorial, chegando a ter 273.476 mil km². Na figura 1 no quadro de legenda é possível localizar o Vale do Araguaia dividido entre as suas três sub-regiões.

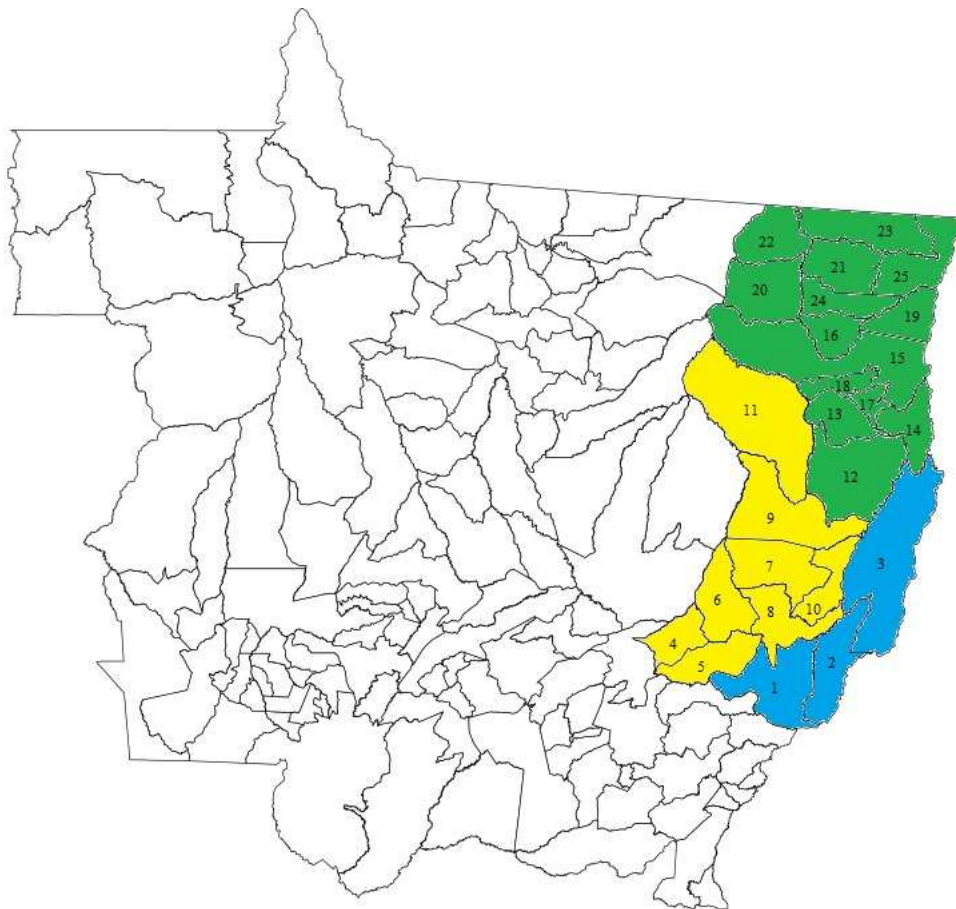


Figura 1: Mapa do Estado do Mato Grosso – Vale do Araguaia
Fonte: Própria autora

Legenda:

Sub-região	Município
Alto Araguaia (Região da cor verde)	7- Água Boa 6- Campinápolis 9- Canarana 10- Nova Nazaré 8- Nova Xavantina 5- Novo São Joaquim 11- Querência 4- Santo Antônio do Leste
Médio Araguaia (Região da cor azul)	2- Araguaiana 1- Barra do Garças 3- Cocalinho
Baixo Araguaia (Região da cor amarela)	18- Alto da Boa Vista 13- Bom Jesus do Araguaia 16- Canabrava do Norte 21- Confresa 19- Luciara 14- Novo Santo Antônio 24- Porto Alegre do Norte 12- Ribeirão Cascalheira 22- Santa Cruz do Xingu 25- Santa Terezinha 15- São Félix do Araguaia 20- São José do Xingu 17- Serra Nova Dourada 23- Vila Rica

A cidade apresenta a maior concentração populacional do Vale do Araguaia, com uma população de 58.398 mil habitantes segundo o censo de 2010, o maior IDH, o maior índice de pobreza do Médio Araguaia e o menor PIB. Seu território compreende diversas reservas indígenas principalmente os grupos de Xavante e Bororós.

Tabela 1: Dados do município de investigação

Município	IDH	População Urbana	População Rural	População Total	incidência de pobreza %	PIB local	Densidade demográfica
Médio Araguaia							
Araguaiana	0,687	2189	1008	3.197	27,81	20.616,61	0,50
Barra do Garças	0,748	50.947	5613	56.56	32,23	17.099,35	6,23
Cocalinho	0,660	3647	1843	5490	31,31	22.664,93	0,33

Fonte: Censo 2010/IBGE

A escolha do município deu-se exatamente por ter sido a sede da colonização do Araguaia, atraindo migrantes de diversas regiões do Brasil. No quadro 6 encontra-se

detalhes da formação administrativa de Barra do Garças, que mantém seu território sem mudanças desde o ano de 2009.

Quadro 6: Distritos anexados e emancipados de Barra do Garças- MT.

Decreto	Municípios anexados a Barra do Garças
Lei nº 121, de 15-09-1948	Transferência da sede do Araguaiana para Barra do Garças
Lei estadual nº 163, de 25-10-1948	É criado o distrito de São Félix (ex-povoado) e anexado ao município de Barra do Garças.
Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município já denominado Barra do Garças é constituído de 4 distritos: Barra do Garças, Araguaiana, Cocalinho e São Félix.	
Lei estadual nº 1502, de 12-07-1961	é criado o distrito de Luciara (ex-povoado de Mato Verde), e anexado ao município de Barra do Garças.
Lei estadual nº 1940, de 11-11-1963	Luciara é elevado à categoria de município
Lei estadual nº 2059, de 14-12-1963	é criado o distrito de Ministro João Alberto e anexado ao município de Barra do Garças.
Lei estadual nº 2077, de 14-12-1963	é criado o distrito de Toricueije e anexado ao município de Barra do Garças.
Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 6 distritos: Barra do Garças, Araguaiana, Cocalinho, Ministro João Alberto, São Félix e Toricueije.	
Lei estadual nº 2153, de 15-05-1964	é criado o distrito de Nova Olímpia e anexado ao município de Barra do Garças.
Lei estadual nº 3689, de 13-05-1976	desmembra do município de Barra do Garças o distrito de São Félix. Elevado à categoria de município com a denominação de São Félix do Araguaia.
Lei estadual nº 3759, de 29-06-1976	é criado o distrito de Nova Brasília e anexado ao município de Barra do Garças.
Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 7 distritos: Barra do Garças, Araguaiana, Canarana, Cocalinho, Ministro João Alberto, Nova Brasília e Toricueije.	

Lei estadual nº 4165, de 26-12-1979	desmembra do município de Barra do Garças, o distrito de Canarana. Elevado à categoria de município.
Pela lei estadual nº 4176, de 03-03-1980, os distritos de Ministro João Alberto e Nova Brasília foram extintos, sendo seus territórios anexados ao distrito sede do município de Barra do Garças.	
Lei estadual nº 4322, de 29-06-1981	é criado o distrito de Novo São Joaquim (ex-povoado), e anexado ao município de Barra do Garças.
Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o município é constituído de 5 distritos: Barra do Garças, Araguaiana, Cocalinho, Novo São Joaquim e Toricueije.	
Lei estadual nº 4996, de 13-05-1986	desmembra do município de Barra do Graças o distrito de Nova Olímpia. Elevado à categoria de município.
Lei estadual nº 5006, de 13-05-1986	desmembra do município de Barra do Garças, o distrito de Araguaiana. Elevado à categoria de município.
Lei estadual nº 5007, de 13-05-1986	desmembra do município de Barra do Garças o distrito de Novo São Joaquim. Elevado á categoria de município.
Lei estadual nº 5009, de 13-05-1986	desmembra do município de Barra do Garças o distrito de Cocalinho. Elevado à categoria de município.
Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 2 distritos: Barra do Garças e Toricueije.	
Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 4 distritos: Barra do Garças, Indianópolis, Toricueije e Vale dos Sonhos. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.	

Fonte: IBGE, 2010.

Este quadro permite dimensionar o tamanho da extensão territorial do município e a sua importância para a colonização local. Devido ao grande número de cidades que compreendem o Vale do Araguaia, optou-se pela escolha do município de Barra do Garças em função da sua formação histórica e do tamanho da sua população. Barra do Garças é a cidade mais povoada do Vale do Araguaia e a mais desenvolvida economicamente. Além da grande diversidade de migrantes de várias regiões do Brasil, como mostra a tabela 2. Isto se deve ao fato de ter sido a sede para a colonização do Estado.

Tabela 2: Número de habitantes residentes em Barra do Garças por lugar de nascimento

Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
Barra do Garças	753	2759	3954	1760

Fonte: IBGE 2010.

2.2 População e amostra

Como foi citado anteriormente, a região do Vale do Araguaia é composta por vinte e cinco municípios. Possui três subdivisões com características específicas, como a colonização, atividade econômica e desenvolvimento social. Por isso optou-se por delimitar a pesquisa em uma cidade na qual os migrantes de todas as cinco regiões do Brasil estivessem presentes. O critério de seleção da amostra foi qualitativo. Selecionou-se pessoas que presenciaram a colonização e as mudanças socioeconômicas focando principalmente nas mudanças ocorridas a partir da década de 60 na região. Todavia, houveram relatos dos migrantes nordestinos e nortistas que foram os pioneiros na povoação do Araguaia na década de 1940.

Sendo assim, a amostra foi caracterizada por uma população quarenta e um a oitenta e oito anos. Para a delimitação do número de entrevistas utilizou-se dois métodos: 1) a seleção racional a escolha de pessoas que apresentavam as características estabelecidas nos objetivos e hipóteses da investigação para obter as informações desejadas; 2) foi utilizado o critério de exaustão, em que o pesquisador realiza as entrevistas de acordo com um número suficiente para evitar a reincidência das informações, buscando, assim, a sua diversificação e abrangência. (MINAYO, 1993).

Portanto, a amostra se compôs de trinta e cinco entrevistados: oito da Região Sul, sendo sete do estado do Rio Grande do Sul e um do Paraná; nove da Região Sudeste, sendo dois de Minas Gerais, quatro de São Paulo e três do Rio de Janeiro. Da Região Nordeste foram entrevistados quatro pessoas da Bahia e uma do Maranhão, da região norte foram quatro de Tocantins e uma do Pará. Por fim, da região Centro-Oeste foram quatro de Goiás, três do Mato Grosso e uma do Mato Grosso do Sul.

Quadro 7: perfil da amostra dos entrevistados da região Sul

Entrevista	Origem	Idade
1	RS	65
11	PR	55
12	RS	64
13	RS	55
14	RS	70
15	RS	67
20	RS	62
24	RS	64

Quadro 8: perfil da amostra dos entrevistados da região Sudeste

Entrevista	Origem	Idade
3	SP	83
5	RJ	67
7	MG	60
9	SP	69
17	SP	68
21	RJ	73
25	MG	80
30	SP	54
35	RJ	58

Quadro 9: perfil da amostra dos entrevistados da região Nordeste

Entrevista	Origem	Idade
4	MA	58
10	BA	67
28	BA	62
29	BA	63
34	BA	41

Quadro 10: perfil da amostra dos entrevistados da região Norte

Entrevista	Origem	Idade
6	PA	88
18	TO	64
22	TO	71
23	PA	62
32	TO	56

33	TO	75
----	----	----

Quadro 11: perfil da amostra dos entrevistados da região Centro-Oeste

Entrevista	Origem	Idade
2	GO	55
8	MS	74
16	MT	84
19	GO	78
26	GO	71
27	MT	72
31	GO	47

Fonte: Dados da pesquisa

2.3 Método de coleta e análise dos dados

Para atingir os objetivos e verificar as hipóteses da pesquisa utilizou-se como método de coleta de dados a história de vida dos entrevistados, através da entrevista em profundidade. Esta metodologia qualitativa tem como objetivo relatar as experiências vividas por pessoas e/ou grupos sociais, pode ser feita de duas maneiras. A primeira conhecida como completa, retrata um conjunto de experiências vividas, a segunda foca em uma determinada etapa de uma experiência em questão. As principais vantagens deste tipo de abordagem é que ela permite ao entrevistado retomar sua experiência de vida de maneira retrospectiva, muitas vezes na fala do entrevistado ele libera seus pensamentos reprimidos, onde encontra-se a representação do coletivo a partir da visão individual, este material portanto, torna-se extremamente rico para uma análise (MINAYO, 1993).

Este é um método de pesquisa qualitativa que surgiu através da escola de Chicago, que os sociólogos W. I. Thomas e F. Znaniecki realizaram uma pesquisa cujo o objetivo era entender como um determinado grupo se insere em uma nova cultura, este trabalho foi caracterizado com intenso trabalho de campo e recolhimento de relatos biográficos, análise de documentos e de cartas. O principal meio de entendimento destes pesquisadores foi perceber através da interpretação de sua narrativa qual a significação dada aos migrantes pela sua ação. Neste sentido tal pesquisa se aproximou da percepção

da construção identitária do sujeito, assim como a afirmação da sua identidade através de seus relatos (SILVA et al, 2007).

Este método se caracteriza pela coleta de dados através de entrevistas, que se aproximam mais de uma conversa, uma interação, um encontro, que permite ao pesquisador se aprofundar no conhecimento de certa realidade, através da recuperação de experiências de vida, que focam nas lembranças pessoais, construindo assim, uma visão mais concreta do funcionamento da trajetória de vida de um grupo social. Essa recuperação é feita através da memória dos entrevistados, reconstruindo o passado pela perspectiva do presente e marcado pelo social (CORRÊA; GUIRAUD, 2009). Segundo Barros e Silva (2002), por meio da entrevista contada pelo sujeito compreende-se o universo do qual ele faz parte, pois incorpora os fatos subjetivos e os sociais vivenciados por eles. Paraná (1996, p.317) complementa que, trata-se de “dar voz àqueles cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante”.

O direcionamento das perguntas das entrevistas foi voltado para a atividade econômica desenvolvida pelo indivíduo, para o relato do seu processo migratório desde a região de sua origem até sua mudança para o Araguaia, para a identificação do campo de oportunidades vislumbrado, bem como para as dificuldades enfrentadas neste processo e como os grupos se identificavam e se distinguiam dentro do seu território. Para conseguir o contato e conseqüentemente as entrevistas foi utilizado a metodologia de *snowball* (Bola de neve). Trata-se de uma técnica de amostragem não probabilística muito utilizada em pesquisas na área de Ciências Sociais. Os participantes iniciais do estudo indicam novos participantes e estes indicam outros novos participantes e assim sucessivamente, até que se alcance o objetivo desejado ou o ponto de saturação, onde o conteúdo das entrevistas começam a ficar repetitivas. Sendo assim, pode-se entender que a Bola de Neve é uma metodologia que utiliza redes de referência (BALDAN; MUNHOZ, 2011).

Essa técnica foi essencial para a coleta de dados, pois devido ao aumento da violência da região muitos entrevistados não nos receberiam para a entrevista sem uma referência de alguém conhecido primeiro. Além disso, as histórias contadas pelos migrantes refletiam toda a sua trajetória de vida pessoal e íntima, sendo assim o contato

de alguém que já tinha sido entrevistado passou confiança para os novos entrevistados e isto facilitou a coleta das entrevistas.

O pré-campo realizado em outubro de 2014 foi essencial dentro desta perspectiva da Bola de Neve, pois foi possível entrar em contato com os funcionários do Inbra de Barra do Garças e estes nos indicaram muitos entrevistados. Além do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi essencial o contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Barra do Garças. Ambas as instituições foram as primeiras que indicaram os entrevistados.

Outro ponto que deve ser destacado foi a presença do meu tio: Neuso Martins durante as visitas com os migrantes. O fato dele ser idoso e conhecer a região por ter exercido a profissão de caminhoneiro durante a sua vida profissional, acabou por transmitir confiança aos entrevistados, além de promover um ambiente mais agradável e informal para as entrevistas, facilitando, principalmente, a conversa com os entrevistados do sexo masculino.



Figura 2: Neuso Martins de camisa azul conversando com um dos entrevistados.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas através de dois *softwares*: o primeiro realizou a transcrição dos dados através do aplicativo de uso livre da empresa Google *WebSpeechApi Demonstration*¹. O aplicativo permite que o locutor fale a entrevista e ele transcreve automaticamente através do reconhecimento de voz, sendo

¹ O aplicativo está disponível grátis através do site: <https://www.google.com/intl/pt/chrome/demos/speech.html>.

necessário algumas correções durante a transcrição. Deste modo, ouviu-se todas as entrevistas e repetiu-se para o programa e este o transcrevia automaticamente, feito isso era passado para o documento e feito a correção de palavras que o programa não reconhecia, em geral as palavras não reconhecidas eram gírias, ou dialetos da região.

A segunda ferramenta utilizada foi *software* francês Alceste que segundo Reinert (1990), produz uma análise de discurso, este método busca detectar e examinar estatisticamente através das distribuições das formas lexicais, a sua contribuição para determinar os lugares de enunciação onde os indivíduos e os lugares se elaboram. Por meio das oposições lexicais que o programa detecta, são evidenciadas as oposições entre os diferentes pontos de vista coletivos inscritos no vocabulário de um texto.

Para a análise e conclusão dos resultados, optou-se nesta pesquisa por categorizar os dados segundo as variáveis do estudo, as quais estavam relacionadas aos objetivos e as hipóteses da pesquisa. No que diz respeito ao objetivo geral adotou-se se duas variáveis para operacionalização do mesmo: a primeira os “grupos de migrantes” e a segunda “territorialidades”.

Quadro 12: Operacionalização das variáveis do objetivo geral

	Variável	Indicadores
Objetivo Geral	1- Grupos de Migrantes	-Origem -Atividade econômica da origem - Cultura de origem
	2- Territorialidades	- Local onde se instalou no Araguaia - Característica de cada sub-região -Economia das sub-regiões -Tradição econômica

Fonte: própria autora

Para operacionalizar os objetivos específicos utilizaram-se as variáveis: campo de oportunidades e redes de origem e destino. No segundo objetivo utilizou-se as variáveis “atuação do Estado” e “campo de oportunidades”. No terceiro objetivo específico as variáveis utilizadas para a operacionalização do mesmo foram: grupos identitários, identificação, diferenciação e territorialização. No quarto objetivo específico, a operacionalização foi realizada por meio das variáveis “utilização dos territórios” e “diferentes grupos de migrantes”. No quinto, as variáveis foram “motivações” e “projetos de vida”.

Quadro 13: operacionalização das variáveis dos objetivos específicos

Objetivos Específicos	Variáveis	Indicadores
1	Redes de origem e destino Campo de Oportunidades	-Local de origem -Projetos colonizadores privados -Parentes e amigos que migravam -Projetos colonizadores do governo -Mato Grosso, terra das oportunidades
2	Atuação do Estado Campo de oportunidades	-Políticas públicas envolvidas -Incentivos Fiscais -Cooperativas de colonização -Instituições envolvidas na colonização (governo, igreja, relações sociais, família) -Situação fundiária no Mato Grosso (terras baratas)
3	Grupos identitários Identificação Diferenciação Territorialidade	-Costumes trazidos da cidade natal -Atividade econômica -Local onde se instalou no Araguaia -Organização da colonização (projetos) -Diferença atual na estrutura das cidades -Atividade econômica específica de cada grupo -Cultura de origem de cada grupo (pecuária, agricultura e prestação de serviços)
4	Motivações Projetos de vida	-Aumentar a renda -Facilidade na compra de terras -Aumento da área de terras e produção -Projetos de colonização -Dificuldades na terra natal -Fácil acesso às políticas de subsídio agrícola -Famíliares e conhecidos que migraram antes -Novas oportunidades

Fonte: dados da pesquisa

A hipótese foi operacionalizada considerando-se suas variáveis independentes e dependentes. A primeira variável da hipótese a “origem dos migrantes” se constituía em uma variável independente e a “configuração das redes sociais e econômicas” a variável dependente. Segundo a hipótese, a origem dos migrantes foi determinante para a permanência das suas redes de origem. Outra variável independente foi “redes sociais e econômicas”, enquanto que a dependente foi “configuração de diferentes territorialidades afirmando assim, que as redes formadas pelos migrantes no que se refere às suas relações sociais e econômicas foram essenciais para a formação de territorialidades no Araguaia, ou seja, o processo de segregação de identidades em diferentes territórios no Araguaia sofrem a influência destas redes.

Quadro 14: operacionalização das variáveis da hipótese

Hipótese	Variáveis	Indicadores
1	Origem dos migrantes Redes sociais e econômicas Configuração de diferentes territorialidades econômicas	-Fases da colonização e concentração de migrantes -A igreja luterana (colonização sulista) -Parentes e conhecidos migrantes (fonte de

		informação confiável) -Segregação socioespacial -Segregação das atividades econômicas ao longo de todo o Vale do Araguaia
--	--	---

Fonte: própria autora.

Outro recurso utilizado para a coleta de dados nas entrevistas foi a memória dos entrevistados, que como foi destacado anteriormente, faz parte do processo da reprodução da sua identidade. As suas histórias de vida, as suas recordações e a sua cultura de origem foram essenciais para a formação dos territórios.

2.4 A memória de “velhos” como fonte da investigação

O trabalho com a memória dos idosos buscou colher as narrativas relativas a sua vinda para o Mato Grosso, bem como os relatos acerca das dificuldades que passaram em suas terras natais e as motivações para deixá-las. Os relatos seguiam uma certa estrutura temporal, passando em seguida para o processo de mudança para o novo território, com os relatos relativos aos medos, as ambições e as expectativas dessa transição. Depois as narrativas seguiam com os relatos acerca das dificuldades que enfrentaram. Bosi (1987) em seu livro “Memórias de velhos”, relata sua experiência ao entrevistar idosos imigrantes italianos da cidade de São Paulo durante a Revolução Constitucionalista de 1932.

Para Bosi (1987) a memória funciona como uma reserva infinita que cresce a cada momento da vida, sendo formada através das experiências vividas ao longo da vida. A memória dos indivíduos depende também das suas relações sociais como a família, a escola, a igreja, a profissão, enfim, com todos os grupos que envolvem a vida social do sujeito. Portanto, ela está diretamente relacionada com a memória de grupo, as suas tradições, a cultura, as ideologias e a memória coletiva de cada sociedade. A narração da sua própria vida é a essência pura da sua memória. “A memória funciona como uma sucessão de etapas, de pontos ou marcos onde o significado da vida se concentra” (BOSI, 1987, p. 337).

Assim, quando um grupo social trabalha sempre em conjunto, existe uma tendência de criar correntes de narração e interpretação dos fatos, constituindo o que

Bosi chama de “universos de significado” que fornecem o material para a versão da história, que se constrói e se consagra a partir do ponto de vista do grupo e acaba eternizado na sua história de vida (BOSI, 1987). Para Halbwachs in Bosi (1987), até a memória individual é um ponto de vista coletivo já que “pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual” (p. 335).

O grupo no qual nos identificamos representa o suporte da memória e por isso acaba-se fazendo uma junção entre a memória do passado pessoal e a do grupo como um todo. Sendo assim, a memória grupal é constituída pelas memórias individuais, dado que a mente humana tem a tendência de remodelar toda as experiências vividas em categorias claras, coesas e com utilidade para o presente. Face ao exposto destaca-se que a memória individual ainda é mais fiel do que a social, uma vez que esta não sofre distorções, limitações ou a perda da percepção original individual, a memória grupal pode conter preconceitos e tendências de um grupo que pode entrar em confronto com as histórias individuais.

Bosi (1987) afirma que, na memória dos velhos é possível verificar histórias sociais mais bem desenvolvidas pois “elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas, já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis” (BOSI, 1987, p. 22). Por conseguinte, a memória de um idoso é bem mais definida do que de pessoas na adolescência ou na vida adulta, a memória do velho é tradução pura do seu passado. Halbwachs in Bosi (1987) ressalta que o velho se interessa muito mais pelo passado, isto se deve a sua função social na fase idosa, pois, uma pessoa de idade já não é um membro ativo da sociedade e por isso a sua função é de lembrar. O desejo de lembrar resulta no modo de construir o seu presente. Bosi (1987) explica que, a memória dos velhos transmite um mundo social vasto de riquezas e uma diversidade que não dimensionamos, a sua narrativa é sempre composta por experiências profundas, uma mescla de nostalgia, revolta, resignação por mudanças e desaparecimento dos entes amados, ela representa a riqueza dos conhecimentos que podem ser repassados a gerações futuras e quando isto não ocorre é uma grande perda para o presente.

Nesta pesquisa destacou-se em vários tópicos o papel das redes das relações sociais nos processos de formação territorial que envolveram o Araguaia, como nas migrações, o capital social e nestes o papel da família no deslocamento e ambientação no novo território. Como citado anteriormente, as entrevistas coletadas também foram compostas de filhos de migrantes que ouviam as histórias de seus familiares sobre o processo de transição entre a cidade natal para Barra do Garças e sua adaptação. À vista disso, Bosi também destaca o papel da família na formulação das memórias das pessoas envolvidas no seu ciclo de convivência como os filhos, pois todos os acontecimentos externos chegam até os jovens filtrados e interpretados pelos parentes. Dentro do espaço familiar existe uma força de coesão muito forte, pois é neste espaço que o indivíduo é destinado, ou seja, os laços familiares são irreversíveis. Apesar da sua falta de flexibilidade são nas relações de parentesco onde a personalidade dos indivíduos é mais valorizada. A autora ainda cita que, na constituição da memória familiar depende do contato entre outros grupos, como a sua vizinhança, uma vez que essas pessoas fizeram parte de sua história, portanto, das suas memórias.

Rouso (2002) assim como Bosi acredita que a memória está estritamente ligada a uma representação seletiva do passado, que não se limita as recordações individuais mas também das relações sociais do qual o indivíduo fez parte. Por isso, as memórias são elementos essenciais na (trans)formação das identidades, dentro de contextos sociais que um indivíduo conviveu durante a vida, que se traduzirão nas suas experiências de vida, sendo assim, essas experiências serão compartilhadas por meio das memórias e estas por meios das narrativas, que terão influências de pessoas externas e isto influenciará na formação da identidade pessoal de um sujeito.

Pollak (1992) explica que na construção de identidade de um sujeito existem três elementos. O primeiro seria a unidade física, o sentimento de ter fronteiras (no corpo) ou fronteiras de pertencimento a um grupo. O segundo é de continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, moral e psicológico. O terceiro o sentimento de coerência onde os elementos do qual consistem um indivíduo são efetivamente unificados e portanto, a partir destes três elementos deve-se considerar que caso houver o rompimento do sentimento de unidade ou continuidade é possível observar fenômenos patológicos.

A partir daí, pode-se dizer que a memória é um elemento que constitui o sentimento de identidade (individual ou coletivo), assim como ela é também um fator muito importante no que se refere ao sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo. O autor traz uma reflexão importante para a pesquisa no que se refere a construção de identidades coletivas e o sentido de pertencimento, permitindo uma reflexão para a formação de territorialidades, pois segundo ele:

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLACK, 1992, p.5).

Deste modo conclui-se que, a memória é uma fonte rica de informações dado que, faz parte da história individual e coletiva dos sujeitos, assim como influência no processo de formação de identidades. Em destaque a memória de velhos que contém uma riqueza maior de informações devido ao acúmulo das suas experiências de vida. Ainda mais porque nesta fase nostálgica da vida, a pessoa idosa sente a necessidade e uma grande disposição de compartilhar essas histórias de vida com as gerações mais novas. Além disso, ressalta-se que a história contada pelos filhos dos migrantes não compromete os resultados da pesquisa, pois estas memórias têm toda a influência de seus pais.

2.5 Limitação dos métodos e coleta de dados

Toda investigação está sujeita a limitações, esta pesquisa possui algumas principalmente no que se refere ao local. Por se tratar de um ambiente com alguns conflitos locais e o crescente aumento da violência da cidade, as pessoas evitam falar com desconhecidos, dificultando o acesso, por isso após cada entrevista era pedido um novo contato com o mesmo perfil do entrevistado para que pudesse ser feita outra coleta de dados. Uma segunda dificuldade foi em encontrar documentos históricos sobre a colonização local, durante a pesquisa de campo fui informada de que estes documentos estavam arquivados em um museu na cidade de Aragarças-GO na casa da famosa historiadora da região a professora Zélia Diniz, que não pode conceder uma entrevista

ou o acesso a esta documentação, durante o trabalho de campo, devido a questões de saúde. Todavia durante as entrevistas fui presenteada com livros escritos por Norberto Schwuantes e Pedro Bilégo um dos principais colonizadores do Araguaia, que continham muitas informações históricas sobre a colonização local.

A terceira limitação refere-se ao uso da metodologia “histórias de vida”. Por se tratar de um método que depende da memória das pessoas, esta pode ser limitada e até mesmo seletiva, dificultando a coleta de dados. Porém, há certos dados que não são documentados e se baseiam no saber popular, por isso as entrevistas permitiram um adensamento das informações. Além disso, a memória está diretamente ligada a identidade de um grupo social.

2.6 Trajetória do trabalho de campo em Barra do Garças

Devido às várias especificidades que este estudo buscou abranger percebeu-se a necessidade de relatar a trajetória do trabalho de campo no município de Barra do Garças para a coleta dos dados.

Uma das primeiras dificuldades que podem ser relatadas nesta pesquisa, trata-se da abrangência de municípios que abarcam o Vale do Araguaia, como foi e será explicado mais detalhadamente ao longo do texto, a região foi criada a partir de Barra do Garças, em que na medida que os municípios iam se desenvolvendo conseguiam sua emancipação e formando a atual divisão geográfica do Vale. Diante de um vasto território, recursos financeiros e tempo limitado para uma pesquisa de mestrado, foi necessário a escolha de um município chave, que fosse capaz de atender os objetivos e analisar a hipótese da pesquisa.

A segunda dificuldade foi levar delimitar o espaço histórico da colonização do Araguaia. O conceito de território nesta pesquisa destaca em primeiro lugar a periodização de sua formação. A intenção primária da pesquisa era delimitar os anos, visando principalmente a década de 1950, na chegada dos grupos da região Sudeste, porém, levando em consideração que a colonização pioneira na região foi marcada pelos migrantes das regiões norte e nordeste e que estes ainda assumem papéis de destaque nas territorialidades do Araguaia, por isso, a delimitação de data limitaria as informações para a pesquisa.

A partir dessas premissas que poderiam trazer maiores problemas, foi necessário um pré-campo um ano antes da pesquisa ser realmente elaborada. Com esta primeira visita foi possível perceber as características de Barra do Garças, dos seus habitantes, sua economia e suas divisões culturais, também com este pré-campo realizou-se contatos importantes, como no Incra, para a indicação de entrevistados.

Com os objetivos claros para a pesquisa e também um guia para as entrevistas, surgiu um segundo obstáculo. Como foi exemplificado o Vale do Araguaia ainda é conhecido pela violência que marca a região, sendo uma característica local a ocorrência de brigas, conflitos e assassinatos, além disso, o fato de eu ser uma pesquisadora do sexo feminino, poderia me colocar em situações de risco que deveriam ser evitadas. Por isso, a presença do meu tio que antes trabalhava com caminhoneiros e já conhecia a região, me trouxe a segurança de poder entrevistar os migrantes, a maioria do sexo masculino e também devido a que ele se aproximava mais da faixa etária dos entrevistados, trouxe mais liberdade aos migrantes nos momentos das entrevistas, com certeza a presença dele enriqueceu muito o conteúdo das narrativas coletadas.

Outro obstáculo trazido pela herança dos conflitos da região é o medo em relação aos migrantes de conceder as entrevistas e também de fornecer as informações de suas vidas pessoais. Por isso, ao chegar no local procuramos nossos contatos no Incra que foram essenciais para indicar pessoas na entrevista, pois a partir do momento em que você é indicado por alguém conhecido dos migrantes, eles se sentiam mais à vontade para contar suas histórias de vida, daí a importância das redes na elaboração desta pesquisa. Parte desse medo consiste em que muitas pessoas ainda possuem terras ilegais no Mato Grosso e por isso tinham medo de contar suas histórias de vida.

Para finalizar, outro fator que também surgiu como um obstáculo na pesquisa, que poderia enriquecê-la do ponto de vista do grupo indígena, trazendo o ponto de vista deste grupo no contexto de formação territorial do Araguaia, todavia, a herança da colonização violenta que ocorreu na região, acabou por afastar as populações indígenas das não-indígenas e ficou praticamente impossível se aproximar deste grupo. Mesmo através de indicações, os índios hoje se encontram fechados em seus grupos e não fornecem muitas informações sobre sua vida ou cultura.

CAPÍTULO III

BARRA DO GARÇAS

“Barra do Garças é uma das cidades que tem a mais linda história e um passado orgulhoso. Nasceu da pertinácia dos aventureiros bandeirantes, e dos garimpeiros, que numa vida de lutas e sacrifícios, alimentados pela esperança de alcançar a riqueza, enfrentaram as intempéries, desbravaram regiões e construíram núcleos” Valdon Varjão (2012- pioneiro e historiador de Barra do Garças-MT).



Figura 3: Praça dos garimpeiros, no centro da cidade, homenagem aos primeiros desbravadores do Araguaia.

O objetivo deste capítulo é contextualizar a formação do território do Araguaia, a partir das entrevistas coletadas no trabalho de campo no município de Barra do Garças. Neste capítulo se descreve como se deu a formação e o desenvolvimento do município de Barra do Garças. De acordo com as narrativas dos entrevistados, pode-se dividir a colonização da Barra em 4 fases: 1^a) o garimpo; 2^a) as expedições e os projetos de colonização do governo federal; 3^a) projetos de colonização privados que posteriormente também tiveram o auxílio governamental, 4^a) a estagnação da cidade e seu posterior crescimento devido a instalação de universidades públicas e privadas.

Cada fase é essencial para a compreensão do processo de formação de identidades no território visto que, a região recebeu concentrações de migrantes de diversas partes do Brasil, cada grupo concentrado em uma fase de colonização.

3.1. Os garimpos, as Expedição Roncador Xingu e a Fundação Brasil Central

O município de Barra do Garças recebeu este nome por ser banhado por dois rios importantes para a região: o Rio Garças, e o Rio Araguaia. As margens dos rios revelaram-se ricas em pedras preciosas, principalmente, o diamante motivando assim o garimpo na cidade. A cidade foi fundada no ano de 1924 por garimpeiros nortistas e nordestinos. A Barra alcançou a sua emancipação político-administrativa em 1948, transformando-se no maior município do Brasil, com uma extensão territorial de 273.476 mil km². A cidade se estendia até o município de São Félix do Araguaia a uma distância de 800 quilômetros. Abrangia quase todo o território do Vale do Araguaia no estado do Mato Grosso.

Durante as décadas de 1920 a 1940, o garimpo foi a principal fonte econômica da então Vila de Barra Cuiabana. Os garimpeiros vinham das regiões nordeste e norte para a atividade. Entre essas regiões destacou-se a população maranhense e do Tocantins, que nesta época ainda fazia parte de Goiás. Os motivos para essa concentração de migrantes nortistas e nordestinos estava relacionado ao esgotamento da ciclo da borracha, que atingiu muitas famílias dessas duas regiões do Brasil. As terras nestas regiões sofreram uma forte desvalorização e por isso as pessoas tiveram que vender as suas fazendas por um valor bem abaixo do mercado e migrar para outras regiões do Brasil. Segundo relato de um dos entrevistado, a queda da borracha foi a responsável, inclusive, pela vinda da família do primeiro prefeito de Barra do Garças:

“No Maranhão houve a queda da borracha, razão da guerra e o pai dele era seringueiro, era dono de um seringal muito grande e com a queda da borracha, desvalorizou tudo, a família era muito grande e eles migraram pro Pará, pra Conceição do Araguaia e lá o pai dele morreu, ele tinha oito anos, com a mãe e os irmãos. A partir daí a vida ficou muito difícil pra eles, aí surgiu a história de que no Mato Grosso teria garimpo de muito diamante, que lá, aqui era a terra da esperança, então o que aconteceu, foi que os nordestinos, naquela época, começaram a migrar pra cá subiu os barcos e tal pra essa região, era os garimpos do Rio Garças, tinha o rio Garças e o Araguaia” (Entrevista 4, 58 anos, sexo feminino, Maranhão).

“Com a saga do garimpo o país todo ficou sabendo da região, principalmente norte do Pará e Maranhão então veio muita gente e também da Bahia” (Entrevista 23, 62 anos, sexo feminino, Pará).

“Eles falavam zonas de garimpo, então esse pessoal que vinha do Norte eles vinham em busca de lugares que estivessem desenvolvendo, onde tivesse um pouco mais de dinheiro e na época a Barra foi o ponto que eles acharam que deviam vir conhecer e acabaram ficando e nós estamos aqui até hoje” (Entrevista 28, 62 anos, sexo feminino, Bahia).

Como se pode notar na fala dos entrevistados, Barra do Garças ganhou uma fama nacional sendo denominada como: “a terra da esperança”, “a terra onde corria dinheiro”, “a terra onde você ficava rico muito rápido”. Devido a fama do garimpo, foram chegando cada vez mais migrantes para Barra do Garças e também para os municípios vizinhos. Estes garimpeiros se instalavam na região montando barracas ou casas de palha ao redor dos rios e assim foi surgindo o município da Barra. Com a crescente vinda de migrantes a Vila passou a ter o que se chamava na época de armazéns: pequenas lojas de comércio onde se vendia de tudo, desde a alimentação a roupas. Além dos armazéns havia muitos compradores de diamante, que eram chamados pela população de “capangueiros”. Eles compravam os diamantes para revender nos grandes municípios brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro.

A região nas décadas de 20 a 40 ainda era povoada por índios Bororos e Xavantes e pela população ribeirinha (Axa, 2012). Aos poucos foi sendo ocupada por migrantes em busca de novas oportunidades de vida. Estes migrantes passavam por inúmeras dificuldades no processo de migração, como ter que viajar em “batelões”, barcos grandes, pois, a região ainda não possuía estradas. Essas viagens duravam de dois a seis meses. Em alguns trechos havia a necessidade de se locomover a pé e em jumentos:

“O estado era pobre e as pessoas que vinham de lá da Bahia, do Maranhão vinham em busca de recurso pra melhorar a vida. Então os primeiros anos foram de muita dificuldade e eles vieram tudo pelo rio era tudo através desse jeito, o rio era um sofrimento danado. Meu pai contava de quando ele saiu de lá da Bahia levaram quatro meses até eles chegarem. Passava fome, a parte que não dava pra vir por água, eles vinham a pé ou de jumento foi muito sofrida a vinda deles” (Entrevista 28, 62 anos, sexo feminino, Bahia).

Com a aglomeração dos garimpeiros a margem dos rios, foram surgindo constantes disputas territoriais pelo diamante. Ocorriam diversos assassinatos entre garimpeiros devido as disputas de territórios e ao roubo de pedras. Bilégo, em seu livro,

“Memórias de um pau de Arara”, relata que havia uma regra dentro do universo dos garimpeiros: aqueles que fossem pegos roubando eram assassinados em público para servir de exemplo para outros. Assim, a região ficou conhecida como a terra da riqueza mas, também, dos pistoleiros e dos animais selvagens: uma terra perigosa e sem lei. Com o aumento da fama da riqueza da região, o governo decidiu intervir. Na década de 1920, o governador do Mato Grosso Joaquim Augusto da Costa Marques assinou a lei nº 707, de 15/07/1915 que dava a concessão a uma mineradora multinacional da Inglaterra chamada “Cia, Indústria e Comércio” o direito de explorar as jazidas minerais, os metais e demais riquezas existentes no Vale do Rio Garças e seus afluentes. Esta concessão foi motivo de grandes divergências dentro do governo, pois representava para as pessoas da região a concessão do patrimônio nacional ao domínio estrangeiro. Um dos políticos que foi contrário a esta concessão e assinou um parecer contrário foi o José Morbeck, na época, Diretor de Repartição de Terras, Minas e Colonização de Mato Grosso. Após isso Morbeck assinou a sua carta de demissão e se juntou aos garimpeiros em defesa da região do Araguaia. O governador, sentindo-se ameaçado com o comportamento de Morbeck, montou um exército, fornecendo armas, munição, soldados, jagunços e pistoleiros, com o objetivo matar qualquer um que fosse contra a concessão, principalmente Morbeck e os defensores que se juntaram a ele.

No governo do coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa de 1922 a 1925, Morbeck lutou a favor dos garimpeiros e também à abusiva cobrança de impostos em uma região em que o poder público estava ausente. Este enfrentamento ficou conhecido na região como “Revolução Morbeck versus Carvalhinho”. Nela foram mortos milhares de garimpeiros maranhenses sob o comando de coronéis e do governador do estado. Porém a revolução acabou cessando com a vitória de Morbeck que conseguiu impedir a concessão dos mineiros do Garças à empresa inglesa. Segundo um dos entrevistados, após revolução e o aumento constante do número de migrantes, Antônio Cristino Cortês, fundador de Barra do Garças, percebeu que a Vila poderia se transformar em uma cidade próspera. Contudo, seria necessário a melhoria da infraestrutura da cidade e das condições de moradia:

“E aí ele foi conseguindo construir a Barra porque o objetivo dele como político era o progresso da Barra, então a cidade não tinha energia, não tinha estradas e o que faz uma cidade crescer são as entradas, a energia, a luz e aí como Prefeito ele conseguiu muita coisa. Nós tínhamos o segundo maior município do mundo. E aí em cada política ele vendia uma fazenda

pra financiar a campanha, ele nunca aceitou nada de ninguém porque ele não tinha o rabo preso com ninguém, ele não devia favor pra ninguém, então ele tinha liberdade de agir e falar por ser de independente. E ele conseguiu muitas coisas, ele foi três vezes Prefeito, ele deixou a prefeitura com dinheiro no cofre e com tudo pago e com progresso. Então quando ele foi Prefeito pela segunda vez, ele fez Prefeitura da Barra que era onde é hoje o mercado Mendonça ali no centro, então era uma construção de adobo que chamavam na época, com muitas árvores frutíferas era o único prédio que nós tínhamos que era histórico, mas os outros prefeitos venderam e quando ele fez essa prefeitura ele falava pra todo mundo: vamos comprar lote aqui porque aqui vai ser o centro da Barra, as pessoas falavam que ele estava louco e ele falava que a Barra iria crescer em direção a Cuiabá e os outros discordavam, eles falavam que ia crescer em direção ao rio ele falou: não vai, a cidade vai crescer pro lado da capital e o progresso é pra lá” (Entrevista 32, 56 anos, sexo feminino, Tocantins).

Com a chegada da energia elétrica e a abertura de algumas estradas a região alcançou um maior nível de desenvolvimento local. A vinda das estradas além de ter tido um esforço pessoal de Cortês também foi um dos principais objetivos do Governo Vargas que buscou incentivar a Marcha para o Oeste. Com este intuito expansionista dentro do programa Varguista a Expedição Roncador Xingu, em 1943, e a Fundação Brasil Central, em 1944.

Os planos da Expedição, traçados no Rio de Janeiro, falavam em Goiás Velho, antiga capital do Estado, como porta de entrada para o sertão. O Araguaia, pela nova rota, seria alcançado na junção com seu maior afluente, o rio das Garças. Ali iria se estabelecer a base da Expedição, que ficaria na margem goiana, defronte à foz do tributário (BOAS; BOAS, 2012, p. 38).

A portaria nº 77 da Coordenação de Mobilização Econômica designou a criação da Expedição Roncador Xingu que tinha como objetivo estabelecer comunicação com o interior do país, principalmente, entre o Amazonas e o Centro-Oeste. Um ano depois criou-se a Fundação Brasil Central, órgão que visava orientar e administrar os trabalhos da expedição. Todavia, a ocupação não foi alcançada pela Expedição, mas sim pela abertura das estradas BR-163 e BR-158 (AXA, 2012). Bonfati (2006) explica que, o papel inicial da Expedição Roncador Xingu era reconhecer a área, abrir estradas e construir infraestrutura. Já a Fundação Brasil Central tinha por objetivo a formulação de políticas que garantissem e assegurassem a manutenção dos trabalhos de colonização. Para tanto, a Fundação Brasil incentivou a implantação de atividades produtivas e núcleos habitacionais. O autor destaca ainda, que as principais dificuldades no processo de colonização do Araguaia estava vinculado ao excesso e extensão de rios como o

Araguaia e das Mortes, que dificultavam o transporte de mercadorias, assim como as matas muito fechadas e a grande distância dos centros produtores e fornecedores de materiais e equipamentos básicos para sobrevivência.

A expedição Roncador Xingu partiu de Aragarças até o Rio das Mortes, localizado perto da cidade de Nova Xavantina. Este seria o primeiro núcleo de colonização. A Expedição contou não somente com homens do governo, mas, também, com sertanejos, indígenas e garimpeiros, que foram sendo recrutados ao longo da expedição (GALVÃO, 2011). Segundo Rocha (2010), a Expedição Roncador Xingu não obteve sucesso devido ao grande número de conflitos territoriais, envolvendo os garimpeiros que já habitavam a região, aproximadamente 30.000, além dos conflitos com a população indígena, principalmente, com os índios da aldeia xavante.

A Fundação Brasil Central (FBC) trouxe consigo muito desenvolvimento para o Araguaia. Ela foi responsável pela abertura de diversas estradas, pela construção do aeroporto de Aragarças, pela vinda de médicos, engenheiros e professores para a região, além da construção de casas para os moradores locais e de instalações para prestar serviços básicos, como: ambulatórios, sedes administrativas, alojamentos, moradias, serraria e olaria com o intuito de facilitar a vinda de novas pessoas para a região. Devido ao fato da expedição e da FBC terem se estabelecido em tempos de guerra, os recursos financeiros para ambos os programas eram escassos. Porém, receberam auxílio de vários coronéis, principalmente os paulistas que tinham muito interesse na região (GALVÃO, 2011). A população via a FBC “como uma mãe”:

“Havia muita gente que era ajudado pela Fundação Brasil Central. Essa fundação era considerada a mãe da pobreza, porque ajudava o povo e nessa época só tinha uma rua dos Finados Varjão e do Lalau, que na época tinha que atravessar por balsa os carros, então nosso transporte era através de Canoas, porque só tinha uma rua com paralelepípedos o resto era tudo mato, tinha com 45 casas da extinta Fundação Brasil Central” (Entrevista 21, 73 anos, sexo masculino, Rio de Janeiro).

Mas os trabalhos da Fundação Brasil Central encerraram devido a corrupção interna e, também, a inviabilidade financeira do projeto. Em 1966 a FBC foi extinta, dando lugar a SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste). Tratava-se de um organismo criado para sustentar a política federal de desenvolvimento

regional dos governos militares (MORENO, 1999). No mesmo ano, o município de Barra do Garças foi incorporado as fronteiras agrícolas do Brasil. Assim, o governo federal, através de sua política agrícola, elegeu a cidade como o Polo de Desenvolvimento do Estado, atraindo para a região grandes empresas agropecuárias através da SUDAM.

3.2 A Fazenda Suiá-Missu e a SUDAM

Em 1964, após o golpe militar, o presidente Castello Branco criou a operação Amazônia, que tinha como objetivo iniciar um modelo de desenvolvimento econômico na região amazônica. Em 1966, o Governo Federal criou a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) que foi essencial para o fomento de grandes empresas agropecuárias e de latifúndios na região de Barra do Garças. Este marco inicial impulsionou a migração oriunda do centro-sul em direção a Amazônia Legal (NASCIMENTO, 2009). Graças a Sudam, a fronteira agrícola do Vale do Araguaia se estendeu em grandes proporções. O incentivo era dado por meio dos financiamentos governamentais para empresas que queriam ocupar e produzir na região leste do Mato Grosso, focando, principalmente, na atividade pecuária.

“A Sudam continuou a existir, a Sudeco também que surgiu no final dos anos 60, que foi mais pra controlar o patrimônio da fundação, só função de fiscalização. Ela era mais burocrática não tinha fundação de fomento a Sudam tinha fomento e você apresentava a terra como garantia, se você não pagasse eles tomavam a terra, então pegava-se muito dinheiro e graças ao projeto Sudam vieram pra cá empresário um pessoal que investiu na criação de gado. O interessante é que esse projeto Sudam investiu tanto dinheiro aqui era tanto dinheiro, que o Aeroporto de Aragarças chegou a ter o segundo maior movimento do Brasil de pousos e decolagens de aviões, então a gente tinha mais de 100 aviões, então era uma potência, cada Fazenda tinha 2 ou 3 aviões e era muito dinheiro investido. O cara dava alguma coisa de garantia porque praticamente não precisava pagar, não tinha política ambientalista então desmataram todo o cerrado” (Entrevista 34, 41 anos, sexo masculino, Bahia).

A Sudam chegou a financiar a compra de 8,4 milhões de hectares de terras em toda a Amazônia, sendo a região banhada pelos rios Xingu e Araguaia uma das principais regiões beneficiadas. A fazenda mais famosa foi a Suiá-Missú, que entre os anos de 1966 a 1976 recebeu 30 milhões de dólares e chegou a ter 560.000 hectares

(SANCHES; GASPARINI, 2000). A fazenda se destacou não somente pela sua grande extensão de terras, mas pelo processo de redes que a envolveu.

“Araçatuba no interior de São Paulo é uma cidade de pecuária que na época lá era conhecido como a capital do Boi Gordo, então fazendeiros o César Vilela, o Mineiro já tinham vindo pra cá comprar fazenda eram os maiores pecuaristas de Araçatuba, então eles já tinham vindo pra cá comprar fazenda e lá em Araçatuba tinha uma fazenda que era da igreja católica e esse pessoal tinha requerido as Terras do governo no Mato Grosso e montou a fazenda Suiá Missu, hoje no município de Alto Boa Vista, que antes era tudo município de Barra do Garças. Aqui chegou a ser o maior município do mundo. E aí vieram esses grandes pecuaristas, com essas empresas, então a região ficou conhecida como uma região que tinha cerrado pra colocar gado, então tinha já frigorífico instalado na região, a empresa Sudanisa que era uma empresa da Sadia e montou um frigorífico aqui na Barra do Garças. Então os pecuaristas começaram a vir aqui pra essa região do Vale do Araguaia e do Xingu. A gente ficou conhecendo a região pelo senhor Ferdinando que veio em 1951 pra cá, que era de Araçatuba também e aí o pessoal veio vindo e foi assim que começou o desbravamento da região e veio gente de todo lugar, dos outros estados os mineiros, os paulistas, os paranaenses e aí começou a desbravar o estado, a abrir, ajustar o estado” (Entrevista 30, 54 anos, sexo masculino, São Paulo).

A criação da fazenda em 1960 pela família paulista de origem italiana de Hermínio Ometto caracterizou a época de expansão dos paulistas no leste Mato-grossense. Esta expansão ocorreu em território indígena, da etnia Marãiwatsédé, pertencente ao povo Xavante. A área da fazenda era considerada ilegal. Entretanto, devido ao grande interesse do governo em ocupar e anexar o Mato Grosso na economia os interesses indígenas não foram considerados e no ano de 1966 graças ao pedido de Ometto junto ao Serviço de Proteção ao índio (SPI) e igreja católica os Xavantes foram retirados do território para que os projetos da Suiá-Missú fossem executados (ROSA, 2013). A retirada dos indígenas foi realizada através dos aviões da FAB (Força Aérea Brasileira). Os indígenas contam que foram obrigados e ameaçados a sair das terras. O governo diz que foi um processo de negociação em que todos foram de livre vontade. Assim sendo, foram levados aproximadamente 286 Xavantes para a Missão Salesiana de São Marcos, próximo ao município de Barra do Garças. Com a mudança e o contato com os brancos, houve uma grande epidemia de sarampo (DELUCI; PORTELA, 2013).

Após alguns conflitos internos e o quase extermínio da população Xavante, em 1992 começou o processo de restituição da terra e de demarcação das terras indígenas. O reconhecimento das terras indígenas afirmou-se através do relatório de identificação da área indígena Marãiwatsédé. Porém, a demora na demarcação das terras indígenas,

ocorrida somente em 1998 fez com que a área fosse invadida por posseiros, movimentos sem-terra, militantes, grileiros e fazendeiros incentivados por lideranças locais, o que ocasionou um grande conflito interno no processo de retomada de posse. Pois, nesta área já havia muitas famílias que possuíam a posse da terra e tiveram que se retirar (DELUCI; PORTELA, 2013). Durante a entrevista quando questionado sobre os conflitos da região o entrevistado 30 relata a expulsão das famílias que se instalaram na fazenda Suiá-Missú:

“Um outro problema que teve na região do Posto da Mata onde era um pedaço da propriedade da Suiá Missu que a empresa fechou e fez um acordo com os posseiros pra entrar lá naquela região e até que eles formaram uma cidade pequena nessa região, mas aí a Funai estava sempre requerendo processo na justiça federal dizendo que aquela área era indígena e um pedaço da propriedade realmente era área indígena, só que quando a Suiá Missu veio para essa região aí eles tiraram os índios de lá, trouxeram aqui pra Matinha em Ribeirão Cascalheira, deram comida e tudo mais. Então quando a fazenda Suiá Missu parou e a Funai ressuscitou o processo novamente e começou a brigar pra tirar o fazendeiros, porque a Suiá Missu era uma fazenda de mais ou menos 300 mil hectares só de pecuária. Então eles lotearam a fazenda e começaram a vender aos poucos e aí a Funai entrou na justiça e foi brigando e conseguiu recuperar área que era da reserva indígena. Então conseguiram recuperar área de volta, aí os fazendeiros que compraram fazenda lá perderam tudo, hoje você passa lá e vê aquele mundo velho de terra abandonado. Aquela Vila que tinha na região do Posto da Mata houve um conflito grande lá, entrou polícia no meio, os posseiros e os policiais tiraram todo mundo de lá e desmancharam a cidadezinha à força, a posse era dada pelo Governo Federal, então foi uma cena triste lá porque todo mundo estava instalado, tinha parque, tinha casa, tinha hotel, tinha restaurante era uma cidade pequena e aí com a reintegração de posse para os índios foram passando com máquina derrubando tudo, quebrando tudo e hoje está abandonado é além do alô Brasil 60 quilômetros pra quem vai pra São Félix do Araguaia” (Entrevista 30, 54 anos, sexo masculino, São Paulo).

A criação da fazenda Suiá-Missú marcou a chegada da leva de migrantes provenientes, principalmente, de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Muitos fazendeiros destes estados compravam terras na região e posteriormente vendiam para seus conterrâneos. Assim, foram formando-se colônias de paulistas, mineiros e goianos em Barra do Garças como relata a entrevista:

“essas famílias paulistas ficaram juntas porque o dono do terreno era de lá, o senhor Zico Braga o dono da área ele tinha 14500 alqueires de chão aqui e aí ele foi colonizando colocou o corretor pra vender, fazia uma caravana lá de vez em quando e trazia as pessoas pra ver, como ele sabia que o povo lá em São Paulo é diferente, porque lá não é na beira de córrego é mais no espigão, então quando o cara chegava aqui e via aquele mato bonito na beira do córrego ele ficava animado, pensava nossa essa terra aqui é boa

demais, mas não ia nem longe pra ver, então todo mundo comprava”
(Entrevista 9, 69 anos, sexo masculino, São Paulo).

Após a vinda dos paulistas, goianos e de mineiros, Barra do Garças entra na a sua terceira fase de colonização: a criação da cooperativa gaúcha Coopercana, que trouxe muitas famílias agricultoras do Rio Grande do Sul, principalmente, da cidade de Tenente Portela.

3.3 A vinda da Cooperativa 31 de março, Copercol até Coopercana

“Uma vez vieram me buscar aqui pra eu medir terras e eles trouxeram um motorista que nunca tinha visto, Gaúcho. Então eles pararam no posto e havia uma turma de gaúchos que haviam chegado e aí ele levantou e olhava os gaúchos com um cigarro e via um monte deles e ele via que eles pitavam, pitavam, pitavam, mas não saía fumaça e aí ele ficava com isso na cabeça, que os gaúchos pitavam aquele cachimbo só que não saía fumaça e aí ele ficou com aquilo na cabeça e até que ele foi no acampamento e perguntou o que era aquilo e eu falei que era um chimarrão. Ele nunca tia visto um gaúcho. Achou aquilo bem diferente” (Entrevista 25, 80 anos, sexo masculino, Minas Gerais).

De acordo com Ribeiro (1986), outro grande destaque no processo de colonização do Vale do Araguaia foi a criação da Cooperativa de Colonização de 31 de março Ltda., conhecida como COOPERCOL. Em 1945, com as crises das colônias sulistas na produção de produtos agrários, ocorreu um intenso êxodo rural na região sul. Os pequenos proprietários já não tinham condições de manter o processo produtivo voltados para a pequena produção de alimentos. O êxodo rural ocasionou um grande aumento do desemprego nas cidades.

A fim de resolver este problema, o governo do estado do Rio Grande do Sul implantou uma política de colonização, transferindo os pequenos produtores para as regiões de fronteiras agrícolas. Assim, estimulou a criação de instituições colonizadoras particulares, convidando grandes cooperativas do estado (RIBEIRO, 1986). Segundo Haesbaert (1997), a década de 70 representou o *boom* na expansão dos sulistas pelo interior do país, impulsionado pelo agravamento da concentração de terras no Sul e pelos programas estatais estratégicos voltados para ocupar a Amazônia, tal como o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) criado na gestão de Costa e Silva (1967-1969). Este, segundo Rocha (2010:41) “consolidou e legitimou a atuação de grupos hegemônicos de base agrário-patrimonialista, industrial-estatal e internacionalista no interior das políticas e planos proposto ao longo do período ditatorial, pós-1964”.

O objetivo do programa foi consolidar alterações na política econômica a fim de estimular a modernização da agricultura. Os investimentos em tecnologia agrícola estimularam a agricultura no cerrado, especialmente, a soja. A presença dos gaúchos fez com que cidades fossem estruturadas, tais como Rondonópolis, Rio Verde, Alta Floresta, Canarana e Sorriso:

“Então na década de setenta eles começaram a chegar, isso é um dado importante pra você, primeira leva de sulista que veio pro Mato Grosso, os gaúchos de Canarana, Agua Boa, Gaúcha do Norte são todos de Tenente Portela, a casa do Norberto Schuantes e a Gertrudes Schuantes eram os presidentes da cooperativa a Copercana, então foi ele o responsável pela vinda dos primeiros sulistas, os primeiros colonos pra cá. Então eles vinham davam o suporte pra eles ali e eles pegavam o caminhão e seguiam, eles iam abrindo terra, pra Canarana aqueles lados, em Canarana eles começaram assim também, eles chegavam colocavam a lona, fazia o barraco de lona, como era uma cooperativa eles já tinham trator, fizeram uma pista de avião, uma pista pro pouso, inclusive em Canarana tem o primeiro avião que era a linha Barra/Canarana, lá tem o avião na praça, eles fundaram essa cooperativa, fundou uma viação aérea chamada VACA viação aérea Canarana e esse avião que voou todos esses anos está lá na praça, inclusive a mamãe foi na inauguração da Agrovila de Canarana” (Entrevista, 4, 58 anos, sexo feminino, Maranhão).

Delgado (1988) salienta que, a prioridade era a incorporação econômica dos cerrados, incentivando assim a agroindustrialização. Rocha (2010) cita que, durante o governo Médici (1969-1974) o Plano de Metas e Bases, priorizava a ocupação de territórios considerados como atrasados, como o Nordeste e as regiões de fronteiras do Centro-Oeste e Norte. Este plano tinha o objetivo de abrir mercados e ampliar o espaço para o capital nacional e internacional. Para dar suporte e alcançar estes objetivos foi criado, posteriormente, um conjunto de planos setoriais e regionais, tal como o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I, II e III). No ano de 1970 foi instaurado o Plano de Integração Nacional (PIN). A sua principal meta era a construção de rodovias para facilitar a colonização, a reforma agrária e a expansão da fronteira agrícola. Neste mesmo ano foi criado o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que tinha a missão de “promover, coordenar, controlar e executar a colonização e a reforma agrária” (ROCHA, 2010, p.42).

Rocha (2010) destaca que, na década de 1970 os projetos de colonização contavam com a presença de empresas privadas colonizadoras, que juntamente com o Estado tinham a responsabilidade de organizar o espaços das fronteiras. O resultado disto foi, novamente, a geração de grandes conflitos fundiários entre as empresas

privadas e os agentes sociais colonizadores. Com isso, durante o Governo militar de Geisel criou-se a Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda. em 1971, conhecida também por projeto Canarana. Esta foi criada por grupo de pequenos líderes religiosos da igreja luterana de Tenente Portela no Rio Grande do Sul. Era liderada pelo pastor Norberto Schwuantes e, também, por uma aliança de pequenos produtores rurais. A COOPERCOL como ficou conhecida na região, dava prioridade principalmente para a produção de soja, trigo e para a modernização da agricultura, através de subsídios agrícolas (RIBEIRO, 1986).

Em seu livro “Uma cruz em terra nova”, Norberto Schwuantes (1989) relata todo o processo de colonização dos municípios de Canarana e Água Boa. O nome Canarana foi escolhido devido ao nome de um capim, que lembrava Canaã, a Terra Prometida: “E assim nasceu Canarana, terra que produz flores, também produzirá mel, quinze anos depois eu diria e como produz!” (p. 99). Norberto Schwuantes é reconhecido pelos gaúchos de Barra do Garças como um “homem de muita visão”. Em seu livro ele relata a vida de seminário como pastor evangélico e a sua ida para uma cidade interiorana do Rio Grande do Sul, Tenente Portela. Assim que chegou nesta cidade, percebeu o grande problema fundiário na região: pouca terra para muitas famílias, o que gerava um agravamento na renda econômica dos colonos gaúchos.

“No meu caso teve a fundação da Copercana, depois teve o cidadão que era pastor o Norberto Schwuantes que era um homem muito da época e pra resolver o problema de renda dos da turma da religião dele: os luteranos, ele reunia turma de gaúchos que comprava um pedaço de terra pra formar uma cooperativa e falava com pessoal e trazia esse pessoal com ajuda do governo, isso era pra quem queria uma opção de mudar de vida e como lá era mais restrito no Rio Grande do Sul, você não tinha tanta oportunidade, você embarcava nessa nova oportunidade. E outra, tem que lembrar que na época tudo era fácil, o Banco do Brasil financiava a terra, fazia financiamento do custeio, do insumo, de tudo, era só a coragem de vir pra essa terra ou você aproveitava a opção ou você desistia. O Rio Grande do Sul não estava bem, o que a gente achava difícil e valorizava na época é a oportunidade de você sair de perto de casa fazer o seu pé de meia, ter a sua independência isso que chamava mais atenção das pessoas é oportunidade você tinha de ter um pedacinho de terra, se você sair por uma oportunidade de triplicar o pedaço de terra que você tinha isso ia te deixar tranquilo e com vontade de vir pra cá no Mato Grosso” (Entrevista 15, 67 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Após uma viagem para a Alemanha o pastor conheceu o processo do funcionamento de Cooperativas no país e como este impulsionava a agricultura do país, favorecendo principalmente os pequenos agricultores. Com a facilidade dos projetos de expansão das fronteiras Norberto conheceu o município de Barra do Garças, onde notou que a situação era contrária ao Sul: muita terra para poucas pessoas e também um grande incentivo econômico por parte do governo. Sendo assim, o próprio pastor, junto com agrônomos e políticos escreveram o primeiro projeto de colonização: o projeto Canarana. Porém, o principal desafio a partir deste projeto era convencer as famílias a se mudarem de suas terras para um novo território no Mato Grosso. Um lugar conhecido pela fama de terra sem lei, de onças, animais selvagens e pistoleiros. Nas entrevistas o relato era de que muitas famílias gaúchas chegavam a esconder os filhos para que o pai não os levasse para o Mato Grosso:

“Eu sei que minha mãe e minha avó chegou a esconder nós embaixo da cama porque pensava na época que se chegasse aqui a onça ia comer, os índios iam comer as crianças, então foi uma luta, mas o pessoal tinha uma impressão totalmente diferente, mas tinha muita dificuldade como médico, pra estudar algumas vezes tínhamos que andar até 80 quilômetros, tivemos que andar de a pé ou a cavalo pra poder ir na escola, em junho era seco dava pra ir a cavalo, mas nas férias de Janeiro e que tinha chuva tinha que vir a pé foi difícil mas foi saudável não foi impossível” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

A principal estratégia adotada pelo pastor para o convencimento da migração foi a instalação de uma rádio na cidade que noticiava a expansão agrícola pelo país. A igreja foi um dos meios de comunicação entre a cooperativa e os colonos. O pastor conseguiu, enfim, levar as primeiras famílias para onde é atualmente o município de Canarana. As dificuldades na chegada eram muitas: transporte para enfrentar as grandes distâncias, falta de pavimentação das estradas e as chuvas que atolavam os caminhões. Chegando em Barra do Garças as famílias buscavam pelo seu lote de terras e montavam barracas até construírem as primeiras casas. Inúmeras famílias tiveram problema com o registro das terras, pois o cartório de Barra do Garças não suportou a demanda, o que dificultou o acesso aos programas de financiamento. O pastor entrevistado agilizando os processos e logo a PROTERRA ajudou os colonos financiando a compra de máquinas e suprimentos agrícolas com juros de 7% ao ano.

Rocha (2010) afirma que através do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o governo criaria condições favoráveis para a compra de terras para pequenos e médios produtores,

oferecendo linhas de créditos e facilitando, assim, a colonização do local. Porém, o que ocorreu foi exatamente o contrário, o programa propiciou a instalação de grandes empreendimentos agropecuários. Os primeiros colonos sulistas foram primeiramente para a região Amazônica. Porém houve a dificuldade de que muitos não se adaptaram a falta de infraestrutura da região e voltaram contando sua má experiência com a mudança. Isso gerou dificuldade no convencimento das outras famílias a irem para o Mato Grosso. Porém, o Pastor conseguiu reunir os migrantes que permaneceram no local e estes foram determinantes para o convencimento das demais famílias.

Assim, mais de 2000 famílias foram trazidas pelo pastor para onde é atualmente o município de Canarana. Após a chegada dos migrantes em Canarana foram construídos barracas em seus lotes e ao longo do tempo as casas. Assim, foram desenvolvendo-se as cidades “gaúchas” como são chamadas pelos habitantes da região. Após o sucesso do empreendimento em Canarana vieram mais famílias sulistas que se concentraram na cidade de Água Boa, que foi o segundo projeto de colonização do pastor. Logo após a chegada das primeiras famílias o sucesso da Cooperativa fez com que o pastor pudesse comprar um avião para transportar os colonos para Barra do Garças, a partir daí foram chegando cada vez mais famílias do Sul que iam se instalando e começando a rizicultura na região.

“A Copercana fez o loteamento onde hoje é Agua Boa e fez o loteamento onde é hoje Canarana e o avião da Copercana que era um douglas, um DC-3 saia daqui e ia buscar gaúchos aqueles pequenos produtores de lá que eram arrendatários de 2 a 3 hectares em Santa Rosa, Tenente Portela, Frederico, em Santa Catarina e mais um pessoal do Paraná. Eles começaram a com 3, 4, 5 hectares por família, ai eles vieram aqui pra Copercana que começou a vender pra eles, o Banco do Brasil financiava áreas de 400 hectares, você chegava com a cara e a coragem e perguntavam você é o que? Agricultor onde você trabalhou em tal lugar, aqui o empréstimo que eu fiz no Banco do Brasil o que você precisa, eu preciso de colhedeira, eu preciso de trator, eu preciso de saneamento, eu preciso de adubo, de dinheiro pra manter a família, comprava os tratores e ia lá com a família plantar arroz, que a lavoura de abertura sempre é o arroz. A região de Barra do Garças foi a maior produtora de arroz do Brasil com o término do ciclo do arroz, começou-se a falar em soja, plantar soja aqui na região foi a Copercana incentivando a região na Canarana e na Agua Boa os homens trabalhavam a noite e as mulheres trabalhavam nos tratores durante o dia, pra poder conseguir o que eles conseguiram hoje e aqui também ouve muitos desbravadores nessas fronteiras agrícolas foram descendo, descendo no Vale do Araguaia e foram se expandindo e depois pra Chapada dos Guimarães e depois Diamantino e virou o que hoje é que essa maravilha da agricultura Centro-Oeste” (Entrevista 8, 74 anos, sexo masculino, Mato Grosso do Sul).

Segundo Nascimento(2010), os incentivos fiscais, assim como a vinda dos migrantes tiveram grande influência no desenvolvimento da região, durante a década de 70. O quadro 15 a seguir traz informações socioeconômicas de Barra do Garças veiculadas em 1978 no jornal Gazita:

Quadro 15: Dados socioeconômicos de Barra do Garças

BARRA DO GARÇAS	
Capital da Produção – Cidade Progresso – Centro Econômico de Mato Grosso	
“Dados Econômicos e Estatísticos Fornecidos ao Diretor do BASA (Banco da Amazônia S/A) Coletados na Rede Bancária e Outras Fontes de Informação”.	
SOCIEDADES ANÔNIMAS DE AGRO-PECUÁRIA:	Com financiamentos de Incentivos Fiscais Registradas – 148 –Valores aproximados de Financiamentos – Cr\$ 786.486.365,00 até dezembro de 1977
NÚMERO DE PROPRIEDADES FINANCIADAS PELO BANCO DO BRASIL:	Dados coletados – 1.673 propriedades.
PRODUÇÃO DE ARROZ FINANCIADA PELO BANCO DO BRASIL:	Safra 1976/1977 – 2.300.000 sacas Safra 1977/1978 – 4.500.000 sacas Previsão total 78 – 7.000.000 sacas
ARRECAÇÃO DA EXATORIA ESTADUAL (ICM)	Ano de 1977 – Cr\$ 81.270.000,00 Previsão para 1978 – Cr\$ 200.000.000,00
ÁREA DE LAVOURA FINANCIADA NO MUNICÍPIO:	220.000 hectares
PROJETOS DE COLONIZAÇÃO RURAL APROVADOS PELO INCRA:	25 projetos
NÚMEROS DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PROJETOS DE COLONIZAÇÃO:	920 famílias – 90 por cento de procedência gaúcha
ÁREA TOTAL DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO:	332.000 hectares
FINANCIAMENTOS FUNDIÁRIOS EFETUADOS PELO BANCO DO BRASIL:	Fora custeio – Cr\$ 373.164.320,00

Fonte: Nascimento, 2010. Revista Gazita Magazine, Ano I, nº 07, 1978.

Destaca-se neste quadro o número de financiamentos durante a década de 70. Destaca-se a produção de arroz e também o número e a procedência das famílias que se beneficiaram destes programas. Evidencia-se a presença dos colonos sulistas como os principais precursores da região. Ribeiro (1986) cita que, apesar do migrante sulista

possuir grandes áreas de terra no Mato Grosso, a principal desvantagem para o proprietário de terras era que, ainda que um proprietário tivesse 10ha de terras férteis no Rio Grande do Sul, a sua rentabilidade econômica era maior, devido a facilidade de escoamento de produção, porque a região sul era mais próxima dos portos, o que facilitava a comercialização dos produtos. Outra desvantagem citada pelo autor no processo de colonização, foi a geração de grandes conflitos por disputas de terras, entre indígenas, grileiros e posseiros (RIBEIRO, 1986, p.46). Rocha (2010) afirma que: “é comum os relatos sobre o envolvimento de agentes da lei em casos associados com grilheiros, pistoleiros, jagunços e grandes proprietários na execução de desapropriação, despejos ilegais e violentos de lavradores ou antigos posseiros.

Outro gargalo social diz respeito ao fato dos programas financiadores do desenvolvimento das atividades econômicas da região terem acabado por restringir a população beneficiada, no caso os migrantes agricultores sulistas, que viviam, principalmente, nos municípios de Canarana, Água Boa entre outros. Segundo Axa (2012), o principal problema dos programas de colonização e desenvolvimento foi que não levaram em conta, a população existente nestes “espaços vazios” que se constituíam por garimpeiros, posseiros, a população indígena, quilombola, pescadores e ribeirinhos. O autor salienta ainda que, a população indígena era considerada uma barreira ao progresso. Por isso vários grupos tiveram que abandonar suas terras e seu modo de sobrevivência.

“Então foi uma loucura isso daqui no ano de 75 foi uma loucura, em 3 anos houve um aumento de 10 mil pessoas na cidade e na região e com isso vieram muitos órgãos públicos porque o governo comprou a ideia da cooperativa foi na mesma época da Guerrilha do Araguaia, que foi em Conceição do Pará. E aqui eles chamavam de espaço vazio, falavam que não tinha ninguém, mas tinha milhares de indígenas, de sertanejos, mas eles falaram que não tinha ninguém então muitos órgãos públicos vieram pra cá pra dar suporte a esse projeto que surgiu da sociedade” (Entrevista 34, 41 anos, sexo masculino, Bahia).

Como nos outros programas de colonização como Fundação Brasil Central a cooperativa foi perdendo força devido a corrupção interna. Porém, já havia a esta altura um considerável número de migrantes com casas e uma boa renda da agricultura. A vinda dos colonos entre as décadas de 60 e 70 impulsionou o desenvolvimento da região de Barra do Garças. A partir da década de 70 vários municípios foram criados em

decorrência dos projetos de colonização: Água Boa, São Félix, Araguaiana. A partir daí começa a última fase da colonização de Barra do Garças: a sua estagnação econômica.

3.4 Da estagnação de Barra do Garças ao pólo educacional

Com a emancipação dos municípios ao redor de Barra do Garças, a cidade ficou em menor tamanho de extensão e também a sua renda diminuiu. Em 1978 o Banco do Brasil suspendeu o crédito fundiário. Nesta época inúmeros bancos que financiavam os projetos de colonização tiveram que encerrar suas atividades, já que a migração também parou. Com o fechamento dos bancos, a economia também sofreu um efeito dominó. Além do fechamento de empreendimentos comerciais, os filhos dos colonos também não possuíam escolas na cidade para completar os estudos. Como muitas famílias não tinham condições de manter os estudos de seus filhos em uma outra cidade, isto os levava a se mudar do município.

Se entre os anos de 50 e 70 o número de eleitores era de 70 mil em 1992 passou a ser somente 20 mil pessoas. Assim, o município buscou um maior investimento em educação. Criaram-se Universidades particulares além da Universidade Federal do Mato Grosso. Este fato estimulou novamente a migração para o município. Além da educação investiu-se também no setor de turismo, visto que a região é composta por inúmeras cachoeiras e águas quentes. E por fim para complementar a nova fase econômica do município houve um grande investimento na saúde, com a construção de novos hospitais e a oferta de novos serviços. Assim, aos poucos o município foi se desenvolvendo novamente. Atualmente, apenas a população flutuante gira em torno de 5 mil pessoas. Predominantemente, estudantes universitários.

3.5 A influência das políticas de colonização

Para o entendimento da formação territorial histórica no estado do Mato Grosso, mais precisamente no local da pesquisa, é necessário conhecer quais foram os principais programas governamentais colonizadores e desenvolvimentistas do Estado brasileiro, seu contexto político e a sua relação com a produção agrícola e desenvolvimento local neste processo.

Primeiramente, a preferência do grupo colonizador do estado eram pessoas com conhecimento na produção agropecuária, assim as ocupações realizadas pela economia do estado, pela lei de 1850 favorecia essencialmente os grandes proprietários, excluindo os pequenos posseiros do acesso à terra e produção agropecuária (MORENO, 1999).

De acordo com Moreno (1999), havia uma excessiva ocupação e apropriação de terras com grandes áreas de extensão, que ocorriam devido aos abusos cometidos na época pelos proprietários que registravam o tamanho das áreas bem maiores que o real valor, o que gerou uma dominação dos grandes proprietários sob os demais, que acabavam sucumbidos ao controle destas pessoas e vulneráveis ao seu poder de pressão destes grandes proprietários. O Estado mesmo ciente desta prática regularizava as áreas ainda que excessivas, pois, isto implicava no recebimento de uma renda maior, pois consequentemente aumentaria os impostos sobre esta terra e a receita para o Estado.

Em 1889, aos imigrantes que estivessem se instalado no território, foi-lhes assegurado o direito de compra, desde que comprovassem cultura e moradia efetiva de 15/11/1889 a 15/11/1894, que não ultrapassasse os limites de 3.600 hectares para o pastoreiro, 900 hectares para lavoura e 450 hectares para a indústria extrativa. Com isso, o estado buscou conciliar a expansão da pequena produção, a partir de uma colonização espontânea, para que o governo não precisasse arcar com ônus econômico e sem riscos políticos as suas lideranças (MORENO, 1999).

De acordo com Moreno (1999), com a política de povoamento do território nacional incentivada pelo Governo Federal pelo “Serviço de Povoamento do Solo Nacional” em 1907, os governos estaduais passaram a investir na formação de núcleos coloniais, porém, entregaram esta tarefa a empresas de colonização, em que estes concessionários de terras passaram a usá-las em benefício próprio, nesta época, muitos grileiros travestidos de colonizadores aproveitaram-se desta oportunidade para incorporar imensas áreas a patrimônios particulares, gerando conflitos na região e enormes prejuízos ao Estado.

Durante o período da pesquisa que começa principalmente com o governo do presidente Getúlio Vargas (1930 a 1945) incentivou-se o deslocamento da população brasileira, que se concentrava nas áreas litorâneas, para o interior do país, com o programa “Marcha para o Oeste”. Seu objetivo era avançar as fronteiras civilizatórias, povoar e explorar economicamente as “novas terras” e integrar esses territórios a unidade nacional. (AXA, 2012).

Segundo Moreno (1999), a partir desta missão surgiram então a Expedição Roncador Xingu em 1940 que, posteriormente daria espaço a criação da Fundação Brasil Central em 1943, que tinha como objetivo a exploração e colonização de regiões desconhecidas.

Rocha (2010) explica que a Expedição Roncador Xingu, foi oficializada pelo presidente Vargas sob o decreto-lei nº 5.801, de 8 de setembro de 1943, iniciando assim o processo de colonização desta área buscando criar pontos de redes para fazer contatos com a população nativa da região (principalmente os indígenas da aldeia Xavante, a maior do estado). O posto-base foi fundado às margens direita do Rio das Mortes, que deu origem ao povoado de Nova Xavantina em 1944. Somente em 1980 o povoado foi elevado a categoria de município (MORENO, 1999).

Segundo Moreno (1999), como foi citado anteriormente no ano de 1966 a Fundação Brasil Central extinguiu-se sendo substituída pela SUDECO (Superintendência do desenvolvimento do Centro-Oeste). No mesmo ano, o município de Barra do Garças foi incorporado as fronteiras agrícolas do Brasil, assim o governo federal, através de sua política agrícola, elegeu a cidade como o Polo de Desenvolvimento do Estado, atraindo assim para a região grandes empresas agropecuárias através da SUDAM (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia). Na narrativa da entrevista do migrante paulista possível compreender o quanto de dinheiro era investido por esses projetos na região:

“não são todos que têm coragem de chegar aqui pra investir em um mundo desse aí meio parado, mas aqui foi fazendo os projeto foi feito muito financiamento pelo projeto Sudam na época eles tinham muito dinheiro”
(Entrevista 30, 54 anos, sexo masculino, São Paulo).

Além disso, também em 1966, foi construída a rodovia federal conhecida no Brasil como BR-158, que liga Barra do Garças a cidades da região, como Nova Xavantina, São Felix do Araguaia, Canarana, entre outros, essa rodovia passou a ser uma das mais importantes do estado e principalmente para esta região até os dias de hoje. No final da década de 1960 começo da década de 1970 destacaram-se as políticas de colonização sulistas no Mato Grosso, a partir da necessidade de ocupar as terras da região central do país e diminuir a crise fundiária na Região Sul do país, surge então a cooperativa Coopercol de Noberto Schuwantes.

O problema da falta de terras nos estados do Sul foi bem destacado durante as entrevistas, de acordo com os entrevistados o tamanho das terras já não atendiam a demanda das famílias que cresciam e iam dividindo as terras entre os filhos, na entrevista abaixo de um migrante sulista é possível entender o problema e nas entrevistas 12, 15 e 20 os migrantes sulistas explicam como era o processo para adquirir as terras e o financiamento:

“o negócio é o seguinte no Rio Grande do Sul uma família tem uma colônia de terra de 25 hectares e as famílias lá são todas enormes filhos e criar tantos filhos em 25 hectares estava impossível, então por isso que normalmente os mais velhos migraram outras regiões pra procurar mais espaço, pra trabalhar e foi o que aconteceu eles chegaram em Canarana uma cidade, criaram Agua Boa, que hoje tem em torno de 25 a 27 mil habitantes. Xavantina tem uma grande quantidade de descendentes de gaúchos tem uma grande miscigenação de raça em Xavantina, porque lá por exemplo até hoje ainda tem muito Projeto Amazon como ele é chamado é só tem gaúcho de um lado da rodovia” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“A terra não era ganhada, a gente fala em termos, você escolhe no mapa 300 hectares no loteamento por pessoa eu peguei o meu irmão coloquei 300 nele e 300 no meu nome aí você escolhe no mapa o seu lote e lá está tudo desenhado e você escolheu e vai no Banco do Brasil e financia, aí você tinha 25 anos pra quitar as terras, você passava a escritura de credenciados junto com o Banco do Brasil e tinha o direito de ter financiamento, que tinha um acompanhamento técnico da cooperativa e aí o pessoal vinha no embalo” (Entrevista 15, 67 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Nós ficamos conhecendo a região pelos projetos de colonização, tinha um empresário que tinha áreas grandes no Mato Grosso e procurava gente interessada no Sul pra vir e aí tinha o financiamento que se dava na época, que chamava projeto fundiário, a pessoa que tinha uma área fazia os lotes e o pessoal interessado vinha aqui financiava pra ele e começava a trabalhar e a pagar a terra, mas também o governo ajudava na época o financiamento era fácil, depois de aprovado o projeto era fácil. Todo mundo praticamente conseguiu pagar seus lotes, no contrato não constava correção e pegou aquela época de inflação foi difícil pagar o tamanho do lote que era de 400 hectares. A maioria dos projetos era de 400 hectares, aí os Gaúchos chegavam e o banco financiava a terra, financiava o desmatamento, o maquinário, financiava tudo” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Neste mesmo ano em 1971, por meio do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o governo criaria condições favoráveis para a compra de terras para pequenos e médios produtores, oferecendo linhas de créditos facilitando assim a colonização do local, porém, o que ocorreu foi exatamente o contrário, o programa propiciou principalmente a instalação de grandes empreendimentos agropecuários (ROCHA, 2010), como mostra a fala do migrante do Mato Grosso do Sul:

Eu estou falando da criação do município de Barra como potência agropecuária foi criada porque existia os incentivos fiscais principalmente do imposto de renda das pessoas jurídicas, sem ter que pagar pro governo o imposto de renda, era canalizado para as grandes fazendas, alguns grupos compravam terras ai eles pegavam os incentivos fiscais e transformavam isso ai em fazenda. Nisso que foi criado a Sudam, depois o Polo Centro, o Polo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, ai depois que essa parte de incentivo fiscal acabou, ai foi que eles criaram o Fundo Constitucional do Centro-Oeste que foram os financiamentos pelos Bancos, que são principalmente juros subsidiados pelo governo, mas as grandes fazendas mesmo foram abertas todas com incentivo fiscal, que foi o caso da Itamacavi, Fortaleza, Abraúna, Bourdon, Suiá-Missú, As de ouro, Sete de ouro, Três de Copas, Santa Júlia, Santa Maria, essas grandes fazendas (Entrevista 8, 74 anos, sexo masculino, Mato Grosso do Sul).

Também durante a gestão Médici (1971) foi criado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) que visava o desenvolvimento do Centro-Oeste através da expansão da malha rodoviária, com o objetivo de promover o escoamento da produção até os polos de comercialização, consumo, industrialização e exportação (ROCHA, 2010).

Neste cenário, destaca-se a relação estreita entre o poder político com a iniciativa privada, o que acabou por resultar em privilégios e subversão da lei, Rocha (2010) afirma que: “é comum os relatos sobre o envolvimento de agentes da lei em casos associados com grilheiros, pistoleiros, jagunços e grandes proprietários na execução de desapropriação, despejos ilegais e violentos de lavradores ou antigos posseiros. O quadro 16 mostra um resumo de algumas das cidades criadas pelos programas colonizadores:

Quadro 16: Histórico da origem dos municípios na região das nascentes do rio Xingu.

Município	Povoamento
Água Boa	1950-1960 - doação de terras à produtores e empresários do sul e sudeste; 1970 - primeiro projeto de colonização pela Comercial Agrícola e Colonização Ltda (COMAGRA), voltado ao cultivo do arroz e atividades pastoris; 1974 -projeto de colonização da COOPERCOL e CONAGRO (Colonização e Consultoria Agrária); 1975 - novos contingentes de colonos por meio da COOPERCANA e incentivos fiscais para cultivo no cerrado; 1976 - fundação do núcleo urbano; 1979 - criação do município.
Campinápolis	1973 - formação do povoado de Jatobá, em Barra do Garças, com produtores de

	<p>Goiás e Minas Gerais, e cultivo do milho, arroz e feijão para família;</p> <p>- extensão do movimento colonizador de Nova Xavantina;</p> <p>1980 - criação do distrito de Campinápolis;</p> <p>1986 - criação do município.</p>
Canarana	<p>1971 - Nasce a Cooperativa Colonizadora 31 de Março (COOPERCOL) voltada à atividades pecuárias;</p> <p>1972 - 1975 - Primeiros colonos, estabelecimento de uma agrovila e colonizações assentadas por meio da empresa de Colonização Consultoria Agrária (CONAGRO S.C. Ltda) e da Empresa Caciue Empreendimentos;</p> <p>1975 - núcleo urbano de Canarana;</p> <p>1975 - projetos de colonização através da COOPERCANA;</p> <p>1979 - criação do município.</p>
Nova Xavantina	<p>1944 - fundação da Vila Xavantina, administrada até 1967 pela Fundação Brasil Central; assentamento de colonos do Norte e Nordeste;</p> <p>1974- colonização por meio da empresa CONGAGRO;</p> <p>1980 - criação do distrito Xavantina, a partir de Barra do Garças;</p> <p>1986 - criação do município.</p>
Novo São Joaquim	<p>1940-50 - povoamento sob influência da Fundação Brasil Central;</p> <p>1970 - início de povoamento com migrantes de Goiás.</p> <p>1980 - projeto de colonização e incentivos fiscais para cultivo no cerrado.</p> <p>1981 - criação do distrito de São Joaquim;</p> <p>1986 - criação do município.</p>
Querência	<p>1975 - fundação da Empresa de Colonização Consultoria Agrária (CONAGRO S.C. Ltda) que implantou projetos de colonização na mesma época da COOPERCANA;</p> <p>1986 - primeiros moradores;</p> <p>1991 - criação do município.</p>
São Félix do Araguaia	<p>1940 - 1960 - instalação de grandes agropecuárias e vinda de imigrantes do Norte e do Nordeste;</p> <p>1948 - criação do distrito de São Félix.</p> <p>1976 - criação do município.</p>
São José do Xingu	<p>1974 - ocupação através de colonização para atividade pecuária;</p> <p>1976 - intensificação do povoamento;</p> <p>1991 - criação do município.</p>

Fonte: Sanches & Gasparini (2000). "Estudos de Realidade dos municípios" (EMPAER).

Este quadro sobre a colonização realizada por meio dos programas permite compreender que os projetos segregaram as ocupações entre os migrantes, pois as cidades do Alto Araguaia: Água Boa, Campinápolis, Canarana, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim e Querência foram colonizadas por migrantes sulistas, enquanto que cidades do Baixo Araguaia: São Félix do Araguaia e São José do Xingu foram colonizados por nordestinos. Destaca-se que estes programas precisavam de uma entrada para o financiamento da produção agropecuária, isso facilitou a vinda de pessoas que possuíam pequenas porções de terras em seu local de origem que vendiam para financiar propriedades no Mato Grosso.

Neste tópico, buscou-se mostrar algumas políticas colonizadoras para o estado do Mato Grosso e juntamente com ela, alcançar os objetivos da pesquisa. Essas políticas públicas de colonização estão diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico do estado, assim como o incentivo a migração e a formação de territórios segregados.

Um fato que se destacou durante a pesquisa foi o cenário em que estes projetos foram inseridos, no caso na ditadura Militar do Brasil. Foi comum durante as entrevistas ouvir que neste contexto havia muito dinheiro e ordem no país, como menores índices de violência. Na fala dos entrevistados é possível ver a diferença da interpretação entre o cenário de ditadura e a atual democracia:

“Tinha muita violência, aqui foi muito forte a ditadura, na época teve a repressão do Araguaia foi muito forte. Eu acho que o policial militar foi muito injustiçado nessa época, porque a gente estava lutando pela Pátria a gente era muito mal compreendido, pode ver que hoje atualmente a corrupção generalizada, atentado ao pudor as novelas hoje não ensinam nada que presta, hoje as pessoas não têm muita coisa a aprender, eu calculo o regime que nós estamos hoje é só uma narquia, porque o que os militares queriam para o Brasil era facilitar a vida para o povo. Na época era um povo honesto, eles queriam um país que tivesse possibilidade de dar emprego ao povo, na época tinha no quarteto militar, tinha educação Cívica que formava o povo pro patriotismo, o povo lutava pelo seu patriotismo e pela Pátria, naquela época as pessoas sabiam o significado da a bandeira estar hasteada a meio pau ou totalmente, sabia cantar o hino nacional isso tudo morreu, antes tinha religião uma família sem religião ela não é nada, porque o pai e a mãe são obrigados a passar ensinamentos para o filho mas no colégio também aprendia religião, então não tinha drogas como tem hoje, hoje o país virou uma narquia” (Entrevista 17, 68 anos, sexo masculino, São Paulo).

“Em 1964 teve uma revolução aqui em Aragarças muita gente foi presa, foi na época da ditadura e essa ditadura pra mim foi um tempo bom, porque tinha respeito hoje existe democracia mas virou anarquia o patrimônio público destruído e vai sair da onde, quem paga isso? nós mesmos os assalariados” (Entrevista 21, 73 anos, sexo masculino, Rio de Janeiro).

José de Souza Martins (1994) chama a atenção para o cenário político em que foi realizada a colonização do Centro-Oeste, criticando o contexto político de ditadura militar em que o processo ocupacional foi incentivado, chega a fazer comparação com a Marcha para o Oeste americana, que foi totalmente contrária a brasileira, pois enquanto nos EUA o movimento de abertura territorial ocorreu num modelo de democracia e liberdade, no Brasil foi apoiado em um quadro fechado, de ditadura, repressão e falta de liberdade política.

Essa crítica está diretamente relacionada ao entendimento de desenvolvimento segundo Sen (2010), que afirma que em um cenário de ditadura, ou seja, das privações das liberdades, em que o desenvolvimento socioeconômico não ocorre de maneira plena, no caso do Araguaia, o incentivo das políticas colonialistas gerou não só os territorialidades, ainda que temporários, mas também desigualdades socioeconômicas dentro de um mesmo território. Apesar do grande incentivo fiscal realizado pelo governo federal nesta época para a compra de terras e melhora de vida de várias pessoas esta teve três consequências marcantes para o local.

A primeira foi a inserção da atividade pecuária pelos fazendeiros incentivados pelas Sudam e Sudeco o que alavancou a economia local, sendo considerada uma das primeiras atividades econômicas da região, além disso também iniciou as atividades da agricultura com os colonos sulistas. A segunda foi a concentração fundiária gerando desenvolvimento econômico mas também desigualdade social, pois formaram-se grandes fazendas e os pequenos agricultores ficaram prejudicados, pois estes precisavam de uma entrada para participar dos programas financeiros, por isso eles acabaram por ser seletivos e desiguais. A terceira consequência foi a segregação espacial principalmente das colonizações de cooperativas do Sul, porque estas se concentraram em alguns municípios principalmente no Alto Araguaia onde é conhecido popularmente pelos migrantes por “cidades gaúchas”.

Por fim, deve-se considerar que os projetos colonialistas sejam eles federais ou privados, foram um forte incentivo para a migração e os projetos de vida dos migrantes, que almejavam melhores condições de vida e o acesso à terra e representou o campo de oportunidades abertos para eles durante este período de ocupação do Mato Grosso.

3.6 Conclusões do capítulo

Este capítulo teve como objetivo apresentar o processo de colonização de Barra do Garças usando as falas dos próprios migrantes para enfatizar a história local. Considerando na formação de um novo território deve-se levar em consideração o tempo e os atores sociais envolvidos, este capítulo foi feito com a intenção de evidenciar que cada etapa do processo migratório do Araguaia foi marcado pela concentração de um grupo de migrantes, que buscava novas oportunidades de vida. As redes formadas no território do Araguaia se constituíam em extensão da rede existente no local de origem dos migrantes.

Formaram-se, assim, espaços segregados. Pode-se dividir os grupos de migrantes em três: 1) nordestinos, que vieram em busca do garimpo; 2) os mineiros, paulistas e goianos que se concentraram na pecuária e 3) os sulistas que focaram na agricultura.

Nota-se nos processos migratórios a importância e influência das redes em todas as fases. Durante o garimpo, migrantes nordestinos fugiam da pobreza. Chegavam à região contando com o suporte de algum amigo ou familiar que já se encontrava em Barra do Garças.

A segunda fase da migração foi marcada pela vinda da família paulista que comprou a Suiá-Missú. Esta foi a porta de entrada para que outros fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais comprassem terras no local. Muitos compravam grandes lotes de terras financiados pela Sudam e depois dividiam em lotes vendendo para pessoas do mesmo local de origem, formando assim colônias na região. A terceira fase da migração foi marcada pela chegada dos colonos sulistas. Entre eles as relações de redes e o capital social foi mais forte. O suporte de pessoas que já tinham migrado e alcançado o sucesso no Araguaia a partir das cooperativas, foi crucial para afirmar os processos migratórios.

Os migrantes implementaram no Araguaia as mesmas atividades econômicas que exerciam em seu local de origem. Como mostrado no decorrer do capítulo, principalmente os sulistas e os paulistas formaram colônias em um determinado território do Araguaia, chegando até mesmo a formar “cidades” como as ditas “cidades gaúchas”, fechadas sobre os próprios grupos, obstruindo outros, criando um processo de segregação dentro de um mesmo território, influenciado por suas identidades. Esta

segregação influenciada pela cultura econômica dos migrantes fica bastante evidenciada na fala de Norberto Schuwantes:

Para o município de Canarana era importantíssima essa integração. Mais ou menos a metade da população era de origem sulina e a outra metade de origem nordestina. Os sulistas por sua origem cultural com base no trabalho e na sua melhor tecnologia tiveram sucesso econômico. Eu não achava justo que permanecesse marginalizada a população nordestina, originária de uma cultura escravagista, que tinha ensinado que o trabalho era desprezível; que não era digno de um ser humano; que trabalho físico, principalmente na agricultura, era para preto, para escravo. Queria ver os nordestinos integrados ao processo de ocupação ordenada e de construção de uma civilização no Vale do Araguaia (SCHUWANTES, 1989, p.215).

Nesta fala o pastor destaca a diferença existente entre os migrantes nordestinos e sulistas. Embora manifeste no seu discurso a vontade da integração, esta não se materializou na prática. Considerando a afirmação de Velho (2008) em que, os projetos programados e organizados pelos atores sociais com objetivos específicos, passam a afirmar a suas trajetórias e que a memória e os projetos de vida acabam por afirmar a identidade, estas também têm influência na formação de territorialidades.

CAPÍTULO IV:

OS GRUPOS DE MIGRANTES SE ENCONTRAM NA TERRA DAS OPORTUNIDADES E DO MEDO

Este capítulo tem como objetivo descrever o processo migratório e de formação do Araguaia, a partir das narrativas dos próprios migrantes. Destaca-se ao longo do capítulo a forma como o lugar de origem dos migrantes é por eles utilizados para demarcar a sua identidade face às diferenças estabelecidas em relação aos demais grupos sociais.

A partir da caracterização que eles próprios fazem de si mesmo e dos demais grupos. Destaca-se, ainda as relações que criaram no Araguaia a partir das redes familiares, de amigos, mas, também, dos intermediários. Neste tópico também se explica as principais motivações de cada grupo de migrante ir para o Araguaia.

Para a análise do estudo dividiu-se os migrantes em quatro grupos: 1-Migrantes do Centro-Oeste, 2- migrantes do Sudeste, 3- Migrantes do Sul e 4-Migrantes do norte e nordeste do país. Esta divisão foi estabelecida em função das próprias narrativas dos entrevistados.

4.1 A representação do outro e de si mesmo

4.1.1 A Caracterização dos migrantes gaúchos

Nas narrativas dos migrantes entrevistados, os gaúchos foram caracterizados como fechados, com ar de superiores e como trabalhadores por todos os demais grupos de migrantes, como pode-se observar no quadro que se segue.

Quadro 17: Visão dos migrantes sulistas pelos outros grupos

Grupo Migrante por região	Visão que possui do sulista
Centro-Oeste	<ul style="list-style-type: none">- São distintos no que se refere à cultura, música, alimentação e conceito de família;-São fechados entre si, não se misturam;-São preconceituosos (só casam entre eles);-As mulheres são educadas para serem esposas e os homens agricultores (são tradicionalistas/conservadores);-Menosprezam o Mato Grosso;-Gostam da agricultura;-São trabalhadores;-Se consideram melhores que os outros.

Nordeste e Norte	<ul style="list-style-type: none"> -Gaúcho gosta de trabalhar com a terra; -São luxuosos; -Não se misturam com outros grupos; -Gaúchos vieram para o Mato Grosso com mais poder aquisitivo que os nordestinos; -Gostam de festa, por isso montam CTGs
Sudeste	<ul style="list-style-type: none"> -Trabalhador, gostam de trabalhar; -Trabalham com lavoura mecanizada; -São fechados, ignorantes, não ajudam os outros; -Vem de outra ramificação social (Europa)
Sul	<ul style="list-style-type: none"> -Vieram pelos projetos de colonização; -Mais adiantado na cultura (geralmente possuem ensino superior); -São corajosos, ambiciosos e empreendedores; -Existe dois tipos de gaúchos o de fronteira (trabalha na pecuária) e o de serra (trabalha com agricultura) -Valorizam a educação dos filhos; -Tem dificuldade em se misturar

Fonte: própria autora.

Haesbaert (1997) em seu livro: *A rede gaúcha no nordeste*, mostra a visão que os gaúchos possuem dos nordestinos e vice-versa, além de explicar a migração gaúcha no país e quais as características deste grupo social. Através desta pesquisa, Haesbaert pode perceber características inerentes ao grupos de gaúchos, evidenciando sua cultura nos âmbitos sociais, religioso, político e econômico, além disso, também mostra preconceitos relacionados ao grupo visto pelos moradores locais da pesquisa, no caso os nordestinos.

Para Santos *apud* Haesbaert (2007) as correntes migratórias sulistas representam uma diáspora principalmente no que se refere ao campesinato e ocorreram devido a perseguição do capital. Para o autor a migração se caracterizou pela busca de riqueza, de novas propriedades e enriquecimento pessoal. Para caracterizar a marca gaúcha na constituição do interior do país, o autor cita a revista *Veja*, de 14 de setembro de 1994:

Implementada ao mesmo tempo pelo setor privado, pelas grandes cooperativas e pelo Estado, essa transformação econômica “sulista” vem acompanhada de todo um modo de vida, sociocultural e político, muitas vezes conflitivo em relação a traços culturais locais. Este “gauchismo” se projeta e se reproduz com tamanha força no interior do país que até mesmo termos exagerados como “nação gaúcha” vêm sendo utilizados na imprensa nacional para caracterizar o processo (Haesbaert, 1997, p. 21).

Nas narrativas dos próprios gaúchos pode-se observar que as marcas culturais tecidas no “interior do Brasil” foram impulsionadas pela busca que manifestaram em prol de novas atividades econômicas, por terras e melhores condições de vida.

“Meu pai trabalhava numa empresa de ônibus. Na verdade, a empresa comprou essa Fazenda no Paraná, ou eles já tinham. Eu acho que já tinham ela, mas não tenho certeza. Ai eles convidaram meu pai pra ir trabalhar nessa Fazenda sozinho. Depois esse pessoal comprou uma aqui no Mato Grosso e então ele veio trabalhar aqui” (Entrevista 55 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Ai eu vim pra cá pra ter o meu pedaço de terra, eu abandonei a vida de auxiliar de escritório e passei a ser agricultor” (Entrevista 15, 67 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Meu pai veio em busca de oportunidade de trabalho na verdade na época ele arrumou emprego bom aqui e veio como empregado, na época ele veio como tratorista de um fazendeiro grande que tinha aqui eu vim pra cá eu tinha 6 anos, no ano de 1958 nós fomos pra Água Boa primeiro. Nossa família é de Santa Maria, Rio Grande do Sul eu me formei lá também na Federal de Santa Maria” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

A “diáspora sulista” teve, portanto, como característica predominante a institucionalização no “interior do Brasil” da cultura do trabalho e da oportunidade de melhorar de vida. Segundo Haesbaert a cultura do trabalho conjugada às especificidades culturais se materializaram reforçando laços intra-grupo. (HAESBAERT, 1997).

No mesmo sentido que a afirmação de Haesbaert (1997), pode-se observar nos dados da presente pesquisa, apresentados na figura 4, como se destaca na fala dos sulista as palavras “convivência”, “sotaque” e “grupo” como expressão das suas relações intra-grupo de origem. Pode-se perceber que o grupo de gaúchos aparecem diferenciados em termos das suas características: como o sotaque, o churrasco, a dificuldade em se misturar com outros, a diferenciação em relação a outros grupos de migrantes, enfim, pelo fato de possuir uma cultura distinta e se orgulhar em ter um local para cultuá-la: o Centro de Tradições Gaúchas.

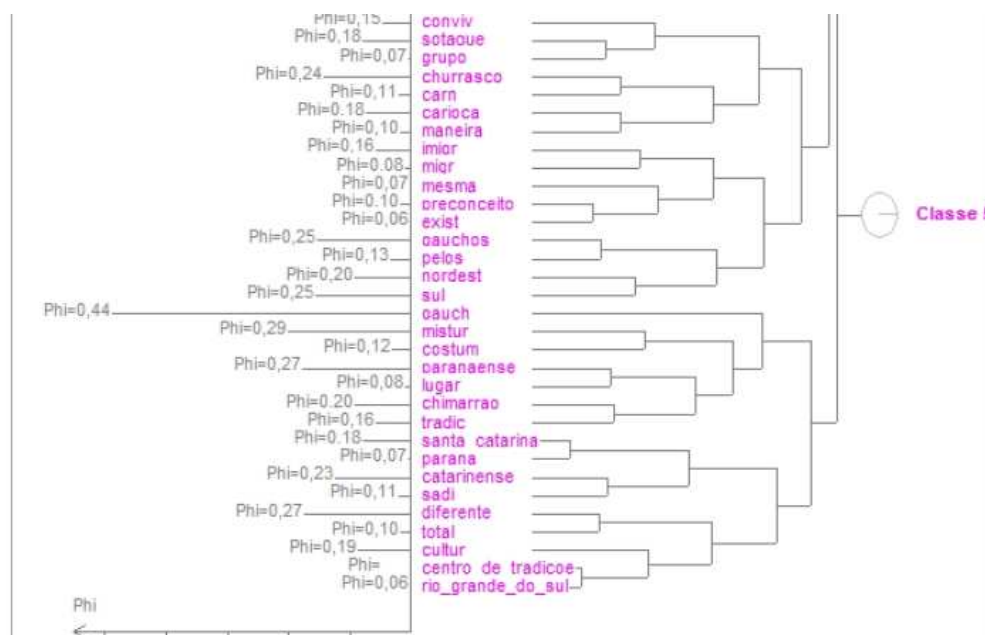


Figura 4 análise do Alceste classe 5- características dos migrantes.

Fonte: Dados da pesquisa.

A fala dos entrevistados não gaúchos mostra a forma como caracterizam os gaúchos como tendo uma intensa afirmação de identidade e como sendo a sua característica principal o fato de “não se misturar com os outros”, “se considerarem superiores aos outros”, ancorada na representação que os mesmos teriam de possuírem uma cultura de raízes europeias.

“os costumes deles são diferentes, a música, o conceito familiar deles é totalmente diferente. Eles eram muito fechados e são até hoje, eles são assim: se você não falar tche, não der cheque sem fundo e não tomar chimarrão, você não entra na roda deles, isso era a piada que foi feita de tão fechados que eles são. Eles são preconceituosos não aceitam negros, nem pardos, então agora já estão menos. Mas eles não permitiam jamais que uma moça gaúcha casasse com um nativo da região, o gaúcho tem um ar de superioridade no Centro-Oeste e sejamos realistas, o ar de superioridade é grande, se a gente for em Agua Boa em Primavera do Leste eles te tratam com inferioridade, eles olham pra você de lado” (Entrevista 8, 74 anos, sexo masculino, Mato Grosso do Sul).

“o gaúcho já vem de um de outra ramificação, eles são da Europa, da Itália, da Alemanha e eles aqui são brasileiros mas vem de povos mais antigos, já com outro tipo de linguajar, sotaque diferente, os Gaúchos tem sotaque de europeu, a diferença está em tudo” (Entrevista 25, 80 anos, sexo masculino, Minas Gerais).

“Os gaúchos eles são poucos que se enturmaram, a cultura deles é muito diferente da nossa e depois de muito tempo tem muitos gaúchos que já são mato-grossenses, mas muitos deles são bem diferentes da gente e não conseguiram o entrosamento, eles ficavam afastados” (Entrevista 32, 56 anos, sexo feminino, Tocantins).

Apesar da representação acerca da segregação dos gaúchos possuir aspectos negativos na perspectiva dos migrantes, Haesbaert (1997), também mostra o outro lado deste capital social intra-grupo. A identidade dos migrantes sulistas enquanto camponeses, mas também de gaúcho e descende de imigrantes, proporciona a coesão e a solidariedade existente entre eles, que resulta em uma grande rede de relações entre eles mesmo entre espaços físicos e culturais bem distantes, como mostra a entrevista 20.

“Meu pai ajudou muito na chegada do pessoal, a nossa casa era ponto de apoio saiu até no Jornal do Nordeste, o Norberto agradecendo a nossa família, o gaúcho é muito solidário com o seu povo. As pessoas usavam minha casa como ponto de apoio, elas ficavam um tempo pra conhecer região, pra mostrar as terras pro pessoal e depois pra voltar pra Xavantina e também pra outros lugares, a gente também não tinha muita estrutura porque era uma casa simples. Depois que ele fez o primeiro projeto em Canarana ele já tinha um ponto de apoio e já mostrava as outras regiões e foi onde surgiu Querência, Canarana e Água Boa” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Haesbaert também explica que a manutenção e inserção da cultura gaúcha para o local de destino de migração é afirmada em três âmbitos: o político, o social e o religioso. No âmbito político apresenta duas maneiras de afirmar a sua identidade: a primeira, é através do “voto comprometido com o grupo cultural identificado com as raízes sulistas e europeias”, ou seja, o sulista tende a eleger parlamentares da sua própria região para governar o local em que vive. O segundo comportamento político observado é a resistência em mudar o título de eleitor, mantendo um voto em trânsito, que acaba por prejudicar muito o local de moradia.

No âmbito social, a afirmação desta identidade encontra na formação dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) um elemento de destaque. Segundo Haesbaert (1997), o (CTG) pode atuar politicamente pois, funciona como um local de articulação política e também no âmbito sociocultural, que acaba por ser um local onde ocorre a reinvenção das tradições gaúchas por quase todas as áreas de migração.

“O gaúcho é empreendedor ele gosta muito do Rio Grande do Sul tanto é que é o único povo em todos os estados que tem o Centro de Tradições Gaúchas, em qualquer cidade que tenha meia dúzia de gaúcho eles já têm o centro então o que moveu a vinda desses Gaúchos era a motivação de ter uma coisa maior” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Em 84 foi criado o CTG do Araguaia, no dia 20 de setembro de 84. Então eu fui participei muito do CTG por muitos anos e eu ganhei a comenda da ONU

do banco no Mundial do banco e da Bélgica, nós fomos no Itamaraty em Brasília. Nós tínhamos uma equipe e o elenco de dança chegava a 150 crianças e nós dávamos tudo, nós dávamos bota, bombacha, a camisa, o lenço, o chapéu e o colete e a menina também tinha toda a roupa da Tradição Gaúcha” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

No aspecto religioso encontra-se a importância das igrejas, principalmente, as luteranas, que para Haesbaert (1997, p.239) é “um indicador claro da presença dos sulistas no interior do país, já que ela está intimamente associada aos colonos descendentes de alemães”. Na presente pesquisa também se constatou o papel do pastor luterano Norberto Schwantes na colonização do Araguaia, principalmente, nos municípios de Canarana e Água Boa.

“No meu caso teve a fundação da Copercana, depois teve o cidadão que era pastor o Norberto Schwantes que era um homem de muita visão da época e pra resolver o problema de renda dos da turma da religião dele: os luteranos, ele reunia turma de gaúchos que comprava um pedaço de terra pra formar uma cooperativa e falava com pessoal e trazia esse pessoal com ajuda do governo, isso era pra quem queria uma opção de mudar de vida e como lá era mais restrito no Rio Grande do Sul, você não tinha tanta oportunidade você embarcava nessa nova oportunidade” (Entrevista 15, 67 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“O presidente da Copercana que montou ela era um pastor evangélico luterano e ele se chamava Norberto Schwantes e ele era amigo dos fiéis da Igreja dele, ele era amigo do Presidente Geisel, que também era Lutero e daí com presidente ele agarrou essa oportunidade e chamou ele pra montar essa cooperativa aqui. E aí o governo deu assistência principalmente financeira, então as áreas que começaram Aqui foram todas financiadas, naquela época você financiava o desmatamento e financiava tudo, tinha dinheiro à vontade” (Entrevista 14, 70 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Observa-se através dos depoimentos que os sulistas criaram uma rede onde o elemento básico foia própria identidade enquanto sulista. Esta identidade constituiu espaços de referência simbólica comuns, conformando uma territorialidade orgânica (HAESBAERT, 1997, p.244). Nas pesquisas que Haesbaert realizou com os gaúchos que viviam na Bahia, o autor mostrou que houve uma forte resistência para a população local aceitar os gaúchos, principalmente em cargos ligados à área de educação e saúde. Os baianos não aceitavam ou não confiavam muito em professores e médicos da região Sul.

No Araguaia as narrativas dos entrevistados gaúchos mostraram que na região a situação foi contrária, a população local e até mesmo os outros migrantes receberam bem a população sulista (como mostra a entrevistas 12) e que eles não sofreram os

mesmos tipos de constrangimentos relatados em relação à Bahia. A dificuldade dos gaúchos se relacionarem para além do seu grupo aponta, antes, para um sentimento de rejeição por parte da população local em relação aos “gaúchos”. Assim, na perspectiva dos demais grupos de migrantes, o preconceito seria atribuído pelos gaúchos e não imposto a eles. Porém, nas falas dos gaúchos eles sempre alegam que não existe nenhum preconceito da parte deles, devido, principalmente, a miscigenação que pode ser notada entre os grupos de migrantes (entrevistas 12, 13, 15 e 20).

“Não, aqui é um lugar livre e tranquilo, logo que eu cheguei eu fui bem recebido estou há 35 anos morando aqui não nunca sofri preconceito, brincadeiras sim muitas vezes me chamam de gaúcho e fala alguma coisa mas é tudo brincadeira, mas pra tentar ofender nunca e quando alguém tenta é só você ter educação necessária para sair. Eu não me acho melhor que Paulista ou Goiano, eu não sou melhor, eu sou um ser humano como qualquer outro com educação não tem preconceito, não tem e nunca teve isso” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“na época eu nunca sofri preconceito e nem tive preconceito porque existia muitos imigrantes de vários lugares, teve uma migração muito forte do Sul e Sudeste para o centro oeste e o Mato Grosso é o primeiro estado a receber essa população” (Entrevista 13, 55 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Ai você vindo pra uma região diferente, você tem um mineiro, o baiano, o goiano, você passa a fazer parte de várias culturas isso é excelente, isso só traz benefícios essa mistura de etnias e de raça porque começa a cruzar o gaúcho com o Mineiro até nisso tem vantagem. E a convivência também porque você passa a respeitar os costumes deles e eles passam admirar os seus, um aproveita o que é de bom do outro foi muito bom essa mistura, só trouxe benefícios, jamais arrependimento porque que não tem Mineiro aqui, tem Mineiro Paranaense, Goiano de tudo, Pernambucano, baiano então fica muito bom essa mistura, essa miscigenação, essa confraternização, as diferentes mentalidades, costumes e tradições” (Entrevista 15, 67 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“O pessoal daqui nunca teve grandes preconceitos com pessoal do Sul, eu estudei aqui desde criança no meio do pessoal daqui sem problema nenhum e o pessoal foi bem receptivo. Nunca ouvi nenhum tipo de restrição, a gente sempre trabalhou bem com pessoal daqui até com os índios não tivemos problemas” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Entretanto, em outra parte da entrevista 12, quando questionado sobre os problemas atuais do município de Barra do Garças, o migrante sulista deixa evidente o seu preconceito, ainda que implícito com relação a outros grupos de migrantes.

“Aqui agora é um Pólo Regional de Educação, atualmente a saúde é muito boa em Barra do Garças, aqui tem quase tudo na saúde, na educação então nem se fala, escolas municipais, estaduais funcionando bem tudo funciona, tem as federais, se têm as particulares também. E outra coisa por exemplo pessoal aprendeu a cultura de limpeza, aqui as praças são muito bonitas, as rotatórias são bem cuidadas têm Jardim de flores no centro da cidade é limpo apesar da

diversificação de raças é muito bem limpa cidade de Barra do Garças”
(Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Um aspecto que ficou evidente nas narrativas desta pesquisa, foi a ligação do migrante sulista com a ambição e o trabalho, principalmente aquele ligado à atividade agrária. Talvez este apreço ao trabalho tenha para além das influências culturais, a influência advinda do incentivo promovido pelos programas colonizadores da época, bem como pelos programas do governo, que financiavam não somente a terra, mas, também, insumos e equipamentos agrícolas. A própria Copercana já possuía maquinário para a inserção da agricultura no Alto Araguaia.

“O sistema de viver aqui eu não tenho muita recordação pelo seguinte porque nós viemos pra mexer com lavoura manual porque a região aqui era mato e os gaúchos já entraram pra mexer com lavoura mecanizada, porque eles foram pra uma região que é só cerrado baixo, que é de Xavantina pra lá você não vê mato é só cerrado, a cooperativa já tinha as máquinas, já vieram pra isso, na época era muito financiamento em banco” (Entrevista 9, 69 anos, sexo masculino, São Paulo).

“O grande trabalho era exatamente com as pessoas de várias regiões, porque eles não tinham técnicas de trabalho com máquinas, nós vamos ensinar exatamente esse pessoal que não tinha essa tecnologia e agricultura, na época que era monocultura era só arroz e eles plantavam totalmente errado segundo as técnicas do estudo Gaúcho do arroz era totalmente errado na época. Eles colocavam espaçamento muito longo e a quantidade de grão linear muito pouca. E aí nós trouxemos tecnologia das plantadeiras que plantava mais perto e mais Grãos, pra que então, fazer com que a área produzisse mais” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Nas narrativas dos gaúchos fica evidente que além do apreço que eles atribuem ao trabalho, também o fazem em relação a importância atribuída à educação. Os gaúchos entrevistados consideravam que “uma cultura mais avançada” era aquela em que a educação era valorizada. Novamente, se percebe no significado atribuído à educação uma forma de se valorizar a supremacia de um grupo social.

O jeito de ser do gaúcho pro Goiano pro Paulista também é diferente, principalmente a cultura é totalmente adversa. Na época você pegava um rapaz de 18 anos ele tinha feito o primeiro e segundo ano primário aqui na região. Nós com 18 anos estávamos na escola técnica aprendendo a plantar, a produzir e trabalhando já. A gente estava mais adiantado para diversidade da cultura” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“O gaúcho valoriza muito a educação dos filhos e depois que eu formei sempre trabalhamos juntos na agricultura. Eu me formei com 22 anos em agronomia eu formei e voltei pra cá, na época era uma cidade pequena mas a

renda per capita era bem maior que hoje na época porque existia mais trabalho na agropecuária” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Outro aspecto de afirmação da distinção da identidade gaúcha face aos demais grupos foi a caracterização do migrante sulista como trabalhador, aquele que gosta de trabalhar na terra, na agricultura, sendo empreendedores, aventureiros e ambiciosos.

“Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não tem ninguém que bata neles na agricultura de grande extensão, não tem eles são os campeões no pedaço, eles sabem o que faz, eles conhecem e conhecem mesmo e é passado de pai pra filho aquilo é tradição, as mulheres são ensinadas a serem esposas são educadas para serem esposas e os homens são educados a serem agricultores, a tradição passa de pai pra filho” (Entrevista 8, 74 anos, sexo masculino, Mato Grosso do Sul)

“O gaúcho é meio diferente, mas nós precisamos tirar o chapéu pra eles, porque são um povo muito trabalhador. Os gaúchos o povo fala que eles gostam de banco, mas o gaúcho sabe trabalhar, gaúcho não tem dó de tirar um monte de dinheiro no banco e ir trabalhar e ganha dinheiro viu” (Entrevista 3, 83 anos, sexo masculino, São Paulo)

“Os gaúchos gostam de trabalhar, gostam do churrasco, dessas danças gaúchas, ele trabalho muito mas também se diverte” (Entrevista 21, 73 anos, sexo masculino, Rio de Janeiro)

No entanto, embora não se possa negar as distinções simbólicas na conformação da identidade dos gaúchos, para Haesbaert (1997) as redes gaúchas na atualidade incorporam um carácter muito mais econômico-funcional do que simbólico. “Enquanto a primeira (simbólica) pode se realizar no âmbito de uma racionalidade mais orgânica e solidária, a segunda (econômica) se verifica fundamentalmente através de uma razão instrumental onde o que importa é a funcionalidade, o carácter pragmático da rede” (p 245).

Em outras palavras, a rede gaúcha no âmbito orgânico existe para o fortalecimento de sua identidade e cultura, no que se refere ao lazer, culinária e maneira de ser, enquanto que o âmbito econômico se fortificou pelas relações voltadas para o sustento, como a implementação de sua cultura agrícola no local de destino de migração, como ocorreu no Araguaia. Essa forte cultura gaúcha ligada à produção agrícola segregou alguns espaços no Vale do Araguaia, como será mostrado no próximo capítulo, portanto, a formação de um território de identidade funcional.

4.1.2 A caracterização dos migrantes da região Sudeste

Os migrantes do Sudeste que se destacaram nas pesquisas foram os mineiros e paulistas, conhecidos no Brasil por suas características caipiras, onde os bandeirantes conquistaram os estados de Minas Gerais e São Paulo. A cultura “caipira” que caracteriza ambos os dois grupos, ficou evidenciada nesta pesquisa, mas tendo sido mais diretamente associada aos mineiros do que aos paulistas. Enquanto os primeiros foram representados pelos demais grupos de migrantes como “abertos” e “amigos”, os segundos já receberam adjetivações correlatas aos gaúchos, no que diz respeito a se “sentirem superiores aos demais”.

Quadro 18: Visão dos migrantes do Sudeste pelos outros grupos.

Grupo Migrante por região	Visão que possui do migrante do Sudeste
Centro-Oeste	-Fazendeiros de gado -Pecuaristas -Mineiros são caipiras
Nordeste e Norte	-Pecuaristas -Mineiros são simpáticos, amigáveis, fazem amizade facilmente -Trabalham com prestação de serviços e pecuária -São fáceis de lidar -Paulista gosta de riqueza, quer ser melhor que os outros
Sudeste	-Paulista abriu as terras do Araguaia e depois os goianos -Mineiros são acolhedores -Paulista é mais trabalhador e civilizado
Sul	-Precisaram da Sudam para desenvolver a região -Trabalham com a pecuária

Fonte: própria autora.

A primeira coisa a se destacar no quadro anterior é que os mineiros e paulistas não foram visto como um mesmo grupo. Os mineiros foram caracterizados como caipiras, fáceis de se socializar com outros, enquanto os paulistas foram vistos como se achando superiores, como pecuaristas e fazendeiros de gado. Fica evidente na caracterização dos grupos uma assimetria maior entre mineiros, goianos e mato-grossenses, em oposição a correspondência estabelecida entre gaúchos e paulistas.

Todavia, a oposição econômica havida entre mineiros, goianos e mato-grossenses, de um lado, face a caracterização dos gaúchos e paulista como superiores, teve o seu antagonismo mais reforçado, ainda, no caso dos gaúchos, do que dos paulistas. Para isto contribuiu a caracterização da cultura dos gaúchos vista como fechada. Em contraposição a esta percepção do fechamento cultural dos gaúchos, a

cultura caipira dos mineiros, foi evidenciada pelos demais grupos de migrantes como favorecendo a comunicação e o encontro entre os grupos.

Para Machado (2006) a cultura caipira do mineiro, está ligada ao modo de vida típico de uma população rural. Segundo a autora, o povo mineiro ainda reproduz a sua cultura na vida cotidiana, na religião, através dos provérbios e “causos” populares, nos quais são mostrados toda a experiência de vida de um indivíduo, das relações fortes de compadrio, dos festejos religiosos e populares rurais, das comidas típicas da região, da música sertaneja, das crenças e até mesmo dos remédios caseiros. Tudo isso, representa para Machado a tradução da cultura mineira caipira, como destacou os entrevistados.

“O mineiro é um tipo mais caipirão, então mistura fácil, não tem granfinagem, não tem mitidez, eles vão misturando, então por esse lado foi ótimo, só isso aí que existia mas até hoje existe isso um pouquinho, mas isso é em qualquer lugar” (Entrevista 2, 55 anos, sexo masculino, Goiás)

A visão do caipira segundo a literatura brasileira tem sido explicada principalmente como sinônimo de preguiça, como pode-se notar na obra de Urupês de Monteiro Lobato, o Jeca Tatu é um caboclo de barba rala, mestiço, que não possui bens ou educação, sem informações sobre os fatos que ocorrem na sua época, que desconhece direitos ou deveres. No livro, o Jeca sobrevive através de uma vida nômade nas margens do rio Paraíba do Sul e está associado a preguiça e a comportamentos parasitários e predatórios. Holanda (1994) descreve o caipira como um homem forte, observador da natureza, esperto devido a sua “visão precisa e segura” que nasce de sua vida vinculada ao sertão. Yatsuda (1992) critica a visão do caipira como preguiçoso e explica que essa visão foi projetada a partir de valores ideológicos, com a entrada do capitalista implantando no campo, o caipira passou a ser o indivíduo de poucos recursos financeiros, dotado de consciência, cultura e explorado pelo sistema de mercado.

Machado (2006) e Candido (1964) também salientaram as relações de solidariedade existente na cultura caipira, pois sem ela, a cultura de subsistência teria de extinguido antes da imposição das relações sociais de produção capitalista nas áreas rurais. Candido (1964) explica as relações de trabalho a partir da solidariedade entre vizinhos, a parceria, a cultura nômade ou migrante, a função complementar da produção e a importância das trocas visto como uma fonte de permanência da cultura caipira (MACHADO, 2006). Para Dias (1985) a cultura mineira está associada, também, às

montanhas, onde localiza-se uma região rica em minerais e pastagens de gado. As suas características pessoais são traduzidas como um tipo calado, desconfiado, introvertido, porém, hospitaleiro, inteligente e bondoso. Possuindo grande importância no cenário político e cultural do país. As falas dos entrevistados trouxeram vários destes aspectos já revelados na literatura:

“Um mineiro te acolhe em casa, te leva um pãozinho se você visita a casa dele. O mineiro ruim nasceu morto, não tem mineiro ruim, o mineiro quando ele é matador ele é bom pra matar, quando ele é inteligente, ele é inteligente, quando é burro é burro que dói, você nunca viu um mineiro ruim, o ruim nasceu morto” (Entrevista 7, 60 anos, sexo masculino, Minas Gerais)

“Os mineiros são mais tranquilos, fazem amizade com todo mundo, isso é da cultura deles eles são criados assim, eles são acostumados a serem simpáticos, a conversar com os outros” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins)

Quanto aos paulistas, este grupo foi representados pelos entrevistados como tendo um ar de superioridade, de seriedade, de riqueza e, também, como sendo trabalhadores. Como mostram as falas das entrevistas 8, 33 e 17.

“Quando a gente vai visitar São Paulo todo mundo acha que você mora na aldeia, que tem onça, eles perguntam: tem celular onde você mora? Você já viu sucuri? E outra coisa o Brasil por ser muito grande nós temos vários Brasís dentro do Brasil, temos várias culturas que entram em choque” (Entrevista 8, 74 anos, sexo masculino, Mato Grosso do Sul)

“O paulista gosta de riqueza, de querer ser maior que o outro tudo deles é o melhor do mundo” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins)

“O povo daqui não sabe fazer grandes pratos a comida deles é diferente, não é igual em São Paulo, mas agora já sabe antigamente não tinha conhecimento disso e nem variedade de comida, já no Estado de São Paulo o povo é bem mais civilizado nessa parte de alimentação e nutrição é bem melhor. Aqui houve uma grande miscigenação, tem gente do mundo inteiro” (Entrevista 17, 68 anos, sexo masculino, São Paulo)

Esta visão de superioridade atribuída pelos migrantes aos paulistas, pode ser compreendida se retomando ao contexto histórico da década de 1920, quando São Paulo passa a ser considerada como a terra do e do desenvolvimento (VELLOSO, 1993). A inserção do capitalismo trouxe a São Paulo a euforia da modernidade, como destacado pelos jornais da época:

Os jornais da época enaltecem o progresso da cidade de São Paulo, comparando-a com as grandes capitais europeias. Seus jardins públicos, avenidas, teatros e cinemas nada ficam a dever a de Paris; a construção da catedral no largo da Sé obedece ao modelo da catedral de Viena; o seu povo é exemplar. Enfim, a ideia é recorrente: São Paulo representa o exemplo da modernidade e a imagem do país futuro (VELLOSO, 1993, p.93).

A visão ufanista foi tanta que desqualificava outros estados como o Rio de Janeiro, enquanto São Paulo era visto como o lugar da modernidade, “o pai do Brasil”, um lugar de trabalho, em contraste com o Rio de Janeiro, caracterizado como promiscuo devido as suas praias, a futilidade dos hábitos cariocas como o Carnaval e a violência. Assim, o estado de São Paulo foi sendo representado como sendo um lugar moderno, adiantado, ou seja, a racionalidade e também à ética capitalista ali imperavam. Por isso, a visão de sua superioridade diante dos outros estados do Brasil (VELLOSO, 1993). Os migrantes destacaram, ainda, em relação aos paulistas a sua inserção na atividade pecuária. Bini (2011) explica que do Oeste paulista vieram muitos migrantes para o Araguaia, principalmente, de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. A pecuária atingia 70% das terras da região entre os anos de 1970 a 2010.

“Eu sou paulista de Araçatuba, em 1980 eu formei uma fazenda minha em Três Lagoas no Alto Sucuriú, aí vendi lá e vim aqui pro Mato Grosso pra ajudar abrir esse mundo velho, cheguei aqui em Barra do Garças em 1982 eu vim sozinho, eu sou formado em técnico de agropecuária na faculdade de Escola Agrícola de Jaboticabal no estado de São Paulo. Então eu vendi minha propriedade lá pra aumentar mais uma nesse mundo. Minha família, o meu pai era pecuarista mas já faleceu, aí eu vim pra cá adquirir um pouco de terra aqui na região de Ribeirão Cascalheira a 400 quilômetros de Barra do Garças, então o começo aqui sempre foi pecuária na região” (Entrevista 30, 54 anos, sexo masculino, São Paulo)

Em todos os grupos de migrantes entrevistados a característica mais marcante destacada em relação ao paulista está relacionada a atividade econômica. Em Barra do Garças, no Araguaia e em todas as entrevistas coletadas os migrantes paulistas foram reconhecidos pela sua inserção na pecuária. Nas narrativas pode-se observar que, para os migrantes o adjetivo pecuarista também é sinônimo de fazendeiro, enquanto que, quem trabalha na agricultura é o agricultor.

“Os paulistas vieram pra cá depois da década de 60 com incentivos fiscais paulistas e os gaúchos também, os mineiros esse pessoal aí da região sudeste, o paulista e o mineiro veio mais pra pecuária” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins).

“Então agora aqui é comércio, agricultura, pecuária e aí começou a chegar o pessoal paulista, de Minas, de Goiás, do Sul, aí a Barra seguiu assim com a maioria dos nordestinos que ficaram no garimpo e começaram a entrar os goianos, os paulistas, mineiros e tal e a criar gado, tinha muita terra e a Fundação Brasil Central queria povoar a região” (Entrevista 4, 58 anos, sexo feminino, Maranhão).

“Os mineiros, os paulistas, eles oferecem serviços comércios, educação e pecuária” (Entrevista 34, 41 anos, sexo masculino, Bahia).

“O paulista lá que veio abrir né? Abriu minas, depois veio abrindo o Goiás é um povo meio duro nas raças, uma descendência quase só” (Entrevista 3, 83 anos, sexo masculino, São Paulo).

“No Xingu mesmo não tinha Gaúcho na época era mineiro e Goiano que foram abrir lá e o paulista também que tiveram ajuda do financiamento da Sudam pra desenvolver a região lá” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

4.1.3 A caracterização dos migrantes das regiões Norte e Nordeste

Os estudos sobre a migração nordestina (Godoy, 2013; Costa; Queiroz, 2012) destacam que esta ocorreu, basicamente, mediante dois fatores principais: o primeiro, relacionado a fatores climáticos como a seca severa, já o segundo, se refere às perseguições políticas, ocorridas, desde a época do Império. No Vale do Araguaia a migração nordestina e nortista ocorreu principalmente entre as décadas de 1930 a 1940 devido ao *boom* do garimpo nos rios Garças e Araguaia, como já foi citado anteriormente. O nordestino se caracterizou por ser o migrante que se deslocava descapitalizado, ou seja, sem condições financeiras. Sendo assim, quando chegavam no Araguaia trabalhavam no garimpo com o sonho de enriquecer ou como capatazes nas fazendas de outros migrantes. Na descrição feita pelos outros grupos de migrantes, os migrantes nordestinos foram caracterizados, principalmente, como sendo sofrido, sem dinheiro, trabalhador, sonhador e de fácil sociabilidade.

Quadro 19: Visão dos migrantes do Nordeste e norte pelos outros grupos

Grupo Migrante por região	Visão que possui do migrante do Norte e Nordeste
Centro-Oeste	- Vieram pelo garimpo - Povo trabalhador e sofrido
Nordeste e Norte	- Tinham o sonho de enriquecer - Se misturam fácil com os outros grupos - Vieram sem dinheiro para o Mato Grosso - Trabalham em atividades pesadas - São humildes (pobres e simples)
Sudeste	- São simpáticos - São parecidos com os goianos
Sul	- Nordestino não tem experiência na lavoura - São aventureiros e sofridos pela seca - Parecidos com os goianos (se misturam rápido)

Fonte: dados da pesquisa

Pode-se dizer que a representação sobre os nordestinos se resume em três aspectos principais, dois ligados ao âmbito econômico, o nordestino é caracterizado como um povo trabalhador, que veio fugindo da seca e se inserindo no garimpo; o

segundo o caracteriza como descapitalizado, sem recursos. Já a terceira característica atribuída aos nordestinos aponta para a sua fácil sociabilidade em relação a outros grupos, sendo os mesmos considerados como simpáticos, acolhedores, simples e humildes. Para Godoy (2013) a representação acerca do nordeste sempre esteve associada à uma região submetida às secas. Essa referência adquirida pelo Nordeste, vem de longa data, devido às grandes estiagens no período de 1877 e 1879 que contribuíram para a morte de cerca de 300 mil pessoas pela seca e para a migração de meio milhão de nordestinos, destes 200 mil eram cearenses. Com o desenvolvimento do ciclo da borracha na Amazônia e o estímulo à migração, mais de 250 mil nordestinos se deslocaram para a nova fronteira.

Na obra de José de Alencar, “O sertanejo” o autor por meio da figura de Severino, representa o povo da região nordestino, buscando evidenciar a pobreza, a seca e o sofrimento passado na região. Segundo o autor, o sertanejo passaria por um processo de formação entre o meio social e físico, que acaba por “modelar” o seu caráter, tornando-o capaz de passar dias sem comida ou água, porém vivendo com liberdade (COSTA; QUEIROZ, 2012). Essa característica intrínseca ao nordestino também apareceu nas falas das entrevistas coletadas em Barra do Garças. Os migrantes nordestinos e nortistas são caracterizados como sofridos e fugindo das secas de seu local de origem, como mostra as falas 14 e 34:

“Os nordestinos são aventureiros, sofridos demais por causa da seca e o político nordestino é muito porqueira porque é muito corrupto, ele faz um açude com dinheiro do governo e não tem retorno pro coitado, então a vida dele é sofrida” (Entrevista 14, 70 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul)

“O nordestino que vinha pra trabalhar pesado ele está vindo para a questão do serviço” (Entrevista 34, 41 anos, sexo masculino, Bahia).

O entrevistado 34 também destaca o trabalho realizado pelo migrante nordestino, caracterizando o mesmo como sendo realizado através de serviços mais pesados como na construção civil e também oferecendo serviços em fazendas de terceiros. A entrevistada 6, uma migrante nortista conta a sua história de vida e como seus pais vieram para a Barra e também como era o trabalho nesta época. Também o entrevistado 10 narra a história de vida como garimpeiro da Bahia, relatando quais foram os trabalhos que desenvolveu ao longo da sua vida no Araguaia:

“Minha família veio do Norte com o meu pai e minha mãe veio do Pará, eles vieram de lá da cidade de Santa Maria, aí vieram de lá de barco porque não tinha avião, não tinha estrada, não tinha nada, a navegação que tinha era só fluvial. Eles trabalhavam enfrentando roça e aí quando eles viram que lá não tinha mais lugar de plantar roça, que não estava dando resultado surgiu esse município, esse arraial de Barra do Garças, que antigamente era Barra Cuiabana pra ficar mais fácil, era Barra Cuiabana e era mantida por garimpo, pelos garimpeiros. Aí veio meu pai, minha mãe todos vieram de canoa então meus pais ficaram nesse lugar chamado Barra Cuiabana e ajudaram a enfrentar o garimpo, quando ele viu que também era cansativo o garimpo ele passou pra roça. Nós fomos criados na roça, eu também enfrentava roça com o meu pai, ele plantava arroz, mandioca, colhia, fazia farinha, nós se mantinha era da roça, nós cuidávamos de fazenda mas nós nunca compramos fazenda não. Na época a vida não era como é hoje, não era fácil, não era fácil ganhar o dinheiro, hoje em dia todo mundo faz seu servicinho e tem o seu dinheirinho pra comprar as coisas. Naquela época não era fácil pra gente, como diz a história era pedindo a Deus pra dar aquela ajuda, aquela força pra ajudar desde o garimpo, na roça e aí a gente foi se virando, indo, insistimos em ficar em Barra do Garças muitos saíram, mas nós nunca mudamos” (Entrevista 6, 88 anos, sexo feminino, Pará)

“Eu garimpei no Goiás no Paranaíba, garimpei muitos anos lá porque meu pai também foi garimpeiro lá de 54 a 67, aí em 68 nós mudamos pra cá e eu já fui atrás de garimpo, garimpava aqui, garimpei no corrente, no Araguaia, na cachoeira rica, achava muito diamante na época e eu nunca fiquei sem dinheiro, apesar de não ter emprego. Aí quando foi em 69 eu estava na cachoeira rica e fui com o senhor Nascimento da aeronáutica em Brasília com um japonês que trabalhava lá, aí ele levou a gente pra lá Minas Gerais em Três Marias ficamos três anos lá, conheci o Barbosa comprador de diamante, eu almoçava lá com ele levava comida lá pra ele. Aí nós saímos daqui junto com esses rapaz o Nascimento e o japonês jogamos as canoas na ponte mesmo e subimos rio acima, fomos lá pra essa fazenda do Adalto Bezerra. Ele era nordestino casado com uma holandesa e fomos lá trabalhar com ele e foi descobrir uma mancha, aí um velho recebeu a gente lá e falou da mancha, mas óh nós tiramos entulho, tiramos entulho, caçando essa mancha, mas o rio depois que fura o cascalho na enchente, o rio carrega tudo pra longe, aí fiquei lá três anos e voltei pra cá e continuei trabalhando aqui. Já cheguei aqui encontrei um conhecido recrutando um pessoal pra levar pra mineração, eu entrei em 83 e fiquei lá oito anos nessa empresa, aí eu parei com o garimpo de 71 pra 72. Aí eu entrei de ajudante num outro emprego, aí tirei minha carteira em Goiânia virei motorista e continuei um tempo, fiz oito anos lá na empresa, aí não parei mais era sair de uma pra entrar em outra, ainda fiz uns dois anos de carteira assinada mas já aposentei” (Entrevista 10, 67 anos, sexo masculino, Bahia).

A fuga da seca e a descapitalização se destacam nas narrativas do migrante nordestino. Na entrevista 28, a migrante deixa claro, quando cita que o migrante do sul vem com mais “força”, que comparado ao migrante sulista, o nordestino vem sem poderes aquisitivos, fugindo da pobreza. Esta auto representação do nordestino também aparece na representação que fazem dele os outros migrantes, como pode ser observado nas entrevistas 11 e 33, nas quais os entrevistados caracterizam o migrante nordestino

como não possuindo experiência na lavoura, na agricultura como os outros e que se concentram sua atividade econômica em serviços mais pesados, como o garimpo:

“Em termos de Cultura sim, principalmente hoje porque na época a gente não reparava muito, mas havia mas hoje a gente vê muito mais, principalmente os que vêm do Sul vem com mais forças do que o que vem do Nordeste” (Entrevista 28, 62 anos, sexo feminino, Bahia).

“Tinha muito nordestino, o povo chamava dos baianos, eles ficavam mais com a questão garimpo de ouro, mais concentrado na região de Poxorêu, Torixorêu e Poconé. Os nordestinos não tinham experiência nenhuma na lavoura” (Entrevista 11, 55 anos, sexo masculino, Paraná).

“E o nordestino ele não é muito de trabalhar em lavoura, ele é mais prestador de serviço sempre foram, mais assim eu falo isso em função do que eu conheço, eles são pedreiros, carpinteiros esses outros serviços que os outros não gostam de fazer” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins).

Este fato pode ser explicado na interpretação de Lima (2008), que destaca a inacessibilidade que os mesmos tiveram em relação à terra, bem como enfatiza a questão da pobreza e da falta de recursos econômicos como geradores da exclusão do nordestino no campo. Para o autor, esses fatores também são responsáveis pela flexibilidade e adaptação do nordestino ao processo de inclusão socioeconômica, que lhe apresenta. Haesbaert (1997) caracteriza tal fenômeno como reterritorialização.

Enfim, em termos gerais pode-se perceber em todas as entrevistas coletadas, que as representações de todos os migrantes está alicerçada na caracterização dos grupos a partir da relação que acreditam que os mesmos têm com o trabalho e, também, pela questão da sociabilidade, a qual aprece, sempre, como mais positiva em relação aos grupos mais pobres do que aos mais ricos. Para eles, os migrantes nordestinos também são considerados simpáticos, hospitaleiros, humildes, que para eles é devido a sua condição sócio histórica como enfatizado anteriormente. Nas falas 10, 32 e 33 é possível perceber a percepção sobre a cultura de sociabilidade do nordestino e nortista:

“O Nordestino ele embaraçava com os outros tudo, os mineiros também, pra eles eram todos amigos e colegas” (Entrevista 10, 67 anos, sexo masculino, Bahia).

“Os Paulistas pareciam que era mais fácil, os mineiros e os baianos nem se fala eles eram super fáceis de lidar. Você pode perceber que o nosso sotaque é bem misturado, tenho sotaque nordestino de Goiás do Sul então é bem misturado” (Entrevista 32, 56 anos, sexo feminino, Tocantins).

“Os nordestinos vieram pro garimpo de Goiânia do Norte que hoje é Tocantins e depois vieram da Bahia e do Maranhão, baiano tinha muito em Poxoréu. Os nordestinos são mais humildes, então existe essa diferença” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins).

4.1.4 Caracterização dos migrantes da região Centro-Oeste

Os migrantes do Centro-Oeste foram representados pelos demais grupos de migrantes como trabalhador e simpático, sendo a sua principal atividade econômica a pecuária. No entanto, enquanto o goiano foi caracterizado como trabalhador, o mato-grossense foi caracterizado como preguiçoso e como não exercendo nenhuma atividade. Segundo a literatura este último grupo pertence a geração mais nova, aos filhos dos migrantes que se instalaram no Mato Grosso desde a primeira fase de migração. O quadro 21, mostra a caracterização dos migrantes do Centro-Oeste segundo os entrevistados:

Quadro 20: Visão dos migrantes do Centro-Oeste pelos outros grupos

Grupo Migrante por região	Visão que possui do migrante do Centro-Oeste
Centro-Oeste	-Trabalhadores -Conhecem a agricultura -Mato Grossense é preguiçoso -São pecuaristas -São fáceis de lidar -Goiano é solto para conversar
Nordeste e Norte	-Pecuaristas -Destemidos /pé-rachado (trabalhadores) -Fáceis de lidar -Trabalhadores
Sudeste	-São parecidos com mineiros, paulistas e baianos -Trabalham com pecuária e comércio -São simpáticos, acolhedores, camarada e gente boa
Sul	-Mato Grossense é preguiçoso -Goianos dependeram da Sudam pra desenvolver a região -Espera comprar pronto, são preguiçosos -Trabalham com a pecuária -Os estudos são fracos

Fonte: dados da pesquisa

Com a decadência do ciclo aurífero no Brasil, no estado de Goiás criou-se o estigma de decadência que passou a fazer parte da história do estado, pois os viajantes que passavam por Goiás, interpretavam o local como sinônimo do ócio, do atraso e isolamento, resultado da decadência das capitânias. Estes estigmas criados acabaram por identificar o goiano e criar a expressão conhecida como “goianice”. Com a modernização agrícola e programas de incentivos fiscais para introduzir o Centro-Oeste

na economia do Brasil o estigma foi substituído e a região passou a ser conhecida como moderna e progressista. Por isso, a expressão “goianice” remete a imagem de Goiás como ideia de decadência na história, contextualizando a crise da mineração no país, enquanto que “goianidade” indica a construção da ideia de modernização (CHAUL, 2011). Essa herança histórica da mineração trouxe aos goianos uma semelhança com relação aos mineiros, como cita Chaul (2011):

Goiás se parece muito com Minas Gerais, temos a mesma ausência do mar, o mesmo luar do sertão, montanhas e minérios e achamos as coisas um “trem-bão” em cada coisa “boa demais da conta”. Mas o ouro nos legou heranças provinciais distintas. Portanto, para falar de Goiás é fundamental notar que temos particularidades históricas que não nos deixa ser um mero reflexo das transformações ocorridas em nível nacional. Nem por isso somos assim tão distintos (CHAUL, 2011, p.1).

Essa historicidade do estado de Goiás, também foi percebida pelos migrantes, que deixaram bem claro nas entrevistas, a semelhança entre os mineiros e os goianos, principalmente na questão da sociabilidade entre outros grupos, algo que foi muito destacado nas falas. Eles são sempre caracterizados como acolhedores, simpáticos e bem sociáveis por todos os grupos de migrantes:

“Eu vejo perceptível a diferença no gaúcho, pra ser sincero o goiano, o mineiro, o matogrossense é a mesma coisa, eu percebo mas a harmonia entre eles, existe mais integração do que com a pessoa Gaúcha” (Entrevista 31, 47 anos, sexo masculino, Goiás).

“O goiano, o mineiro e o paulista é um povo quase igual, porque foi o paulista lá que veio abrir né? Abriu Minas, depois veio abrindo o Goiás é um povo meio duro nas raças, uma descendência quase só” (Entrevista 3, 83 anos, sexo masculino, São Paulo).

“O gaúcho não gosta de gente, eles são bons até chegar outro do grupo deles, eles não são amigáveis. Já é diferente de um mineiro ou de um goiano que te acolhe em casa” (Entrevista 7, 60 anos, sexo masculino, Minas Gerais).

Como foi citado, os goianos são conhecidos na região entre eles e outros migrantes por serem trabalhadores (entrevista 33), a maioria veio também fugindo de condições de vida precárias que se apresentava o estado de Goiás entre as décadas de 1950 a 1970. Os estudos de migrações apontam que durante esse período de tempo, o estado passou por uma grande modernização agrícola. Essa modernização buscou produzir e modernizar o cerrado do Centro-Oeste brasileiro, desde a otimização da área plantada, até mesmo pela intensificação da produtividade, por meio da utilização de

maquinários e insumos agrícolas. Isto acabou por gerar intensos impactos na questão fundiária principalmente o aumento esporádico do êxodo rural. Pode-se considerar que essa modernização foi *excludente*, pois houve uma seleção dos atores envolvidos na modernização, *seletiva* porque elegeu determinados produtos da agricultura, principalmente aqueles para a exportação, como os grãos e também foi uma modernização *localizada* já que privilegiou os chapadões do Sudoeste goiano (ARRAIS, 2007).

Nas narrativas é possível perceber que as famílias possuíam pequenas propriedades em Goiás que aos poucos vão perdendo sua rentabilidade conforme a modernização agrícola no país e devido a fama de Barra do Garças conhecida na época como a terra da riqueza, do progresso, de terras rentáveis e da prosperidade, muitas famílias viam uma oportunidade de melhorar de vida mudando para a cidade. Alguns se encontravam em condições mais precárias e migraram para melhorar de vida (entrevista 31), enquanto outros viram no Mato Grosso uma oportunidade de melhorar também a renda através da compra de terras, que nesta época era muito mais rentável no Mato Grosso comparado com Goiás (entrevista 2).

“Os Goianos são mais trabalhadores, são todos mais atirados ao trabalho, o goiano no trabalho ele chega adiantado e sai depois” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins).

“Passei dificuldade em Goiás sim, na época eu me lembro muito bem a gente não falava quilômetros a gente falava léguas, então na época que a gente tinha roça um pedaço de chão na beira de um córrego e tinha plantação lá. Eu tenho uma vaga recordação do local na época, mas a gente já morava em Bom Jardim e ajudava nas colheitas quase todos os dias, então nós íamos pra buscar legumes nessa fazenda. Onde a gente morava anteriormente também tinha saída pra roça, tinha um matadouro e o moço que trabalhava lá ajudava a gente e nós aproveitávamos as piores partes dos animais pra comer, por exemplo a cabeça do animal tirava a carne lateral do queixo, a língua, então nós fomos criados comendo esse tipo de coisa” (Entrevista 31, 47 anos, sexo masculino, Goiás).

“A gente é de Goiás e veio pra cá quando era criança, eu tinha onze anos e o papai tinha propriedade rural lá e ele esteve aqui perto em Bom Jardim, a trinta e oito quilômetros daqui, de Barra do Garças no casamento do irmão dele, e ele veio aqui na Barra e gostou, a Barra estava em expansão, cidade nova, promissora das coisas, terra barata, e ele voltou e decidiu vir aqui definitivo pra conhecer a região. Chegou veio conhecer a região, gostou daqui, olhou algumas propriedades, a terra aqui era muito barata, era bem virgem, tinha pouca gente e as áreas rurais quase não era desmatado, era tudo mato, e aí ele veio foi no Vale dos Sonhos ele achou interessante, viu uma propriedade entendeu? E viu o preço, voltou lá vendeu e veio aqui e comprou aqui na Barra. Então era uma cidade promissora e nós viemos, mudamos pra cá, aqui era tudo perto, papai mexia com a fazenda. A vida em Goiás era boa,

era boa assim vamos supor, comparando com hoje era a mesma coisa, se eu tivesse uma terrinha de dez alqueire, cinco alqueire aqui e hoje eu tenho uma de cem ou de quinhentos alqueirão, então melhorou, porque eu acho que se a gente tivesse lá, ia estar na mesma condição, morando numa propriedade pequeninha, meu pai trabalhando dentro lá na fazenda, eu estudando numa cidade pequeninha, mas melhorou muito” (Entrevista 2, 55 anos, sexo masculino, Goiás).

Nota-se também nas entrevistas que o goiano ficou conhecido pela sua atividade pecuária, que assim como os migrantes do Sul e Sudeste a cultura da atividade econômica foi passada por meio da família destes grupos. Nas narrativas foi possível perceber a diferenciação que os migrantes fizeram entre a população do Mato-Grosso, destacada durante as entrevistas por serem conhecidos por preguiçosos, que não gostam de trabalhar, principalmente quando comparado ao migrante gaúcho, como mostram as falas 27 e 14.

“O gaúcho é mais trabalhador do que nós ele trabalha mais na terra o mato-grossense é mais preguiçoso” (Entrevista 27, 72 anos, sexo masculino, Mato Grosso).

“É tudo bem diferente do mato grossense ele é uma pessoa muito boa pra se viver mas pra viver dentro do sistema dele que é dorme de dia de noite, o cuiabano é desse jeito, nós somos bem diferente” (Entrevista 14, 70 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Olha tem muita diferença porque o mato-grossense dificilmente ele tem aquela vontade de trabalhar, ele gosta de achar tudo pronto e não fazer, eu sou realista e sincera infelizmente essa é a realidade” (Entrevista 24, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Para Oliveira (2006) a ideia de preguiça do brasileiro surge desde a época da escravidão, onde os negros escravos eram chamados de preguiçosos pela elite da época, para dar um caráter de menosprezo a esta população. O mesmo pode ser observado no contexto brasileiro da migração, situado num momento de modernização do país, em que muito dos nordestinos são considerados preguiçosos. Após a fase colonial o trabalho permaneceu desvalorizado e escravo, até mesmo o mais humilde cidadão gostaria de possuir um escravo para não trabalhar, que era visto como sinônimo de riqueza e ostentação na sociedade. A consequência deste processo enraizou na sociedade brasileira uma ojeriza social ao trabalho, que passou a ser sinônimo de alguém sem importância, sem destaque ou valor na estrutura da sociedade. Desta vertente do imaginário do trabalho surgiu uma ramificação: o trabalho só seria valorizado se precisasse de um esforço intelectual e não físico, algo que seria possível

produzir conhecimento. O trabalho rural, por exemplo, ficou sendo julgado como um esforço totalmente desvalorizado por se caracterizar de um trabalho pesado e manual. Assim a “preguiça” adquiriu um caráter ambíguo na nossa sociedade, pois quando usada pela elite era sinônimo de ócio criativo e quando aplicada a classes bases significava uma crítica a alguém que foge ao trabalho, a função que deveria desempenhar (AZEVEDO, 2012).

Considerando que os mato-grossenses são os filhos dos migrantes da geração pós-década de 1980 estes não foram condicionados ao trabalho pesado na agricultura, pois na visão dos migrantes do Araguaia, a visão de preguiça é contrária a visão geral enraizada na sociedade brasileira e explicada por Azevedo. Para os entrevistados a preguiça é quando o indivíduo não realiza trabalhos pesados ou manuais. A geração dos já mato-grossenses, os filhos dos migrantes, são tidos como aqueles que não tiveram que trabalhar “pesado” e que tiveram mais opções de estudos e de exercer profissões não agrícolas. São representados como preguiçosos. O último aspecto que apareceu destacado nas falas foi a diferenciação entre os cuiabanos e os outros mato-grossenses. Segundo os migrantes, os cuiabanos seriam mais fechados, “metidos”, não se socializando com as outras pessoas do estado do Mato Grosso. Esta representação, inclusive, está muito em sintonia com a dos gaúchos e paulistas, que são os dois grupos com maior poder econômico na região.

“As meninas brigavam muito com as goianas, com o cuiabano no futebol, mas é coisa de menino, mas tinha uma rixa com os cuiabanos, porque eles eram mais metidos, eles saíram daqui pra namorar com as meninas daqui, mas nunca teve briga não, eles são gente boa, mas eles não se misturam muito até hoje, eles são mais na deles” (Entrevista 25, 80 anos, sexo masculino, Minas Gerais).

“Eu conheço muita gente com a cultura tão diferente, mas nunca sofri preconceito. Na época de escola a gente tinha uma colega que veio de Cuiabá, o pai era funcionário e pelo sotaque dela de cuiabano ela sofreu bastante, aquela menina na época ela foi bastante criticada, então a gente via muito isso” (Entrevista 28, 62 anos, sexo feminino, Bahia).

A partir da apresentação da representação que os diferentes grupos de migrantes demonstraram fazer uns em relação aos outros, pode-se resumir a caracterização dos migrantes feita por eles próprios, da seguinte maneira:

Quadro 21: resumo da caracterização dos migrantes

Grupos de migrantes	SUL	SUDESTE	NORTE E NORDESTE	CENTRO-OESTE
Características	-Trabalhadores -Fechados -Solidários entre si -Grande sentimento de pertencimento -Valorizam a educação	-Trabalhadores -Caipiras -Mineiro simpáticos -Paulistas soberbos	-Descapitalizados -Simpáticos -Trabalhadores	-Goianos trabalhadores -Matogrossense preguiçoso
Motivações para Migrar	-Busca de melhores rendas e compra de terras no Mato Grosso. Ajuda das cooperativas de colonização	-Aumento de propriedades e de renda, ajuda fiscal de programas governamentais	-Fuga da pobreza da região de origem -Vieram descapitalizados	-Donos de terras buscavam aumentar suas propriedades -Pessoas que não possuíam terras vinham buscando melhores condições de vida e oportunidades
Atividade econômica	-Atividades ligadas à agricultura	-Atividades ligadas à pecuária	-Fornecimento de atividades braçais e manuais de baixo custos a terceiros	-Atividades ligadas a pecuária -Fornecimento de serviços
Fase de chegada no Araguaia	Entre as décadas de 1960 e 1970 com o auxílio de cooperativas de colonização	Entre as décadas de 1950 e 1960 com o auxílio dos projetos fiscais, SUDAM e SUDECO	Entre as décadas de 1930 e 1940, vieram por conta própria devido ao <i>boom</i> do garimpo na região	Entre as décadas de 1950 e 1960 com o auxílio dos projetos fiscais, SUDAM e SUDECO

Fonte: Própria autora

O levantamento das representações dos grupos de migrantes uns em relação aos outros e a si próprios foi importante para iniciar os estudos dos territorialidades, pois evidenciou características de identidades dos atores sociais envolvidos na formação do Araguaia. Como mostra a literatura, conhecer as representações acerca das suas características é essencial para perceber de que maneira estes migrantes se relacionam entre si e se reterritorializam no novo espaço habitado. Além disso, a literatura também mostra que as territorialidades são formados a partir do uso que as pessoas fazem dele, sendo assim, ficou claro no quadro que, cada grupo migratório ficou marcado pela sua atividade econômica. Outro ponto destacado na literatura diz respeito ao fato da formação territorial depender da trajetória historicamente construída por cada grupo de migrante. O próximo tópico dará ênfase à formação das redes que serviram de sustentação para a fixação dos migrantes no Araguaia.

4.1.5 A ocupação dos “espaços vazios” a visão dos migrantes sobre os indígenas

Como foi mostrado na literatura, o índio sempre foi considerado um impasse ao “progresso” do povo não indígena, sofrendo processos de aculturação que gerou grandes perdas de várias etnias indígenas no Brasil, inclusive na colonização do Araguaia. Durante as entrevistas em que os migrantes relatavam sua chegada na região a questão indígena sempre veio à tona, portanto, este tópico tem como objetivo apresentar a visão que esses migrantes possuem sobre a população indígena no Araguaia. Todavia, antes de apresentar esta visão dos migrantes é importante explicar alguns aspectos da cultura indígena Xavante (principal grupo presente em Barra do Garças) para compreender os entrevistados. Os primeiros relatos históricos existentes do povo Xavante datam de 1762, nesta época eles habitavam a bacia do Tocantins junto com os Xerentes, ambos formam o ramo Acuen dos povos da família Jê do Brasil Central. Historicamente falando estes povos foram forçados a migrações constantes para evitar o contato com o não-índio buscando novos territórios para se instalar.

Entre os anos de 1820 a 1856 atravessaram o rio Araguaia fugindo de exploradores e garimpeiros e até 1890 os xavantes ocupavam a área entre o Rio Araguaia e o Rio das Mortes. Os programas expansionistas brasileiros fizeram com que os xavantes fossem além do Rio das Mortes passando a habitar as terras próximas a Serra do Roncador (SILVA; GARAVELLO, 2009). No começo do século XVIII quando ocorreram os primeiros contatos com os não-índios, os Xavantes habitavam o estado de Goiás próximo a cidade atual de General Carneiro, cartas dos colonizadores portugueses relatavam “problemas com os índios”, que representavam os Xavantes defendendo o seu território através de conflitos de resistência a invasão de terras. Nesta época o governo colônia conseguiu “pacificar” vários grupos incluindo os Xavantes em grandes assentamentos de missões. Porém, as doenças e a fome acabou por matar grande parte da população, no final do século XVIII grande parte das missões encontrava-se abandonadas.

Já na década de 40 com os grandes esforços do governo em desenvolver as regiões centrais do Brasil a autonomia Xavante foi quebrada (SANTOS et al. 2005). Antes do contato permanente com o não-índio, a economia Xavante era baseada na caça e coleta, com grupos de caça que viajam entre os seus territórios por meses para garantir

sua alimentação. Sua dieta tinha como base as atividades de caça, vegetais, agricultura e pesca, as duas últimas eram consideradas alimentações secundárias pois dependem do tempo de permanência em uma determinada aldeia e condicionadas pelas estações do ano, sua importância variava sazonalmente o que lhes garantia uma alimentação equilibrada e nutritiva (SILVA; GARAVELLO, 2009).

A caça era uma atividade masculina, a coleta era uma atividade feminina e a agricultura praticada por ambos os sexos, os principais produtos cultivados eram milho, feijão, abóbora e carás que são plantas resistentes que não exigiam muitos cuidados. As lavouras utilizavam o sistema de roça-de-toco ou coivara, que consistia na queima de uma parte da vegetação nativa, após isso era realizado uma limpeza na área que seria usada para a agricultura, disponibilizando assim, nutrientes para as plantas. Além dos produtos de alimentação, os Xavantes também plantavam algodão para confeccionar ornamentos e urucum para as pinturas corporais em rituais (SILVA; GARAVELLO, 2009). Já na década de 70 com a chegada dos migrantes sulistas na região que vinham trabalhar com a rizicultura mecanizada, o governo em parceria com a Funai incorporou as aldeias Xavantes no “projeto Arroz”, o seu objetivo era diminuir a fome nestas aldeias, todavia este projeto acabou por configurar uma mudança alimentar nas aldeias, fazendo com que o arroz fosse o alimento mais consumido, o programa acabou com o encerramento dos subsídios a mecanização do arroz em roças de cerrado (VIEIRA et al., 1997). Durante as entrevistas pode-se destacar seis identidades principais que os migrantes possuem sobre os índios:

1-A população indígena do Mato Grosso em geral foi massacrada e dizimada na chegada dos migrantes em todas as fases;

2-Associação dos Xavantes com a violência;

A aproximação das identidades indígenas com as não indígenas acabou criando pré-conceitos entre os habitantes do Araguaia. A necessidade por ocupar as terras no local era tão grande, que bastava requerer as terras junto ao governo para obtê-las e estas poderiam ser em qualquer espaço, inclusive nas aldeias indígenas. Este meio de colonização acabou gerando muitos conflitos e assassinatos entre fazendeiros e índios principalmente entre os Xavantes. Por isso o povo indígena ficou sendo conhecida como sendo “selvagem”, “bravos” e “geradores de conflitos”. A maioria dos migrantes entrevistados quando questionados sobre os indígenas da região comentam sobre

problemas em propriedades como invasões ou conflitos, porém, todos concordam que, durante a colonização a população Xavante foi dizimada da região, por disputas de territórios, assassinatos e doenças trazidas pelos não índios nesta época. Um exemplo claro foi citado no capítulo sobre a colonização da Barra do Garças, na fundação da fazenda Suiá-Missú.

“Então chegaram os sertanejos em 1800 e já os caras vieram tocando o gado de Goiás atrás de pasto natural e já foram tocando os índios pra frente e quando chegaram os garimpeiros tocaram eles mais ainda. Hoje eles estão a 70 e 80 quilômetros daqui esse processo de tocar. Os índios daqui foi muito violentos dizimaram uma população indígena, diminuíram muito bororos daqui por causa dessa ocupação, então houve uma política de proteção mas quando eles chegaram aqui na década de 40 houve muitos conflitos e como em toda história do Brasil os índios foram sempre massacrados” (Entrevista 34, 41 anos, sexo masculino, Bahia).

- 1- Índios não trabalham, são preguiçosos, porque o governo fornece auxílio financeiro aos indígenas (cesta básica e um salário mínimo para cada família);
- 2- O índio possui terras que não utiliza para pecuária ou agricultura;
- 3- Propriedades próximas a aldeias indígenas são desvalorizadas, pois os índios furtam plantações e até mesmo o gado;

Como pode-se perceber através das narrativas, a aculturação do povo Xavante, sua inserção no mercado de trabalho e auxílios financeiros do governo acabaram por gerar a ideia entre a população de que os índios são preguiçosos, não gostam de trabalhar, não plantam e por isso roubam gado nas fazendas vizinhas, inclusive alguns dos entrevistados afirma que propriedades localizadas perto de aldeias são desvalorizadas:

“Até hoje você encontra mas os índios não são mais selvagens, ele são mais sabido que nós, eles sabem que têm o banco com dinheiro, tem carro novo, tem comida, não precisa trabalhar, o que eu acho um absurdo é o que os índios têm muita terra, recebem cesta básica, salário, auxílio e não tem que plantar para sobreviver. E se eles não quisessem plantar poderia arrendar as terras pra quem quiser plantar, receber e sobreviver com esse dinheiro, mas nem isso eles fazem, eles não plantam um grão de arroz, de feijão, de milho, eles recebem tudo então pra que trabalhar” (Entrevista 19, 78 anos, sexo masculino, Goiás).

“Os xavantes são mais bravos nós tínhamos acampamento de Olaria de tijolo e eles vão também porque eles são preguiçosos, não trabalham o índio em si é preguiçoso, os Carajás nem tanto eles fazem os artesanatos deles de pena, de palha e vendem e os Xavantes não sabem fazer nada eles são preguiçosos” (Entrevista 27, 72 anos, sexo masculino, Mato Grosso).

“Mais ainda existe que as pessoas não gostam, ainda hoje se uma pessoa for comprar uma propriedade e se tiver índio perto eles não querem comprar, a propriedade é desvalorizada por isso, não é tanto mais uns trinta por cento,

quarenta por cento é e tem gente que não quer por dinheiro nenhum, medo deles, porque se eles chegarem pra você eles entram lá dentro e vão caçar, se eles quiserem por fogo eles vão lá e não preocupam se vai pular pra fazenda vizinha, o que aconteceu infinita vezes, queima propriedade” (Entrevista 2, 55 anos, sexo masculino, Goiás).

“Ninguém quer ser vizinho de índio, a terra perto de índio não tem valor nenhum ninguém quer, ele não é bonzinho, ele não é bem quisto ele é muito protegido. Na verdade se você for analisar a terra era deles, quando você começa a entender um pouco a terra é deles, você que é o invasor, ele que estava aqui primeiro então você vai empurrando ele, vai tirando eles das terras, vai matando o índio na doença, de fome e de assassinato, então se você for analisar mesmo o invasor é você, porque quando chegaram aqui já tinha ele então nós somos os invasores” (Entrevista 15, 67 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Todavia, deve-se considerar que a atividade do índio como citado era somente para sua sobrevivência, no caso a caça, pesca e plantação de pequenas monoculturas de cultivo rápido pois estes eram nômades, sempre migravam em busca de alimentos, a aculturação vem gerando a sedentarização do indígena, já que não existe mais a necessidade de buscar comida, basta comprá-la no mercado e isso vem gerando a inserção de alimentos ricos em açúcar na sua dieta aumentando os índices de obesidade e diabetes entre as aldeias, citado na entrevista 12:

“Você pode perceber que a maioria dos índios hoje são gordos ou obesos pode olhar, porque antes eles precisavam caçar, tinha que sair do Campo pra ir atrás da caça hoje não. Agora você vai no restaurante e o índio come um quilo de comida, 1 quilo de boi e a gente come 300 ou 400 gramas. Os índios não ficam nas aldeias o governo sustenta tudo que na verdade somos nós que pagamos impostos. Eles têm um dinheiro que o governo paga pra eles, eu não sei dizer quanto é mas acredito que no mínimo seja um salário mínimo e eles sobrevivem com isso, pode ver que quando você vai no mercado fazendo compras, as compras estão cheias” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Sobre os auxílios financeiros, o governo federal permite e auxilia comunidades indígenas que prestam serviços ambientais, além disso também ocorre o investimento em programas ligados a saúde e educação indígena, que são administrados em geral pelos chefes das reservas ou tribos, como cita a entrevista 34. Porém, a entrevista 35 quando questionado sobre os serviços prestados aos índios pela Funai, mostra que a instituição também auxilia os índios de diversas formas devido a uma herança histórica também ligada à política clientelista brasileira:

“Essa proteção ela é relativa, todo mundo fala que todo indiozinho que nasce já nasce com salário mínimo isso é um mito, é mentira, as pessoas acham que eles culturalmente não produzem roça de mandioca, eles plantam na roça uma roça de mandioca, mas é pouca era mais pra ritual do que pra comida, eles

recebem ajuda cesta básica a comunidade, pra você ter uma ideia a mortalidade infantil é enorme porque dentro da cultura Xavante, porque a criança é sempre a última a comer e nem sempre tem comida. Eles recebem recursos para cada aldeia, o cacique recebe uma espécie de pensão e o recurso pra ter comida e ele sempre divide com todo mundo, então essa política de proteção ela é relativa, eles têm a proteção porque eles têm um pedaço de terra, que é protegida então se alguém estiver tentando grilar a terra a polícia federal vai lá na hora e eles não tomam fácil aqui na região, toma na Amazônia, aqui eles são extremamente violentos pra proteger a terra deles. Mas as políticas de proteção de fato é essa e hoje tem a política de saúde dentro das aldeias, nós temos os enfermeiros, os médicos, os cubanos que vieram, pra você ver o tamanho do preconceito que é ser atendido no sistema de saúde, as crianças são atendidos por médicos cubanos, eles fazem um atendimento diferenciado então tem algumas políticas que funciona, mas se você for analisar são poucas” (Entrevista 35, 58 anos, sexo feminino, Rio de Janeiro).

“Eles pedem tudo que você pensar principalmente comida, o índio tem passado fome nas comunidades então tem muita procura pela alimentação e aí nessa falha da FUNAI de dezoito anos de trevas, porque como as pessoas faziam pra segurar os seus cargos? Eles davam comida para as aldeias porque o índio não tem a cultura do plantio, eles eram semi nômades viviam da exploração da natureza, aí quando a cidade passou a invadir o espaço dele e isso acabou, o índio não tem interesse, não tem que tecnologia de plantio. E aí como eu estava te falando que tentaram colocar a cultura do arroz na cultura do índio que deu errado, então voltaram para uma rota mais simples da agricultura familiar, mas eles pedem muita comida aqui, mas tudo que você pensar roupa, caixão, remédios. Eles não entenderam ainda que a fundação não pode atender o indivíduo, ela atende o coletivo que o serviço público prega a universalidade não podemos dar uma botina ao senhor que pede, nós temos que oferecer os meios para que ele possa comprá-la e essa está sendo a tônica da FUNAI: o desenvolvimento sustentável” (Entrevista 35, 58 anos, sexo feminino, Rio de Janeiro).

- 4- Os índios são extremamente protegidos pelo governo e por isso a lei do não indígena não se aplica a eles;

Os migrantes nas entrevistas têm a concepção muito destacada de que o governo investe muito nos indígenas e também que são povos extremamente protegidos pela lei, quase intocáveis, para os entrevistados os índios são povos considerados ainda “selvagens” e por isso a justiça não se aplica a eles, estas ideias podem ser observadas nas falas das entrevistas 2 e 12:

“Não tem lei que penaliza, como eles são selvagens, mas eles não são mais, então não penaliza, não tem como você pegar um índio e prender ele fácil não, você pagar por isso, pagar com que? Eles ficam na oca deles, não têm dinheiro, não tem nada, o governo os aposentados ganham dinheiro e só, é diferente, eles são completamente diferentes da gente. Eles são tratados como pessoas assim igual criança que não possuem responsabilidade, que também não tem como você cobrar, porque como você vai cobrar não tem nada que penaliza eles por terem feito alguma coisa errada” (Entrevista 2, 55 anos, sexo masculino, Goiás)

“O índio anda de caminhão na carroceria se for outro prende, mas o policial se for índio não faz nada, se for outro a polícia prende, mas o índio não tem

mesmo direito que o branco, ele é bem mais protegido, o índio anda com carro sem placa e sem farol problema nenhum e a polícia não mexe com eles. A lei funciona pras pessoas brancas e não pros índios” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Para entender essa concepção deve-se explicar quando surgiram as políticas de proteção ao índio. Segundo a Funai, a política de gestão direcionada ao povo indígena foi formalizada pela União no Código Civil de 1916 e na lei nº5.484 de 27 de junho de 1928, onde ficou estabelecido que o índio teria incapacidade jurídica e esta ficaria ao poder do até então SPI (Serviço de Proteção ao Índio), entretanto, não formularam critérios objetivos que abrangessem a diversidade dos grupos indígenas no Brasil, além disso, na atuação do SPI havia uma grande incoerência, porque por um lado seu papel era proteger as terras e culturas indígenas e por outro liberar áreas destinadas à colonização e a imposição de mudanças em seus modos de vida.

Como foi descrito neste trabalho o processo de mudança dos indígenas para outras áreas gerou intensas mortes por contração de doenças, então o serviço de Proteção ao índio na verdade nesta época auxiliou no aumento das mortes destas populações e não os protegia, a proteção a que lei se refere seria proteção somente em caso de assassinatos em conflitos, porém não consideraram outras variáveis neste caso a saúde indígena. Segundo a ISA (Instituto Socioambiental), com o fim do SPI e a criação da Funai durante a ditadura militar os parâmetros de proteção ao índio não mudaram, a administração ficou centralizada em Brasília por presidentes militares que não tinham nenhum comprometimento com esta questão, a Funai permaneceu com o seu quadro de funcionários pouco qualificados, com recursos escassos e mal contabilizados. O órgão se caracterizava por ser um local de redes de relações pessoais, clientelistas e corporativas. Os problemas da Funai também apareceram nas falas dos entrevistados enfatizando a questão política envolvida que prejudicou muito a prestação de serviços a estes povos:

“Os índios são muito usados pra segurar verba e também para desvios. Eu vou te contar uma história oito anos atrás aqui na cidade de Barra do Garças, a dezoito anos nós estávamos nas mãos de cargos politíqueiros, isso não é política pra mim, eles pegam as instituições para roubar, então nós temos que enviar projetos todos anos para receber os orçamentos e quando eles são aceitos geralmente desviam verbas. Só pra você ter uma ideia, em 2006 foram previstos no projeto orçamento de 6 milhões de reais para atender 300 aldeias para fazer plantio para cada comunidade e foi aplicado somente 2 mil reais o resto foi desviado e nós ganhamos ônibus que nunca apareceram. Então nós

ficamos muito tempo na mão dessas pessoas e a gente queria trabalhar e não podia e até mesmo os caciques de algumas aldeias recebem propina dos políticos para manter eles no cargo, isso é inacreditável mas graças a Deus com a vinda do concurso público isso melhorou e agora não há tantos desvios então agora podemos trabalhar, mas nós ficamos quase 20 anos sofrendo” (Entrevista 35, 58 anos, sexo feminino, Rio de Janeiro).

A situação indígena mudou a partir da Constituição de 1988 em que foi conferido o seu direito à diferença (Art. 231), onde foi garantido o usufruto exclusivo de seus territórios tradicionalmente ocupados, definidos a partir de seus usos, costumes e tradições, através do artigo 232 os índios e suas organizações foram reconhecidos como partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos. O novo código civil (2002) retira os índios da categoria de incapazes e dispõe que a capacidade dos índios será regulada por legislação especial. O Instituto Socioambiental destaca que o direito à diferença não confere menos direitos e mais privilégios como pensam os migrantes, mas sim que os índios e suas comunidades tenham qualquer direito que uma pessoa física ou jurídica no Brasil.

A partir disto, conclui-se que a visão dos migrantes sobre a população indígena e seus territórios é bastante limitada de informações importantes e transmite uma herança cultural negativa de preconceitos e problemas de clientelismo ligados à política no Brasil. Sobre os indígenas no Araguaia, Ribeiro (1982) levanta a questão sobre a ruptura de valores tribais, o que ele chama de “destribalização” que é uma das consequências dos processos civilizatórios, este resulta na marginalidade cultural gerando conflitos psicológicos entre os índios sobre seus valores tribais e da cultura não indígena. O autor ainda faz uma avaliação sobre os resultados da integração indígena além do extermínio da maioria das populações, estes sofreram mudanças profundas nos seus modos de vida.

Ribeiro (1982) destacou principalmente o produto gerado durante a colonização no século XX que se concentrou em assassinatos de indígenas, epidemias e aculturação. No século XXI, a aculturação vem ocasionando doenças e sérias consequências na saúde como obesidade, diabetes, stress, doenças popularmente chamadas como doenças modernas do século XXI. Além das consequências físicas e biológicas, uma outra é gerada: o preconceito ou até mesmo xenofobia entre as populações gerando conflitos que, como relatado nas entrevistas permanecem através dos séculos. O que pode produzir principalmente uma marginalização do indígena, pois como relata os

entrevistados os indígenas muitas vezes não se misturam com outras sociedades e vice-versa, como produto do primeiro contato e suas consequências negativas com o branco. Esta marginalização gera inúmeros problemas sociais como a pobreza, desigualdade social, baixos níveis de escolaridade e condições precárias de saúde.

4.2 AS MOTIVAÇÕES PARA MIGRAR: O PAPEL DAS REDES NA FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Após a descrição da representação que os vários grupos sociais manifestavam em relação a si mesmos e aos “outros”, apresenta-se, neste item, a forma como eles construíram as relações entre si na terra para a qual migraram: o Vale do Araguaia. Para Marteleto (2010) as redes sociais podem ser compreendidas através de dois fatores principais: a primeira é relativa as interações do cotidiano entre as pessoas com respeito à família, parentesco, vizinhança, amigos, ou seja, interações de socialização que envolvem processos autônomos, espontâneos e informais. O segundo fator são as redes formadas pela atuação coletiva de grupos, organizações e movimentos que defendem interesses comuns e partilham conhecimentos, informações e experiências, esses grupos são orientados para determinados fins também em comum. A autora ainda explica que as redes são formadas por indivíduos, grupos ou organizações onde sua dinâmica está voltada para a perpetuação, consolidação e o desenvolvimento das atividades de seus membros. Nos espaços informais, as redes são inicializadas a partir da tomada de consciência de um grupo de interesses e/ou de valores de seus participantes. No que tange as motivações para o desenvolvimento das redes pode-se citar os assuntos que relacionam os níveis de organização social-global, nacional, regional, estadual, local e comunitário. A participação das redes sociais envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomada de decisões (MARTELETO, 2001).

Para Melucci (1989), a rede pode ser considerada uma área de movimento, formada por grupos e indivíduos que dividem uma identidade coletiva e de uma cultura de movimento, esses grupos compartilham mensagens simbólicas que se estendem a padrões dominantes, a consequência deste processo é a inserção de inovações culturais. Melucci ainda destaca o papel das redes em políticas públicas, pois, a partir do momento em que as redes que tem como base códigos culturais e solidariedades que são

formadas por meio do cotidiano, poderão tornar-se redes com visibilidade, com poderes de articulações políticas, interferindo assim nas políticas públicas.

Como explicou Durham, as migrações são diretamente influenciadas pelas relações sociais dos atores envolvidos, entre essas relações principalmente a familiar, pois esta constitui uma fonte de informação confiável que afirma o processo migratório e também o solidifica, fazendo com que o migrante tenha um suporte no local de destino e que não volte para sua região de origem. Essas características migratórias são essenciais para a identificação de territorialidades, pois, segundo os geógrafos Haesbaert e Raffestin os territórios são formados a partir de redes, malhas e nós.

As narrativas coletadas em Barra do Garças evidenciaram principalmente a formação dessas redes de influência migratória, que inclusive mostrou-se mais forte que os próprios incentivos fiscais fornecidos pelo governo no auge das migrações. Os resultados do *software* Alceste evidenciam a ligação da família com a mudança para o Araguaia, na figura 5 analisada pelo programa é possível perceber através da ligação da palavra: “vimos” e “vim”, com as relações de trabalho, através das palavras: “trabalho”, “professor” e de parentesco: “marido”, “colega”, “família”, “mulher”, “filho”, “pais”.

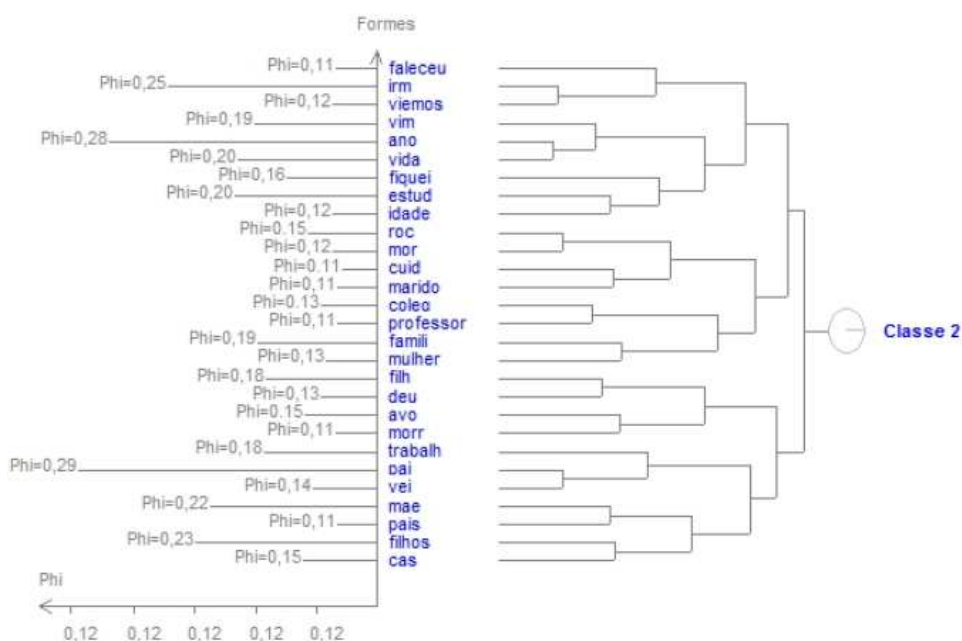


Figura 5 análise do Alceste classe 2- redes de migração.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas entrevistas, observa-se o destaque atribuído a uma pessoa conhecida que já estava morando no Araguaia, como tendo sido essencial para a fixação dos migrantes no Araguaia, como mostram as entrevistas 16, 26 e 2. Quando questionados sobre o processo de adaptação em Barra do Garças os migrantes respondem que já havia alguém conhecido na região que havia chegado primeiro.

“não, foi tranquilo, a minha irmã veio antes, ela veio a ser professora, ela era uma boa professora depois nós viemos e quando a gente chegou na Barra do Garças a gente só esperava progresso, o progresso da cidade mas você ver que bairro ele já está muito grande” (Entrevista 16, 84 anos, sexo feminino, Mato Grosso).

“Nós viemos pro Mato Grosso em 1978 pra tentar melhorar mesmo, primeiro veio um cunhado meu olhar terra na frente, aí depois eu fui primeiro em São Joaquim e aí depois eu vim e veio outro irmão meu que eu tenho e quando eu vim aqui já era casado” (Entrevista 26, 71 anos, sexo masculino, Goiás).

“O papai tinha propriedade rural lá e ele esteve aqui perto em Bom Jardim, no casamento do irmão dele foi aqui na Barra e ele gostou, a Barra estava em expansão, cidade nova, promissora das coisas, terra barata, e ele voltou e decidiu vir aqui definitivo pra conhecer a região. Chegou veio conhecer a região, gostou daqui, olhou algumas propriedades, a terra aqui era muito barata, era bem virgem, tinha pouca gente, aí ele achou interessante, viu uma propriedade, viu o preço, voltou lá vendeu e veio aqui e comprou aqui na Barra” (Entrevista 2, 55 anos, sexo masculino, Goiás).

A ida dos migrantes para Barra de Garças extrapolou, no entanto, a existência de um parente ou amigo que já estivesse instalado e vivendo lá. A rede de informações acerca da terra das oportunidades também serviu de motivação para a migração de muitas pessoas de outras regiões do Brasil.

“E aí o povo se comunica e falaram que tinha essa cooperativa mas eu já morava no Paraná e teve um amigo meu que falou que lá no Mato Grosso está acontecendo isso e eu vi e gostei muito da região de Itumbiara, eu achei uma área bonita de Cerrado pra plantar milho e algodão, mas como eu não conhecia algodão. Aí eu vim intenção de vir aqui pra Barra do Garças, aí eu vim de uma olhada e comprei 8304 hectares na Canarana em três anos eu vendi lá e comprei em Santo Antônio do Leste, mas sempre morando na Barra, quarenta e um anos de Barra do Garças, eu vim pra cá em 74” (Entrevista 14, 70 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“através de garimpo, eles falavam zonas de garimpo, então esse pessoal que vinha do Norte eles vinham em busca de lugares que estivessem desenvolvendo, onde tivesse um pouco mais de dinheiro e na época a Barra foi o ponto que eles acharam que deviam vir conhecer e acabaram ficando e nós estamos aqui até hoje” (Entrevista 28, 62 anos, sexo feminino, Bahia).

O filho do migrante nordestino na entrevista 34 traz evidências de como esta rede de informações se materializava, na prática, ao explicar como foi a vinda da sua família para a Barra do Garças. Um fato interessante nesta narrativa é que seu pai era responsável na época por incentivar e trazer outros migrantes da região Nordeste para o Araguaia, além disso, ele foi um grande agente influenciador pois, acabou por trazer parte da família também para a região.

“Então o meu avô, o pai da minha mãe, ele era baiano e no final da década de 50 ele começou a trazer pessoas da Bahia pra trabalhar aqui nas fazendas e nos garimpos, então ele era um contratador digamos assim, ele trazia o pessoal da Bahia pra trabalhar nesse empreendimento principalmente em fazendas de pecuária e ele foi o primeiro da família a vir pra cá ele veio. Então a partir da década de 60 e começa a se estabelecer, ele vinha passava metade do ano depois voltava pra Bahia e foi se estabelecendo, ele abriu o comércio uma mercearia e logo no final dos anos 60 ele começou a trazer os filhos, os irmãos dele, os irmãos e eles trouxeram os filhos também” (Entrevista 34, 41 anos, sexo masculino, Bahia).

No grupo do Sudeste é importante destacar o local de origem e o papel dos corretores de vendas de terras que tiveram forte influência na chegada destes migrantes no Araguaia e o seu papel na formação de redes. Segundo os relatos, os corretores eram responsáveis por venderem lotes de propriedades em Barra do Garças para as pessoas de sua região, no caso de São Paulo e como haviam muitos interessados, os paulistas migravam em massa para determinada região, formando esses territórios paulistas no Mato Grosso, na entrevista 9 do migrante de São Paulo. A entrevista 30 mostra a influência das redes paulistas para a vinda dos pecuaristas:

“Veio um irmão meu na frente com esses corretores e ele meio doidão meio avoado comprou um pouquinho de terra, aí o corretor induziu nós lá pra comprar e nós compramos sem ver pelo mapa. O corretor lá insistindo e nós compramos. Os paulistas foram vindo porque o dono do terreno era de lá, o senhor Zico Braga o dono da área ele tinha 14500 alqueire de chão aqui e aí ele foi colonizando colocou o corretor pra vender, fazia uma caravana lá de vez em quando e trazia as pessoas pra ver, como ele sabia que o povo lá em São Paulo é diferente lá não é na beira de córrego é mais no espigão, então quando o cara chegava aqui e via aquele mato bonito na beira do córrego ele ficava animado. Os moradores que tinha no nosso caso, os paulistas, foi saindo tudo, meus vizinhos ali era tudo paulista. Nós formamos um time de futebol com 22 rapazes e só tinha 2 goianos que tinham vindo de Dourados, eles tinham fazenda lá venderam e vieram pra cá, o resto era tudo paulista não tinha outra diversão lá” (Entrevista 9, 69 anos, sexo masculino, São Paulo).

“A gente ficou conhecendo a região pelo senhor Ferdinando que veio em 1951 pra cá, que era de Araçatuba também e aí o pessoal veio vindo e foi assim que começou o desbravamento da região e veio gente de todo lugar, dos outros estados os mineiros, os paulistas, os paranaenses e aí começou a desbravar o

estado, a abrir, ajustar o estado” (Entrevista 30, 54 anos, sexo masculino, São Paulo).

Na fala 31 é possível perceber a relação das redes com a atividade econômica, pois o migrante explica que a razão da mudança para a Barra do Garças foi apoiada pelo irmão que já trabalhava no local e que depois toda a família conseguiu emprego no mesmo local.

“o meu irmão ele trabalhava em uma loja aqui na Barra e eles acharam melhor mudar porque a Barra era melhor no campo de emprego, foi aí que tivemos a ideia de ficar só um ano em Aragarças e mudar pra Barra e aí cinco anos depois que nos mudamos eles abriram a Sadia e nós tivemos emprego direto, na nossa casa estavam as cinco pessoas empregadas na mesma empresa que era a Sadia e depois ela vendeu em 95 pra JBS que é a Friboi hoje” (Entrevista 31, 47 anos, sexo masculino, Goiás).

A entrevista 20 e 14 mostram as redes gaúchas de migração que no caso do Araguaia foram influenciadas principalmente pelos projetos de colonização, que buscavam pessoas em determinadas regiões do Sul, estes migrantes geralmente se deslocavam em grupo para o Mato Grosso.

“isso daí foram os projetos de colonização, tinha um empresário que tinha áreas grandes no Mato Grosso e procurava gente interessada no Sul pra vir e aí tinha o financiamento que se dava na época, que chamava projeto fundiário, a pessoa que tinha uma área fazia os lotes e o pessoal interessado vinha aqui financiava pra ele e começava a trabalhar e a pagar a terra, mas também o governo ajudava na época o financiamento era fácil depois de aprovado o projeto era fácil, todo mundo praticamente conseguiu pagar seus lotes, no contrato não constava correção e pegou aquela época de inflação foi difícil pagar o tamanho do lote que era de 400 hectares” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul)

“O presidente da Copercana que montou ela era um pastor evangélico luterano e ele se chamava Norberto Schwantes e ele era amigo dos fiéis da Igreja dele ele era amigo do Presidente Geisel, que também era Lutero e daí com presidente ele agarrou essa oportunidade e chamou ele pra montar essa cooperativa aqui. E aí o governo deu assistência principalmente financeira, então as áreas que começaram aqui foram todas financiadas, naquela época você financiava o desmatamento e financiava tudo, tinha dinheiro à vontade, só que era 400 hectares de terra somente, o que desbravou o Mato Grosso foi o Presidente Geisel pela Copercana e depois o pessoal começou a vir automaticamente. O camarada que tinha mais área em algum lugar vendia pra outros e comprava aqui” (Entrevista 14, 70 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Portanto, como mostraram as entrevistas citadas anteriormente e a análise do Alceste a migração para a Barra do Garças esteve sempre alicerçada através das redes

sociais, ainda que os incentivos fiscais dos programas da Sudam e dos projetos de colonização, a migração tinha como primeira fonte de informação a proximidade entre as pessoas seja por laços de amizade ou de parentesco. Todavia, os projetos fiscais do governo também impulsionaram a ambição daqueles que buscavam oportunidades para melhorar de vida. No entanto, a fixação no Araguaia só se efetivava mediante informação segura sobre os migrantes e as novas oportunidades. Neste sentido, as redes se constituíam um seguro no processo de ocupação.

As redes durante a fase inicial dos processos migratórios, foram responsáveis pelo surgimento de territorialidades verificados nos municípios de Agua Boa e Canarana conhecidas como cidades gaúchas e também através da fala 9, que o migrante evidencia os territórios paulistas construídos por influências das redes.

4.3 O SIGNIFICADO DO ARAGUAIA PARA OS MIGRANTES

Como foi destacado no marco teórico desta pesquisa a simbologia ou a representação ligada ao espaço habitado também é uma maneira de se formar territorialidades. Nas narrativas coletadas foi possível perceber que os grupos dos migrantes tinham representações variadas do Araguaia. O Vale do Araguaia foi representado pelos migrantes como uma região de novas oportunidades, com garantia de riqueza, pelo garimpo e a pecuária e chances de se conseguir emprego (Entrevistas 16, 31, 33 e 2).

“Quando a gente chegou na Barra do Garças a gente só esperava progresso, o progresso da cidade mas você vê que bairro ele já está muito grande” (Entrevista 16, 84 anos, sexo feminino, Mato Grosso).

“Aqui só falava em questão de desenvolvimento, da questão da saúde porque tinha um hospital em Aragarças que foi construído por Getúlio Vargas inclusive ele tem esse nome, então na área da saúde tinha emprego também e nós migramos para essa região por essa questão, em busca de emprego, de melhoria de vida porque já em Goiás estava complicado” (Entrevista 31, 47 anos, sexo masculino, Goiás).

“Eles vieram pela influência do garimpo do Rio Garças, porque lá era uma cidade pequena tinha dois mil habitantes e aqui o pessoal falava que juntava dinheiro a rodo, por que pegava muito diamante vendia o diamante na hora e de fato era assim, então correu a fama que Barra do Garças é o lugar que você ficar rico rápido, então pessoal veio pra cá foi para o garimpo e o diamante” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins)

“Ah papai pensou assim, ele pensou em crescer, ele falou vamos pra um lugar novo porque as coisas estão mais baratas, automaticamente o governo ajuda mais, você tinha oportunidade” (Entrevista 2, 55 anos, sexo masculino, Goiás)

A região também foi representado como um local perigoso, que não seria confiável, onde as pessoas eram selvagens, principalmente, devido aos problemas fundiários. O local ainda era conhecida como terra de pistoleiros durante as fases de migração (Entrevistas 8, 19, 26).

“Não porque aqui de primeiro era violento pelas disputas das terras, aqui havia muito conflito entre proprietários e posseiros, entre proprietários e grileiros tinha muito isso aqui, hoje já está praticamente acabado mas aqui foi muito violento na época, havia muito assassinato, homicídio, pistolagem” (Entrevista 8, 74 anos, sexo masculino, Mato Grosso do Sul).

“Quando eu morava em Goiânia eu tinha medo do Mato Grosso mas depois que eu me mudei eu vi que era tudo fantasia, lá eles falavam você encontra índio no meio da rua e até hoje você encontra mas os índios não são mais selvagens, ele são mais sabido que nós” (Entrevista 19, 78 anos, sexo masculino, Goiás).

“Em Goiás era o seguinte a gente ouvia falar que não podia vir pro Mato Grosso, muita gente não queria que a gente viesse, o pessoal antes falava que Mato Grosso é perigoso, então a família não queria que a gente viesse que tinha muito bandido, muito pistoleiro mas a gente animou pra vir pra crescer, pra melhorar de vida e a propriedade aqui era maior e muito mais barato que em Goiás” (Entrevista 26, 71 anos, sexo masculino, Goiás).

Outra representação identificada nos depoimentos relativa ao Araguaia foi a de um local ainda virgem, a ser descoberto, um local de incertezas. Mas por ser um local novo poderia ter novas oportunidades (Entrevistas 17, 21, 25 e 11).

“Aqui era uma região bruta, que estava prosperando estava começando a prosperar ainda, tinha muita pouca coisa mas está bem melhor e o povo de hoje está bem mais civilizado, antigamente era difícil o pessoal andava armado hoje não, hoje tem até pouca polícia na cidade aqui o povo é muito bom de se viver” (Entrevista 17, 68 anos, sexo masculino, São Paulo).

“A gente ouvia falar que o Mato Grosso era um sonho, mas aqui era tudo mato e hoje é só soja e gado. Eu era novo quando mudei mas acredito que as pessoas ouviam falar que no Mato Grosso tinha muita terra, as pessoas que vieram pra cá queriam ter terra e plantar” (Entrevista 21, 73 anos, sexo masculino, Rio de Janeiro).

“O que a gente ouvia falar é que tinha muito garimpo, gado tanto é que puxou muita gente pra cá, nós estávamos em General Carneiro e nós viemos por água de canoa chegando aqui já tinha muita gente” (Entrevista 25, 80 anos, sexo masculino, Minas Gerais).

“O Mato Grosso era muito virgem ainda, minha perspectiva de quando viemos pra cá e era que aqui era um lugar incerto, ainda era difícil, sem energia, não tinha estradas, era tudo chão na época. Então as coisas foram melhorando aos poucos e hoje é o que conhecemos aqui” (Entrevista 11, 55 anos, sexo masculino, Paraná).

Este capítulo que teve como objetivo mostrar a representação do estado do Vale do Araguaia através da perspectiva dos migrantes, evidenciou também a influência das redes nos processos migratórios. Foi possível perceber que essas perspectivas acabaram por incentivar ainda mais o fluxo migratório para a região, dentro do contexto da fase de chegada de cada grupo de migrante, reforçando então a formação dessas territorialidades.

4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo teve como objetivo descrever a maneira como cada grupo de migrante se identifica e também como identifica os outros, com estas informações é possível analisar a maneira como estes grupos usam sua identidade no território habitado, ou seja, como se apropriaram do Araguaia.

Como foi citado Haesbaert (1997) destaca que o gaúcho tem a característica de reforçar seus laços de relacionamento e uma tendência a exaltar a sua cultura, nas narrativas foi possível perceber devido ao fato de que eles sempre se caracterizavam como os mais trabalhadores, com níveis maiores de escolaridade que os demais, como um grupo superior quando comparado aos outros e estes conceitos são vistos não somente dentro do próprio grupo, mas também pelos demais migrantes.

Porém, de acordo com o embasamento teórico que o capital social nos fornece e analisando os gaúchos no Araguaia, pode-se entender que essa exaltação e diferenças culturais em relação aos demais são mais fortes quando estão em maior número em um determinado local, nota-se isso porque o Centro de Tradições Gaúchas inaugurado com a chegada neste grupo no Araguaia se desfez no município de Barra do Garças, porque quando se verifica o número de migrantes gaúchos na cidade é bem menor em relação a outras que abrangem este estudo. Vale destacar que nem todos os migrantes sulistas tinham como cultura econômica de origem a agricultura, esses se adaptaram a atividade devido a influência dos demais do seu grupo, pela a identificação e facilidades da cooperativa e dos projetos de colonização.

A herança europeia ligada aos gaúchos trouxe para uma aspecto negativo quanto a sociabilidade externa ao seu grupo, porém, quando analisa-se o aspecto econômico, a solidariedade existente entre eles acabou por fortalecer bastante a agricultura local, neste caso o cultivo de grãos, que tem grande representatividade na balança comercial brasileira e no PIB regional.

Haesbaert cita ainda que a identidade gaúcha é afirmada em três âmbitos principais: política, social e religiosa, porém no Araguaia as duas características mais marcantes foi a atividade econômica pilar da migração que ao longo prazo se alinhou também as características sociais, ou seja, a atividade agricultura é concebida como uma cultura inerente aos gaúchos, admitidos por eles e pelos demais grupos através das narrativas coletadas. A religião também foi um ponto importante neste caso principalmente pela migração, porém, não teve muito destaque após a chegada dos sulistas no Araguaia.

O mineiro sempre caracterizado como caipira nas narrativas e como mostra a literatura brasileira isso acaba por diminuir a cultura deste grupo caracterizando-o como sociável mas também como menos trabalhador quando comparado aos outros grupos, como os gaúchos ou paulistas, que são os mais altos na hierarquia do componente de valorização de um grupo, onde essa valorização consiste na dedicação e esforço relacionados ao trabalho. Outro aspecto importante destacado neste grupo é sua solidariedade que não de fecha somente ao seu grupo e também aos demais. Os paulistas já são conhecidos por se sentirem superiores aos outros, nas suas falas e nas dos demais essas característica sempre aparecem, apesar da admiração paulista pelo sulista e seu modo de trabalhar. O goiano aparece pela sua importância na pecuária da região, porém, também diminuído, muitas vezes por outros grupos.

Os grupos pertencentes às regiões norte e nordeste, apesar de serem reconhecidos como trabalhadores, são categorizados pelas atividades remuneradas que exercem atualmente no Araguaia, a maioria, como foi citado antes, permaneceram ligados à prestação de serviços, algumas vezes até mesmo as margens da sociedade, por isso, não são destacados como um povo trabalhador. Somente são reconhecidos pela migração e pelas condições de vida do local de origem.

Portanto, por meio deste capítulo ficou claro que os migrantes possuem uma identidade forte relacionada à atividade exercida e isso marcou não só a colonização da

região mas também a formação das territorialidades. Ainda dentro do conceito de territórios observa-se uma hierarquia, são formadas pelos grupos de migrantes de acordo com o tipo de trabalho. O gaúcho fica na hierarquia mais alta sendo o mais trabalhador, mais reconhecido entre os demais grupos, depois o paulista, mineiros e goianos e por fim os grupos do norte e nordeste.

Esta valorização extrema ao gaúcho pode ser compreendida pois, segundo a interpretação dos migrantes a agricultura é a que demanda mais trabalho braçal, já que naquela época os terrenos eram virgens para o plantio, além disso, a agricultura necessita maiores cuidados como adubação, cuidados com o solo e dependência climática, enquanto que na pecuária basta colocar o boi e alimentá-lo. Todavia, nesta afirmação encontrada nas narrativas existe um paradoxo, pois considerando que a colonização gaúcha teve um maior apoio financeiro e por conseguinte maquinário agrícola para a sua produção, enquanto que o grupo onde domina a atividade pecuária o preparo do solo para receber os bovinos foi feita manualmente. Portanto, este contexto da valorização do trabalho baseando-se nas culturas dos grupos estudados fica explícito as relações o poder que são inerentes aos territórios.

CAPÍTULO V

A FORMAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES NO ARAGUAIA

O presente capítulo se inicia apresentando uma operacionalização do conceito de “territorialidade, “território” e de “identidade”, já desenvolvidos teoricamente no capítulo II, relativo ao marco teórico. Esta operacionalização dos referidos conceitos se faz necessária já que o seu principal objetivo deste capítulo é evidenciar a existência ou não de territorialidades no Vale do Araguaia. Para tanto, se faz importante, ainda, a utilização de uma perspectiva diacrônica que destaque dentro de uma perspectiva

A definição de territorialidades, adotada nesta pesquisa, o caracteriza como um processo de “apropriação” “dominação” e “uso” do espaço, de forma “permanente” ou “temporária”, “material” e/ou “simbólica”, realizada por grupos marcados por sentimentos de pertencimento a uma mesma cultura, os quais reforçam estes vínculos por meio das redes de relações que estabelecem em suas relações sociais, econômicas e culturais.

O Quadro 22 apresentado a seguir traz uma síntese do marco teórico relativo aos referidos conceitos e o “Quadro 24” apresenta uma operacionalização das variáveis que serão utilizadas na análise da existência ou não das territorialidades, ao longo do processo de formação do Vale do Araguaia até os dias atuais.

Quadro 22: Síntese dos conceitos de territorialidade, território e identidade

Territorialidade	Território	Identidade
Sack (1986): -Influência e controle de recursos - o uso depende de quem a controla -Maneira como se faz o uso da terra -Significado dado ao lugar	Haesbaert (1997): -Relações de poder e controle -Produção de identidade (controle, distinção, separação, nomeação e classificação) -Pode ser permanente ou temporário	Bauman (2005): -Processo em constante construção, influenciado pelos vínculos que conectam as pessoas
Raffestin (1986): -Conjunto de relações estabelecidas -Formado por redes, malhas e nós -Sentimento de pertencimento	Lefebvre apud Haesbaert (1997): -Dominação: valores de troca, uso funcional do território -Apropriação: processo simbólico (tempo e valor de uso) -Significado socialmente construído	Hall (2006): -Identidade trata-se do processo de sentimento de pertencimento a um determinado grupo

Fonte: própria autora

O quadro 23 apresenta a operacionalização das variáveis relativas a formação dos territorialidades.

Quadro 23: operacionalização das variáveis para a formação de territorialidades.

Dimensão	Variáveis Analisadas
Perfil socioeconômico de cada grupo de migrantes	-Características socioeconômicas de cada grupo de migrantes; -Motivações para a migração -As redes envolvidas no processo de migração; -Forma de apropriação do território; - Dimensão étnica do território
Características socioeconômicas do território ocupado	-Perfil socioeconômico dos municípios (índice de gini, produção, IDH, índice de pobreza, PIB, índice de ruralidade, população residente); -Tipo de atividade desenvolvida por região; -Localização das casas -Escolaridade dos entrevistados -Concentração de migrantes por região; - Tipo de trabalho desenvolvido; -Relações de trabalho;
Características culturais do território ocupado	- Manifestações culturais em cada município; - Religião; - Alimentação; - Lazer; - Padrões de casamento

Fonte: própria autora.

O quadro 23 foi elaborado a partir dos conceitos teóricos trabalhados na pesquisa, baseando-se no destaque dado pelo autor Haesbaert (1997), onde ele explica que as territorialidades podem ser simbólicos, de dominação e/ou apropriação. Além disso, ressalta-se a questão temporal destes territórios. O quadro também reflete as narrativas dos migrantes, que destacaram as características intrínsecas a cada grupo migratório, onde formaram-se os territorialidades.

5.1 AS DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS DOS MIGRANTES MATERIALIZADAS NAS TERRITORIALIDADES NO ARAGUAIA

Esta dimensão do estudo abrange os dados referentes à economia das sub-regiões, a demografia e ao perfil socioeconômico dos municípios e também dos entrevistados. Este tópico é importante em termos de subsidiar a compreensão do processo de formação das territorialidades. Neste sentido os dados apresentados apontam para evidências relativas ao processo de apropriação ou dominação que os atores sociais fizeram do território do Araguaia. Este tópico apresenta, portanto, dados relativos as condições socioeconômicas de vida de cada grupo de migrante. Por meio do perfil socioeconômico da amostra entrevistada pode-se perceber o papel da atividade econômica na formação dos territorialidades.

Na caracterização dos migrantes um fator que os diferenciou muito foi a atividade econômica relacionada à cada grupo. Os sulistas ligados à agricultura, os migrantes do Sudeste e do Centro-Oeste à criação de gado e os do Nordeste e do Norte voltados para a prestação de serviços, como mostra o quadro 24 de rendas e ocupações. Para analisar o processo de formação dos territorialidades por meio da atividade econômica desenvolvida por cada grupo, buscou-se apresentar a atividade econômica dos grupos de migrantes, analisando se a origem do trabalhador influenciou na atividade econômica que desenvolve e, por sua vez, em uma forma específica de apropriação do território.

Quadro 24: Perfil da amostra entrevistada

Entrevista	Origem	Idade	Profissão	Renda Atual
Região Sul				
1	RS	65	Fazendeira/comerciante	2
11	PR	55	Assessor Parlamentar	4
12	RS	64	Venda de Máquinas Agrícolas	7
13	RS	55	Pecuarista/Fazendeiro	10
14	RS	70	Agricultor	10
15	RS	67	Agricultor	10
20	RS	62	Agricultor/ Pecuarista	10
24	RS	64	Advogada	10
Região Sudeste				

3	SP	83	Pecuarista	6
5	RJ	67	Pecuarista	4
7	MG	60	Funcionário do Incra	4
9	SP	69	Agricultor/Aposentado	1
17	SP	68	Militar	9
21	RJ	73	Maquinista/Aposentado	1
25	MG	80	Agrimensor	4
30	SP	54	Pecuarista	10
35	RJ	58	Funcionária da Funai	6
Região Nordeste				
4	MA	58	Política/Aposentada	10
10	BA	67	Garimpeiro/Aposentado	1
28	BA	62	Comércio/Aposentada	2
29	BA	63	Funcionário do Incra	6
34	BA	41	(filho de comerciante) Historiador/professor	6
23	BA	62	Aposentada	10
Região Norte				
6	PA	88	Professora (filha de garimpeiro) /Aposentada	2
18	TO	64	Prestação de serviços/ Aposentada	1
22	TO	71	Prestação de serviços /Aposentada	5
32	TO	56	Funcionária Pública	3
Região Centro-Oeste				
2	GO	55	Pecuarista	10
8	MS	74	Advogado	10
16	MT	84	Pecuarista	N
19	GO	78	Fazendeiro e comerciante/ Aposentado	3
26	GO	71	Pecuarista	5
27	MT	72	Prestação de serviços /Aposentado	1
31	GO	47	Serviços de turismo	3
33	GO	75	Serviços Imobiliários	10

Fonte: Dados da pesquisa

A partir deste quadro pode-se entender que boa parte dos migrantes sulistas permaneceram na sua atividade econômica de origem, ou seja, na agricultura. Aproximadamente 62,5% destes entrevistados possuía uma renda acima de 10 salários mínimos, sendo a menor renda a de dois salários, constituindo a maior renda dos grupos

dos migrantes abordados. Já os migrantes da região Sudeste e Centro-Oeste desenvolviam atividades econômicas ligadas à pecuária. Entre os dezenove entrevistados, sete possuíam renda acima de quatro salários e somente dois com um salário mínimo. Quanto aos migrantes das regiões norte e nordeste, estes somavam onze entrevistados. Somente um possuía renda acima de 10 salários mínimos, exercendo atividades ligadas a política e ao comércio. A outra parcela da população desenvolvia atividades ligadas à prestação de serviços, no comércio, no garimpo, de limpeza doméstica, de trabalho terceirizado e de prestação de serviços em fazendas. Nesta amostra se concentrou a menor renda, sendo cinco entrevistados com rendas entre um e três salários mínimos e dois com renda entre cinco e seis salários.

Um outro destaque na dimensão econômica pode ser percebido por meio da consideração de aspectos mais internos da atividade econômica desenvolvida por cada grupo. Por exemplo, entender as relações sociais dentro do trabalho, por exemplo a hierarquia entre patrões e empregados. No que se refere aos relacionamentos dentro do trabalho é comum observar que migrantes da região norte e nordeste trabalhavam como capatazes em fazendas de terceiros de melhor poder aquisitivo, cuidando do gado ou da agricultura, a maioria não chegou a ter uma propriedade própria por falta de condições financeiras.

“Estudei, casei com um moço com vinte anos, meu marido era comprador de gado, ele mexia com gado, antigamente dizia que era um capataz, cuidava das fazendas, nós cuidávamos de fazenda, mas nós nunca compramos fazenda não” (Entrevista 6, 88 anos, sexo feminino, Pará).

“Tinha o Chico Pinhão que trazia os nordestinos pra cá chega pra lá com um caminhão cheio distribuindo as pessoas nas fazendas 4,5,3,2, a maioria também no garimpo mas eles preferiram ganhar dinheiro nas fazendas trabalhando nas fazendas, mas muitos acabaram retornando pro garimpo” (Entrevista 10, 67 anos, sexo masculino, Bahia).

“É porque eles buscam muita gente do Maranhão que é o estado mais pobre do país é totalmente pobre é terrível e muita gente do Maranhão vem trabalhar aqui trabalhando em tudo, eles vêm para a construção civil, construir estrada, eles vêm mesmo, porque lá não tem emprego no estado altamente pobre, principalmente de gerenciamento de governo muito ruim, cara sortudo do estado aí eles vêm trabalhar aqui e fica um período aqui, depois ele volta para o Maranhão outra vez. Tem muito deles aqui do Piauí também tem um pouco mais do Maranhão, o que predomina aqui é maranhense trabalhando nas propriedades rurais” (Entrevista 13, 55 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Segundo os dados da pesquisa, pode-se resumir o perfil socioeconômico dos migrantes e das regiões da seguinte maneira.

Quadro 25: Caracterização da esfera econômica dos migrantes do Araguaia.

Esfera Econômica	Grupo migrante			
	Nordeste/Norte	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Atividade exercida	Garimpo; Trabalho em fazendas Construção civil	Pecuária		Lavoura
Pessoas com quem trabalha	Pessoas de maior poder aquisitivo	Pessoas do norte e nordeste, levando em consideração que este grupo é o de menor poder aquisitivo.		
Chegada no Araguaia	Fuga da pobreza, da seca e queda da borracha	Venda de fazenda no local de origem e aumento da propriedade no Araguaia; Projetos de desenvolvimento (Sudam)	Vinda com o apoio de projetos colonialistas, como incentivo fiscal, financiamentos e apoio da cooperativa (Copercana)	
Modo de trabalho	Trabalho pesado, braçal ou manual	Trabalho manual (abertura do cerrado)	Lavoura mecanizada	

Fonte: dados da pesquisa.

Para o reforço da percepção dos territorialidades por meio do uso do território, mais propriamente da dominação, buscou-se dados secundários referentes às principais atividades agropecuárias destacadas nas entrevistas, onde classifica cada grupo de migrante em uma determinada atividade. Por isso, foram selecionados os dados de todos os municípios do Vale do Araguaia, com destaque para dados dos grãos mais produzidos por esses migrantes, a soja e o milho e a produção pecuária de bovinos.

Tabela 3: Produção agropecuária do Vale do Araguaia

Município	Produção agropecuária por tonelada (grãos) e cabeça (bovinos)		
	Milho	Soja	Bovinos
Baixo Araguaia			
Alto Boa Vista	675	4.500	26.212
Bom Jesus do Araguaia	4.680	74.700	169.139
Canabrava do Norte	9.000	10.920	194.535
Confresa	6.300	0	383.192
Luciara	72	0	43.228
Novo Santo Antônio	19	0	41.216

Porto Alegre do Norte	4.169	11.700	133.955
Serra Nova Dourada	540	0	59.889
Ribeirão Cascalheira	1.440	17.550	285.993
Santa Cruz do Xingu	616	11.520	115.762
Santa Terezinha	9.000	7.500	202.925
São Félix do Araguaia	5.985	29.610	232.251
São José do Xingu	4.200	21.600	353.095
Vila Rica	13.500	6.804	655.938
Médio Araguaia			
Araguaiana	72	0	296.248
Barra do Garças	360	47.032	430.334
Cocalinho	120	1.215	422.030
Alto Araguaia			
Santo Antônio do Leste	95.915	366.007	46.811
Água Boa	4.018	80.310	399.900
Campinápolis	360	0	239.579
Canarana	1.800	240.000	246.014
Nova Nazaré	600	3.690	78.080
Novo São Joaquim	49.128	171.171	253.444
Nova Xavantina	19.000	57.600	321.740
Querência	2.400	449.500	97.137

Fonte: IBGE 2010. Dados de 2014.

Na tabela 3 é possível perceber que a produção do Baixo do Araguaia é concentrada principalmente na pecuária, sendo a produção pequena comparada as outras regiões, tendo um maior destaque na produção os municípios de Ribeirão Cascalheira, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu e Vila Rica. Nessa região também pode-se perceber a baixa produção de grãos, sendo que nos municípios de Confresa, Luciara, Novo Santo Antônio e Serra Nova Dourada a produção de soja é zero, são cidades que também apresentam os maiores índices de desigualdade do Baixo Araguaia.

No Médio Araguaia, região povoada principalmente pelos migrantes do Sudeste, destaca-se a grande produção de bovinos, principalmente no município entrevistado de Barra do Garças, sendo Araguaiana a cidade de menor produção pecuária e a inexistência da produção de soja. O Alto Araguaia caracteriza-se pela grande produção de soja principalmente nos municípios com alta concentração de migrantes da Região

Sul, um dado que chama a atenção é o fato de que no município de Campinópolis onde a concentração de migrantes nordestinos é maior, não existe a produção de soja.

Tabela 4: Dados populacionais do Vale do Araguaia

Município	População Urbana	População Rural	População Total
Baixo Araguaia			
Alto Boa Vista	3,178	2,069	5,247
Bom Jesus do Araguaia	2,648	2,666	5,314
Canabrava do Norte	2,691	2,095	4,786
Confresa	14,229	10,895	25,124
Luciara	2,029	195	2,224
Novo Santo Antônio	1,346	659	2,005
Porto Alegre do Norte	5,179	5,569	10,748
Serra Nova Dourada	813	552	1365
Ribeirão Cascalheira	5,565	3,316	8,881
Santa Cruz do Xingu	1,251	649	1900
Santa Terezinha	2,974	4,423	7,397
São Félix do Araguaia	6178	4447	10625
São José do Xingu	3783	1457	5240
Vila Rica	13962	7420	21,382
Médio Araguaia			
Araguaiana	2189	1008	3,197
Barra do Garças	50,947	5613	56,560
Cocalinho	3647	1843	5490
Alto Araguaia			
Santo Antônio do Leste	2119	1635	3754
Água Boa	16759	4097	20856
Campinópolis	4820	9485	14305
Canarana	14805	3949	18754
Nova Nazaré	1119	1919	3029
Novo São Joaquim	3717	2325	6042
Nova Xavantina	15746	3897	19643
Querência	5,972	7,061	13,033

Fonte: IBGE 2010.

Tabela 5: Dados socioeconômicos do Vale do Araguaia

Município	IDH	pobreza %	PIB local	Índice de Gini
Baixo Araguaia				
Alto Boa Vista	0,651	30,06	14.273,28	0,594
Bom Jesus do Araguaia	0,661	-	33.185,84	0,484
Canabrava do Norte	0,667	38,48	16.412,23	0,531
Confresa	0,668	33,45	12.075,24	0,597
Luciara	0,676	48,13	10.490,79	0,449
Novo Santo Antônio	0,653	-	11.254,40	0,533
Porto Alegre do Norte	0,673	35,85	16.439,42	0,540
Serra Nova Dourada	0,664	-	12.359,12	0,464
Ribeirão Cascalheira	0,670	33,57	16.370,16	0,565
Santa Cruz do Xingu	0,684	-	21.252,74	0,563
Santa Terezinha	0,609	48,41	15.587,22	0,584
São Félix do Araguaia	0,668	37,30	23.294,18	0,623
São José do Xingu	0,657	36,45	36.233,70	0,635
Vila Rica	0,688	35,96	14.980,46	0,564
Médio Araguaia				
Araguaiana	0,687	27,81	20.616,61	0,441
Barra do Garças	0,748	32,23	17.099,35	0,590
Cocalinho	0,660	31,31	22.664,93	0,492
Alto Araguaia				
Santo Antônio do Leste	0,655	-	70.568,99	0,493
Água Boa	0,729	30,04	23.837,43	0,518
Campinápolis	0,538	47,48	10.647,60	0,688
Canarana	0,693	36,67	34.023,25	0,540
Nova Nazaré	0,595	-	12.656,96	0,558
Novo São Joaquim	0,649	33,76	53.117,60	0,497
Nova Xavantina	0,704	39,02	15.497,76	0,534
Querência	0,692	33,08	58.958,77	0,500

Fonte: IBGE 2010.

A partir das tabelas 4 e 5 é possível perceber as características socioeconômicas detalhadas do Vale do Araguaia. Pode-se notar que os maiores IDHs encontram-se na região do Alto Araguaia e estão entre um intervalo de 0,59 a 0,72 que quando comparado ao baixo Araguaia o intervalo é entre 0,60 a 0,68. Os maiores índices de pobreza também estão concentrados no Baixo Araguaia. Assim como também é nesta região que se concentram os maiores índices de desigualdade calculados pelo índice de Gini, que quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade de determinado local. Somente o município de Campinápolis no Alto Araguaia que é diferenciado,

apresentando maiores problemas socioeconômicos como alta desigualdade.

Segundo os dados da PNAD (2014) o índice de Gini para a região Centro-Oeste é de 0,487, no Alto Araguaia todas as cidades estão acima da média, o médio Araguaia está abaixo da média com 0,441 e no baixo Araguaia todos estão acima da média, sendo o mais baixo no município de Luciara. A partir destes dados também pode-se perceber que em média metade da população desta região vive na área rural, enquanto que nas outras cidades das sub-regiões isto não ocorre, exceto por Campinápolis e Querência que ainda possuem a maior parte da população na área rural.

Como foi citado, a região do Araguaia ainda é palco de muitos conflitos fundiários, localizados principalmente na área de menos desenvolvimento socioeconômico o Baixo Araguaia. Segundo os dados de 2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no estado do Mato Grosso de desesseis municípios, que fazem parte de 11,34% total do estado registram conflitos de terras. Com destaque a mesorregião do nordeste Matogrossense em que 24% dos seus municípios apresentam conflitos. Sendo Barra do Garças a cidade que mais possui famílias envolvidas nestes conflitos representando 45,54% total do estado.

Para o CNJ (2010), as cidades que fazem fronteira com o Pará e Tocantins com destaque a São Félix do Xingu é caracterizado como um bolsão interestadual de famílias em conflitos de terra. Santa Terezinha, município do Baixo Araguaia, apresenta conflitos desde a sua povoação, a região é ocupada pela Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – Codeara, que era contra a vinda de posseiros para a sua área de atuação, o que acarretou na geração de conflitos neste local a partir disso. Vila Rica apresenta uma grande produtividade em suas terras, o que tem aumentado o fluxo de migrantes do Pará e aumentado seus índices de conflitos, assim como Vila Rica, o município de Confresa está em expansão, a cidade possui uma das maiores taxas de crescimento urbano do estado. O seu relevo é favorável à agricultura, o que vem gerando o aumento da fronteira agrícola e conseqüentemente o desmatamento. Na figura 6 é possível perceber o mapeamento dos conflitos que no Araguaia, estão localizados principalmente no Baixo Araguaia, com exceção de Barra do Garças do Médio Araguaia.

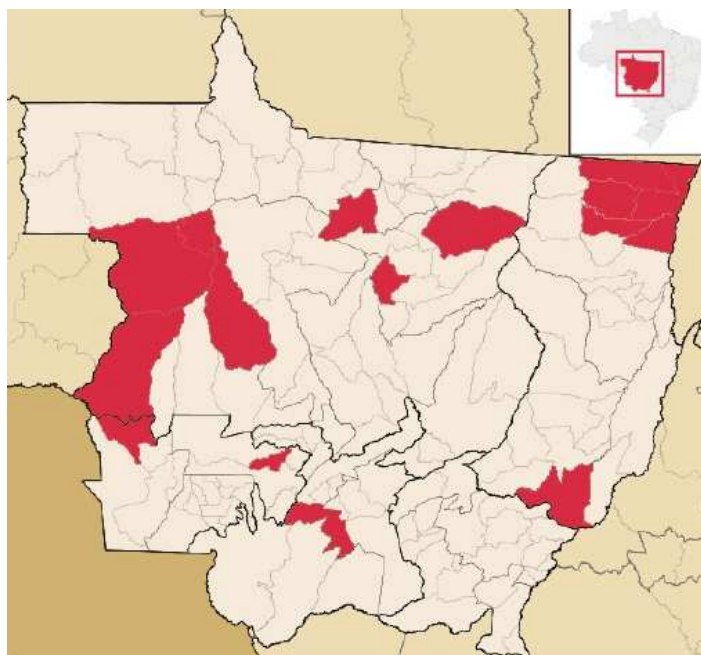


Figura 6: Mapa da distribuição de conflitos de Terra no Mato Grosso

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2010.

Sobre os dados populações de migração, foi citado anteriormente que as três sub-regiões concentram diferentes grupos de migrantes, o Alto Araguaia concentra os migrantes sulistas, o médio Araguaia a população do Sudeste e o Baixo a população vinda das regiões norte e nordeste do país. A partir desta tabela é possível verificar a concentração desses migrantes nessas regiões.

Tabela 6: Migração nas microrregiões do Araguaia

Município	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul
Baixo Araguaia				
Alto Boa Vista	283	241	191	223
Bom Jesus do Araguaia	326	321	246	118
Canabrava do Norte	154	242	56	41
Confresa	3056	2204	1012	537
Luciara	122	55	22	31
Novo Santo Antônio	241	169	57	18
Porto Alegre do Norte	1336	637	434	167
Serra Nova Dourada	145	129	53	58
Ribeirão Cascalheira	520	514	406	123
Santa Cruz do Xingu	133	146	41	233
Santa Terezinha	1532	634	135	76
São Félix do Araguaia	1195	770	357	152

São José do Xingu	530	554	308	101
Vila Rica	3189	2126	963	2431
Médio Araguaia				
Araguaiana	62	145	253	39
Barra do Garças	753	2759	3954	1760
Cocalinho	124	369	334	63
Alto Araguaia				
Santo Antônio do Leste	31	161	111	659
Água Boa	433	894	1529	2810
Campinápolis	32	324	771	32
Canarana	428	1048	1062	3815
Nova Nazaré	71	112	150	112
Novo São Joaquim	61	267	413	218
Nova Xavantina	291	1046	1400	1247
Querência	385	816	460	2978

Fonte: IBGE 2010.

O baixo Araguaia confirma totalmente a literatura apresentada, pois em todas as cidades o índice de migrantes da região norte e nordeste são maiores comparados a outras regiões. No Médio Araguaia somente no município de Cocalinho que a concentração de migrantes é de origem nordestina e no Alto Araguaia no município de Campinápolis a concentração de nordestinos é maior e de sulistas é a menor. Em Nova Nazaré e Nova Xavantina a maior concentração de migrantes é da região Sudeste.

A partir das tabelas 4, 5 e 6 é possível perceber que as áreas onde se concentram migrantes do norte e nordeste esta região apresenta menores índices de desenvolvimento, econômicos e sociais, ainda que estas cidades estejam localizadas no Alto Araguaia, porém com concentração deste tipo de migrante apresenta, índices que fogem das características das cidades gaúchas.

Esta amostra permite confirmar a literatura no que se refere a origem e atividade econômica dos migrantes. Os migrantes das regiões norte e nordeste fugidos da pobreza concentraram suas atividades em empregos com baixa remuneração, muitas vezes trabalhando de empregados em casas ou fazendas da região, a sua origem, suas condições financeiras e motivação para a migração, no caso fugir da seca ou pobreza foi determinante para sua renda atual. No caso dos migrantes do Sudeste e Centro-Oeste a

sua origem, assim como no caso dos nordestinos e nortistas, foi essencial na configuração de sua renda atual e atividade laboral, sendo que os mais baixos salários observados nesta amostra são compostos por migrantes que também fugiam da pobreza em suas terras. Os que possuem os mais altos salários foram fazendeiros que venderam suas terras para comprar mais no Mato Grosso e/ou participaram de programas de incentivos fiscais. Para finalizar os migrantes sulistas que vieram para o Araguaia, tiveram na sua origem atividades relacionadas à agricultura, aqueles que não são agricultores ou fazendeiros possuem atividades ligadas a este ramo, além disso, seus pais também trabalham com a agricultura. A venda das terras na região Sul e os programas colonizadores facilitaram a compra e o subsídio para a produção agrícola e consequentemente o seu sucesso.

Entende-se portanto, que a origem foi determinante para a atividade econômica atual desses migrantes, assim como a desigualdade que permaneceu ao longo dos anos pelo mesmo motivo. A falta de recursos financeiros e os programas fiscais voltados para determinados grupos de migrantes, acabou gerando desigualdade social que permaneceu circunscrita nos grupos de migrantes. A tabela 2 sobre dados de concentração de migrantes por região consiste nos dados secundários da pesquisa e também abarcam a localização de moradia desses migrantes, a partir das narrativas das entrevistas coletadas, os dados primários da pesquisa, também foi possível notar localizações geográficas do município do Alto Araguaia destacado pelos participantes como “cidades gaúchas” e de Barra do Garças, que acabaram por segregar alguns grupos. As narrativas mostraram que na fase dos fluxos migratórios para o Araguaia, como foi citado anteriormente, cada grupo de migrante foi para o Araguaia com um determinado incentivo. O lugar de origem foi essencial para os fluxos migratórios, que ocorreram devido a fama do novo local e também de corretores que compravam terras e vendiam para os seus conterrâneos.

O primeiro grupo a migrar: os nordestinos e nortistas saíram de suas terras motivados pelo garimpo e também fugindo da pobreza e da seca nessas regiões, chegando no Mato Grosso, a maioria em precárias condições financeiras. Estes se instalaram as margens dos rios para exercerem suas atividades, onde atualmente está localizada o bairro de Santo Antônio, na Avenida chamada Antônio Cristino Cortês, onde ocorre a festa de Santo Antônio anualmente, que segundo o relato das entrevistas é

o local onde habita as primeiras famílias que foram para Barra do Garças, ou seja os nordestinos (entrevista 27).



Figura 7: A primeira rua de Barra do Garças, onde se concentram seus primeiros moradores.

“Onde é a festa de Santo Antônio os garimpeiros ficavam naquela praça lá embaixo que hoje já está mais moderna, nessa praça antigamente tinha muito barracão de palha que os garimpeiros moravam e aí eles só tinham umas casas de palha e lá eles faziam comida, tinha uma cama e os garimpeiros montavam essa casa pra ficar um tempo” (Entrevista 27, 72 anos, sexo masculino, Mato Grosso).



Figura 8: festa de Santo Antônio em Barra do Garças.

Além disso houve uma maciça migração para o Baixo Araguaia especificamente para o município de São Félix do Araguaia, região esta conhecida como “baianos” pelo

elevado número de nordestinos e nortistas no local, principalmente devido à proximidade com a região norte, no caso o Pará e também com o nordeste (entrevistas 4, 19, 33, 18 e 26). Em Nova Xavantina também uma das primeiras cidades do Araguaia a ser colonizada, recebeu um grande número de migrantes do Sul e também do nordeste, onde na entrevista 12 é possível perceber a territorialidade no município por estes dois grupos.

“Muito, a origem da nossa cidade, por isso que todos nós, famílias antigas da Barra temos sotaque nordestino, porque nós fomos criados nos costumes dos nordestinos, tudo e o sotaque né? Nordestino. Mas eles vieram com esse sonho de enriquecer, bom como o garimpo não enriquece ninguém só por um tempo. Então essa parte do Baixo Araguaia da beira do rio foi ficando os garimpeiros, ou os que vinham subindo pro garimpo e paravam e gostavam do lugar ou vieram pro garimpo e pra não voltar por lugar que eu passei necessidade ficavam, então foi se formando essas cidadezinhas de Luciara, São Félix, todas essas cidadezinhas da beira do Araguaia que a gente chama do Vale do Baixo Araguaia” (Entrevista 4, 58 anos, sexo feminino, Maranhão).

“Em São Félix que tem muito baiano, colocaram o apelido de baiano lá, mas o nome lá é Estrela do Araguaia, mas alguns ainda chamam de baianos” (Entrevista 19, 78 anos, sexo masculino, Goiás).

“Eles cuidavam de lavoura e faziam pinga e ele tinha um comércio pequeno pra vender pinga e eles vieram pra cá pela influência do garimpo e teve muita gente da região que veio nessa, tinha muita gente lá na região dos baianos também” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins).

“Eu saí de Gurupi eu tinha 10 anos de idade essa cidade fica em Tocantins mas antigamente era Goiás, eu nasci em 1950 lá no Tocantins. Eu vim pro Mato Grosso eu era órfã de pai e mãe e vim pra cá com os meus avós e nós viemos dia 20 de novembro de 1960. Eu vim pro Mato Grosso com meus avós nós atravessamos São Félix dia 20 de novembro de 1960. Os meus vizinhos eram todos de fora também vieram de várias partes do Brasil mas a maioria de Tocantins também, muita gente de Palmas daquela região onde eu morei os vizinhos eram mais ou menos na mesma região que eu era” (Entrevista 18, 64 anos, sexo feminino, Tocantins).

“Lá naquela região tem muito baiano, maranhense mais também tem gaúcho, mas a maioria é baiano e mineiro, quando eu cheguei em Canabrava a cidade era mais ruim que São João Joaquim era menor e era mais nova e a gente foi direto pra roça então era tudo bom, mas a cidade era bem nova não tinha muita coisa agora melhorou, agora a cidade é boa e a vida melhorou depois que eu mudei, porque eu aumentei a terra e o gado e as condições melhoraram também” (Entrevista 26, 71 anos, sexo masculino, Goiás).

“Xavantina tem uma grande quantidade de descendentes de gaúchos, tem uma grande miscigenação de raça em Xavantina, porque lá por exemplo até hoje ainda tem muito do Projeto Amazon como ele é chamado, e lá na cidade só tem gaúcho de um lado da rodovia e do outro são os descendentes de baianos” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

Vale destacar que nas narrativas é salientado sempre que as estruturas dos municípios do Baixo Araguaia são caracterizadas sempre como lugares com pouco desenvolvimento social e econômico, pecuária ou agricultura de pequeno porte, falta de estradas e um grande número de conflitos fundiários.

“Principalmente no Xingu lá na divisa do Pará lá dá muita morte, muitos problemas, agora essa região do Baixo Araguaia: Confresa, Cascalheira já foi muito perigoso agora já está mais calmo, tem vários municípios Santo Antônio do Leste está na beira do Araguaia aqui, o município era tão grande que no Vale do Araguaia tinha Barra, Luiz Alves, Cocalinho, São Félix do Araguaia e Luciara foi criado um monte de município na beira do Araguaia tudo pequenininho, lá tem as propriedadezinhas, as vaquinhas de leite, quem tem um pouco mais de dinheiro abre mais a terra, planta coisa própria porque os empréstimos de banco estão inviáveis e não tem linha de crédito que seja atrativa pro pequeno produtor só pro grande, que consegue porque tem que dar garantia, então aqui é realmente complicado esse vale aqui do Baixo Araguaia” (Entrevista 4, 58 anos, sexo feminino, Maranhão).

No que se refere a localização geográfica dos sulistas, cidades como Canarana, Água Boa e Querência são conhecidas por serem cidades gaúchas, onde seus habitantes são todos de origem sulistas com características físicas de migrantes europeus, como destacam os entrevistados: eles são altos, loiros e brancos (entrevistas 24, 21, 33 e 1). Destaca-se também que, a estrutura dessas cidades são caracterizadas pelos migrantes por serem mais desenvolvidas, bem estruturadas e com regras mais rígidas de convivência como mostra a entrevista 31. Inclusive até mesmo o transporte público possui linhas de viagem que vão diretamente para cidades na região Sul, para que essas pessoas possam visitar seus familiares, o que não ocorre em outras cidades do Araguaia (entrevista 8).

“Em Querência nós temos uma riqueza muito grande, porque Querência é a cidade da soja, uma cidade muito hospitaleira é cidade dos gaúchos, tem muito gaúcho. Atualmente eu moro em Querência eu decidi morar lá porque quando me formei me falaram que você indo lá Querência vai achar uma nova experiência, uma nova vida e realmente eu achei novas experiências em todos os aspectos, no trabalho, na situação financeira, nas amizades, então lá pra mim é muito bom” (Entrevista 24, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Eu lembro dessa época quando acabou o garimpo a maioria foi embora, cada um foi pro seu canto, agora gaúcho tem bastante, mas a maioria está morando em Canarana e Água Boa, lá tem muito gaúcho porque os terrenos são melhores, o gaúcho ele planta soja ou mexe com a agricultura e pra lá está tudo crescendo, lá em Canarana tem um avião na praça que diz quando eles vieram pra cá a vaca (?)” (Entrevista 21, 73 anos, sexo masculino, Rio de Janeiro).

“A essa fase da colonização gaúcha foi através do pastor Norberto Schwantes do Rio Grande do Sul, eles fizeram a criação de pequenos projetos para a agricultura e pecuária no Mato Grosso, eles compraram aqui uma área em

Água Boa e Canarana dividiram em pequenos lotes e venderam para os gaúchos” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins).

“Aqui tem muito misturado, aqui não é assim uma região que igual Água Boa e Canarana que predomina o povo do sul, agora aqui não, aqui tem paulista, aqui tem mineiro, tem goiano, tem mato-grossense, tem catarinense, tem paranaense, tem gaúcho, a mistura é bem grande então” (Entrevista 1, 65 anos, sexo feminino, Rio Grande do Sul).

“Sim é perceptível por exemplo em Primavera do Leste, no Araguaia Água Boa é uma cidade lá que tudo é mais caro, tudo é mais valorizado em todos os aspectos é uma cidade planejada muito bonita, muito bem cuidada, a cultura das pessoas que moram lá é outra, tem muitos gaúcho, mas as pessoas que não são gaúchas demoram para se enturmar lá, porque os que moram lá têm a mesma cultura que é diferente do pessoal da Barra, por questão de cumprimento, de lei, se você juntar o lixo no fundo do quintal e colocar fogo a prefeitura vem com o fiscal e tem multa, isso é uma coisa interessante, você não pode criar galinha, você não pode colocar sobras de construção pra destruir a passagem dos outros pedestres, então essa questão cultural é diferente, lá as cidades são lindas por ser planejada as pessoas têm outras ideias e também mais tem condições educado” (Entrevista 31, 47 anos, sexo masculino, Goiás).

“Inclusive eu vim de ônibus do Sul pra descer no Mato Grosso não tinha ninguém, mas pra voltar estava cheio, tem várias companhias de ônibus que saem da Canarana direto pro Rio Grande do Sul sai lotado” (Entrevista 8, 74 anos, sexo masculino, Mato Grosso do Sul).

Um aspecto que apareceu durante a caracterização do grupo de migrantes sulistas foi a valorização da educação para este grupo, que segundo as narrativas acredita que sua cultura é “mais avançada” quando comparada a outros migrantes pelo seu maior nível de escolaridade. Durante as pesquisas em Barra do Garças foi possível traçar o perfil educacional destes migrantes. Para a discussão dos dados separou-se o nível de escolaridade em três sub-grupos. O primeiro (1) onde encontra-se o nível mais alto, onde seus membros possuem ensino superior completo/incompleto ou curso técnico. O segundo (2) é o nível médio onde seus participantes possuem ensino médio completo e incompleto e o terceiro nível (3), o índice de escolaridade mais baixa onde seus membros possuem fundamental completo e incompleto.

Quadro 26: índice de escolaridade dos entrevistados

Entrevista	Origem	Índice de escolaridade	Nível de escolaridade
Região Sul			
1	RS	Fundamental incompleto	3
11	PR	Superior incompleto	1
12	RS	Superior incompleto	1
13	RS	Superior completo	1

14	RS	Ensino Técnico	1
15	RS	Ensino médio completo	2
20	RS	Superior completo	1
24	RS	Superior completo	1
Região Sudeste			
3	SP	Fundamental incompleto	3
5	RJ	Fundamental incompleto	3
7	MG	Médio completo	2
9	SP	Fundamental incompleto	3
17	SP	Superior completo	1
21	RJ	Médio completo	2
25	MG	Superior completo	1
30	SP	Ensino Técnico	1
35	RJ	Superior completo	1
Região Nordeste			
4	MA	Fundamental incompleto	3
10	BA	Médio incompleto	2
28	BA	Médio completo	2
29	BA	Superior completo	1
34	BA	Superior completo	1
23	BA	Superior incompleto	1
Região Norte			
6	PA	Ensino Médio completo	2
18	TO	Fundamental Incompleto	3
22	TO	Superior completo	1
32	TO	Superior completo	1
Região Centro-Oeste			
2	GO	Superior incompleto	1
8	MS	Superior completo	1
16	MT	Médio incompleto	2
19	GO	Médio completo	2
26	GO	Fundamental incompleto	3
27	MT	Fundamental incompleto	3
31	GO	Superior completo	1
33	GO	Superior completo	1

Fonte: própria autora.

Por meio do quadro 26 é possível perceber que o grupo dos migrantes sulistas apresenta o maior índice de escolaridade sendo que, entre os oito entrevistados, seis

pertencem ao maior nível de escolaridade proposto pela pesquisa, índice este que mostra que realmente as famílias e a tradição gaúcha valorizam a educação de seus filhos, mais que nos outros grupos. No grupo do Sudeste, cinco dos membros pertencem aos níveis mais baixos dois e três, sendo a minoria (4) que se concentram no nível um de escolaridade. Nas regiões norte e nordeste os níveis de escolaridade mostraram que metade dos entrevistados pertencem ao nível um de escolaridade e a outra metade pertence aos outros dois grupos. A mesma característica pode ser observada nos migrantes da região Centro-Oeste, metade dos indivíduos entrevistados (4) encontra-se no nível um e a outra metade dos níveis dois e três de escolaridade.

5.2 AS DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS DAS TERRITORIALIDADES

As territorialidades abrangem, também, as questões culturais e de hábitos de cada migrante, visto que através delas se constroem as suas identidades e as redes de relações que estabelecem ao se inserirem e o constituírem os seus territórios no Vale do Araguaia. Este tópico tem por objetivo apresentar as manifestações relativas à religião dos migrantes, a alimentação, aos locais frequentados, onde estudam, com quem casam etc.

No que diz respeito à religião esta se constituiu em um fator de impacto na formação das territorialidades do Araguaia no caso dos sulistas, pois foi por meio da igreja Luterana do Rio Grande do Sul, que o pastor Norberto Schwantes criou a cooperativa Copercana, que com a ajuda de projetos colonialistas formaram as cidades “gaúchas” de Água Boa e Canarana. Na época da estruturação e formação da cooperativa, o ponto de encontro para palestras sobre a possibilidade de migrar para o Mato Grosso era na igreja luterana de Tenente Portela no Rio Grande do Sul.

“Começar a colonização de terra com apoio do governo e o restante foi interesse e visão do Norberto Schwantes, isso aconteceu pra resolver o problema dos fiéis dele, dos luteranos pra melhorar de vida, fazer uma área maior, eu pensava na oportunidade de ter alguma coisa de ser dono de alguma coisa uma chance que apareceu ou você pega ou não pega, na época ninguém foi obrigado, foi convidado, não foi iludido, digamos assim que foi convencido pelo o que eles mostraram essa foi a parte boa, mas foi todo mundo veio de livre vontade, com a ilusão de melhorar de vida. Nessa época as colonizadoras usavam e principalmente no caso do Norberto, eles usavam as igrejas Luterana no caso do Norberto, a Igreja Católica usam todos onde tinha reunião de gente ele oferecia seja prefeitura, igreja, colégio era uma maneira de difundir a ideia e quem quisesse era para se apresentar em um lugar certo, com documento e era oferecido a terra, tinha reunião” (Entrevista 15, 67 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

A tabela 7 mostra a população residente dos municípios do Araguaia que pertencem à religião luterana. A partir destes dados é possível perceber que, os habitantes desta religião se concentram nos municípios do Alto Araguaia, principalmente nos locais conhecidos como “cidades gaúchas” em Canarana, Agua Boa e Querência, enquanto que no Baixo Araguaia a população é extremamente baixa, na maioria dos municípios nem existem adeptos do luteranismo. Isto revela que o fator religioso foi uma variável que contribuiu para a formação de territorialidades, pois, como cita a literatura quanto mais um grupo se identifica a partir de sua cultura, língua, idioma, religião, maior será a segregação deste grupo. Destaca-se neste quadro o município de Vila Rica no Baixo Araguaia, onde o grupo sulista é segundo de concentração populacional desta região, marcando novamente a importância da religião para as territorialidades.

Tabela 7: População Evangélica Luterana residente no Vale do Araguaia

Municípios	População Evangélica Luterana
Baixo Araguaia	
Alto Boa Vista	0
Bom Jesus do Araguaia	2
Canabrava do Norte	3
Confresa	0
Luciara	10
Novo Santo Antônio	0
Porto Alegre do Norte	0
Serra Nova Dourada	6
Ribeirão Cascalheira	0
Santa Cruz do Xingu	74
Santa Terezinha	0
São Félix do Araguaia	0
São José do Xingu	5
Vila Rica	324
Médio Araguaia	
Araguaiana	5
Barra do Garças	98
Cocalinho	0
Alto Araguaia	

Santo Antônio do Leste	0
Água Boa	613
Campinápolis	0
Canarana	960
Nova Nazaré	3
Novo São Joaquim	6
Nova Xavantina	96
Querência	490

Fonte: IBGE, 2010.

Outro fator de apropriação de cada grupo migrante foi a alimentação, cada migrante relatou que a principal dificuldade de adaptação no Araguaia quando chegaram foi se adaptar as novas comidas, todos os grupos preferem a comida típica de sua região de origem. Nesta questão da alimentação, também destaca-se o chimarrão gaúcho, utilizado com uma forma de socialização e união entre o grupo, que em muitos dos entrevistados foi possível perceber que ainda permanecem com a tradição, passando-a de geração em geração, mesmo com as altas temperaturas do Vale do Araguaia, porém no Mato Grosso também existe a tradição de se tomar o tererê, o chá gelado.

“A característica que eu vejo de goiano é que eles, a comida deles, a comida é mais é saborosa é um frango que era feito na panela num fogão a lenha e tem pamonha e essas coisas típicas, igual mineiro, mineiro tem também essas coisas, gaúcho não eles já tomam chimarrão, mais churrasco, a comida deles é mais molhada” (Entrevista 2, 55 anos, sexo masculino, Goiás).

“A alimentação é bem diferente, a gente que está acostumado lá no Sul de comer um churrasco, a carne aqui era diferente lá o gado era tratado, aqui era criado solto e não tinha, não dava um salto. Então você come e sente o gosto da braquiária e é verdade. Até o leite era diferente e o tipo de fazer arroz, feijão era diferente daquele tempo” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Eu tomo chimarrão até hoje mas perdi essa mania porque aqui é muito quente. Tem coisa que são excelentes lá no seu lugar, aqui é muito quente e o chimarrão tradicional é quente e aqui eles têm o tererê, eles criaram a própria opção deles” (Entrevista 15, 67 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“O povo daqui é mais camarada, o povo daqui não sabe fazer grandes pratos a comida deles é diferente, não é igual em São Paulo, mas agora já sabe antigamente não tinha conhecimento disso e nem variedade de comida, já no estado de São Paulo o povo é bem mais civilizado nessa parte de alimentação e nutrição é bem melhor” (Entrevista 17, 68 anos, sexo masculino, São Paulo).

“Foi mas depois que eu fui estudar no Sul estudei lá e tomava chimarrão lá também, ainda tomo mesmo com calor eu até tomo o tererê, mas eu prefiro o chimarrão” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Eu costumo dizer que a nossa diversidade aqui o melhor evento exemplo é o churrasco, então quem trouxe o churrasco foram os gaúchos, o churrasco dos

gaúchos se você chegar lá em Água Boa é o tradicional é no buraco no chão eles colocam as costelas no espeto de madeira e sal grosso e montam serve com pão e polenta, então esse é o churrasco do gaúcho. Mas o churrasco do gaúcho hoje aqui ele feito de tudo, a carne é feita com sal grosso mas a maioria das pessoas daqui usam tempero das coisas da região, deixa a carne descansar e quando serve essa carne, aí vem o arroz goiano, o vinagrete paulista, a maionese que é do carioca, o feijão tropeiro do mineiro, a tapioca que é do nordestino, a farofa que é nordestina, então o nosso churrasco é o maior exemplo de diversidade lista todas as culturas que vieram pra cá, essa história é bem didática pra gente entender tem essa diversidade aqui” (Entrevista 34, 41 anos, sexo masculino, Bahia).



Figura 9: migrante sulista com sua filha tomando chimarrão.

Com relação aos lugares frequentados os migrantes da região Sul se destacam por se encontrarem em dois lugares específicos. O primeiro são os CTGs (Centro de Tradições Gaúchas), local onde os sulistas se encontram para manter as tradições locais é onde ocorre apresentação de danças populares de sua região e festas comemorativas. Em Barra do Garças o CTG foi inaugurado em setembro de 1984, porém foi desativado no ano de 1996 pela falta de interesse dos moradores e também pela baixa população de sulistas no Médio Araguaia, porém em cidades “gaúchas” como Canarana, Água Boa e Querência eles permanecem ativos. O centro deve ser compreendido como um local da propagação da cultura rio-grandense onde se concentram os migrantes gaúchos, todavia, os entrevistados deixaram claro que os CTGs na região do Araguaia foram sempre para integrar a população como um todo, ou seja, apesar do objetivo seja reafirmar a cultura e tradição gaúcha, os membros não se restringem somente ao grupo do Sul. Para esta pesquisa é importante entender que os CTGs funcionam como uma forma de necessidade forte que este grupo tem de afirmar sua identidade, suas normas quando está fora do estado do Rio Grande do Sul, ou seja, seu capital social.

“Em 84 foi criado o CTG do Araguaia, no dia 20 de setembro de 84. Então eu fui participei muito do CTG por muitos anos e eu ganhei a comenda da ONU do Banco Mundial do Banco e da Bélgica, nós fomos no Itamaraty em Brasília. Nós tínhamos uma equipe e o elenco de dança chegava a 150 crianças e nós dávamos tudo, nós dávamos bota, bombacha, a camisa, o lenço, o chapéu e o colete e a menina também tinha toda a roupa da tradição gaúcha e não era só gaúcho que participava. Quando eu abria um discurso eu falava assim: Eu falava mais ou menos assim os gaúcho de nascimento e gaúcho de coração porque não precisava ser de origem gaúcho poderia ser baiano, goiano, Brasil ia lá pra fim de aprender a tradição gaúcha, a nossa cultura. Tu sabe que a sigla é centro de tradições gaúchas e porquê é pra transmitir a imagem da tradição na cultura sul riograndense e o gaúcho que transmite, aqui em Barra a CTG está inativo desde 96, não tem ninguém mais pra atender quem cuida agora é o João Matias ele mora aqui perto” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“O gaúcho é empreendedor ele gosta muito do Rio Grande do Sul tanto é que é o único povo em todos os estados que tem o Centro de Tradições Gaúchas, em qualquer cidade que tenha meia dúzia de gaúcho eles já têm o centro” (Entrevista 20, 62 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“Igual gaúcho ele foi misturando devagar, nós montamos um CTG e no final de semana nós nos reunimos lá e nós fomos levando gente todo mundo foi para lá o mato grossense se misturou com nós e não teve muita dificuldade pra fazer amizade, foi tranquilo” (Entrevista 14, 70 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

O segundo ponto de encontro percebido durante a coleta de dados em Barra do Garças foi a presença de um bar, que aos domingos serve churrasco gaúcho para os seus clientes, apesar de não ser frequentado somente por gaúchos, eles são a maioria, por isso, o local é conhecido por “bar dos gaúchos”, ou “bar do Mário” onde eles se encontram no final de semana para se integrarem, o dono e sua família também são do Rio Grande Sul. Neste bar foi possível coletar metade das entrevistas com os migrantes sulistas e também estabelecer contatos para outras entrevistas.

“Nesse bar ainda permanece a tradição do churrasco gaúcho do Mário. Eu também sei fazer aquele churrasco feito no chão tradicional gaúcho” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).



Figura 10: churrasco preparado pelos migrantes sulistas no “bar dos gaúchos”.

O grupo de migrantes nordestinos e nortistas também possui seu ponto de encontro, as mulheres filhas desses migrantes, conhecidas como “filhas dos pioneiros de Barra do Garças” possuem um grupo folclórico na cidade, em que anualmente é realizado festas para manter a tradição do folclore da região norte, o grupo é conhecido como as pastorinhas e ainda está ativo, durante a pesquisa de campo foi possível entrevistar as organizadoras desta festa, assim como também estabelecer novos contatos.

“Minha mãe era de Araguacema no norte do Pará, aí ela veio com dois mais três filhos aqui, em 1952 ela fez a primeira festa folclórica chamava “As pastorinhas” que é um grupo que fazia homenagem ao nascimento de Jesus, minha mãe morreu com oitenta e um anos e ela foi pastorinha desde que tinha quinze anos e as músicas eram as mesmas eu dei continuidade no trabalho dela. Eu também dei continuidade nesse grupo, ele era formado por crianças era um teatro cantado, esse grupo o Pastorinho era da região que ela morava e na cidade dela tinha um professor bem velho que ensinou ela a dançar e esse professor já sabia todo esse teatro, então minha mãe fazia dramas, que hoje chama teatro de primeiro porque tinha atos então isso foi uma coisa que introduziu o folclore aqui na Barra” (Entrevista 23, 62 anos, sexo feminino, Pará).



Figura 11: Grupo folclórico “As pastorinhas” com migrantes da região nordeste e norte.

Outra variável de importância para este estudo é a forma como ocorreram os casamentos entre os grupos de migrantes. Como foi dito no tópico de caracterização dos migrantes sulistas, este grupo é conhecido por ser preconceituoso com outros indivíduos e por manterem os casamentos entre sulistas. Como narra a entrevista 8, um gaúcho jamais deixaria sua filha se casar com alguém do Mato Grosso por exemplo. Enquanto que nos outros grupos havia uma grande miscigenação entre mineiros, paulistas, goianos, nordestinos, nortistas e mato-grossenses. Vale destacar que muitos dos migrantes vieram para o Araguaia já casados com pessoas da região de origem e que apesar da existência deste estereótipo de que gaúchos só se casam entre eles, no Araguaia isto não foi tão forte.

Devido a grande variedade de grupos de migrantes algumas entrevistas relatam casamentos entre sulistas e goianos (entrevista 6) e também entre sulistas e nordestinos em que a migrante do Maranhão, conta que sua irmã casou com um gaúcho (entrevista 28). Sendo assim, o casamento não foi um fator de grande impacto no processo de formação de territorialidades no Araguaia.

“Eu tinha uma colega de magistério que eu fiz aí e ela era descendente de alemães, a família dela foi uma daquelas primeiras que veio pra Canarana aí esse povo ficou toda a vida aí, formou em Goiânia casou lá com um goiano e os pais ficaram aí, os avós, vieram pra cá tudo da colonização alemã” (Entrevista 6, 88 anos, sexo feminino, Pará).

“Esse comércio era uma cooperativa entre os agricultores e foi pro pessoal que veio do Sul e tinha até aviões pra trazer o pessoal, quando acabou todo

“mundo ficou até assustado porque foi muito rápido pra acabar e a Copercana trouxe muito gaúcho, na verdade foi através dela que eles vieram, a gente lembra deles chegando a gente estava ficando mocinha e estava chegando aqueles rapazes bonitos, altos, loiros a minha irmã casou com um gaúcho” (Entrevista 28, 62 anos, sexo feminino, Bahia).

Um fator cultural bastante destacado nas entrevistas foi o sotaque e dialetos locais, que entraram em choque durante a convivência entre os grupos de migrantes, a diferença cultural, o sotaque e palavras típicas da região em alguns momentos geraram convergências no processo comunicativo e até mesmo um ponto de afirmação na identidade nestes migrantes, pois segundo os migrantes devido ao fato de que já moram a vários anos no Mato Grosso já perderam ou se habituaram ao sotaque regional, entretanto, os migrantes sulistas são conhecidos por permanecerem com seus sotaques mesmo morando a muito tempo no local, como mostra a entrevista 5.

“Bom eu que estou aqui a quarenta e quatro anos, eu já não percebo muito essa diferença, agora quando eu cheguei nossa mãe, gaúcho era pouco, dava pra contar nos dedos, eu demorei muito a me habituar, uma por causa da fala, porque o povo aqui falava assim é bem aí, aculá, eu não sabia o que era isso, lá em riba, e eu não sabia o que era o significado disso e eu ficava assim meu Jesus amado, o que é isso, as vezes a pessoa está me xingando, porque no Sul nós não usamos essa palavra, lá a gente fala destratar, as vezes a pessoa está me destrutando e eu não sei, até que comecei a aprender, aí foi que entrou a dona Ione e a dona Icolina que são goianas e aí elas começaram a falar qual era o significado daquelas palavras, aí eu fui aprendendo” (Entrevista 1, 65 anos, sexo feminino, Rio Grande do Sul).

“Porque eu sou carioca, mas eu falo com o linguajar do mato-grossense tranquilamente, não é porque eu quis é porque eu tive que me adaptar, o meu sotaque já é nenhum e o gaúcho não, eu conheço um gaúcho que chegou aqui há dez, quinze anos antes de mim e continua com o mesmo sotaque, o mesmo jeito de falar não mudou nada. Eu ficava sem saber o que eles estavam falando, eu sofri muito aqui, por exemplo, nós fomos fazer um barracão no curral, os telhões naquela época, então precisava de seis, oito homens pra subir aquilo. Aí um belo dia no dia que começamos a cobertura, eu falei nós vamos estender isso porque se não formos de uma vez, pode cair e se cair vai quebrar, aí falaram, não senhor pode deixar. Aí eles começaram a gritar: sunga, sunga, não sunga fulano, sunga. E eu falei perai desce, aí eu desci com calma, mas a sunga que eu conheço é um calção de banho, você está falando sunga e eu quero saber o que é sunga, a eles sungar é sungar, aí bom e nós não estamos suspendendo, o senhor está dizendo que é pra riba? Sim é pra riba, o que é pra riba pra você? É sungar, enfim a gente passa determinadas coisas” (Entrevista 5, 67 anos, sexo masculino, Rio de Janeiro).

Na dimensão social, nota-se um forte sentimento de pertencimento identitário, citado na caracterização individual de cada grupo, principalmente por meio dos grupos de migrantes sulistas, os gaúchos como são chamados, independente do estado do sul de origem. Enquanto os outros grupos são conhecidos por serem sociáveis se misturarem com facilidade, os sulistas são conhecidos por se manterem circunscritos aos seus

grupos. Outro fator sempre destacado nas entrevistas é o fator da solidariedade entre esse grupo, nas narrativas foi comum ouvir que os migrantes do Sul estão sempre se ajudando de alguma maneira, principalmente no período em que chegaram no Araguaia, porém, esta é uma característica que permaneceu na cultura gaúcha ao longo dos anos, como destaca a entrevista 24:

“Quando eu fui pra Querência eu fui morar numa república mas fui sozinha eu queria primeiro conhecer, aí depois que foi a minha família foi e o pessoal de lá é muito especial, muito hospitaleiro, eles ajudam principalmente se você for do Sul pelo fato de você ser branquinha ele já sabe que você é do Sul então eles te dão ajuda, pra isso é muito bom eu contei que era de Santa Maria e eles me ajudaram você sabe que isso faz mais parte deles, porque eles são e individualista então já tem um grupo formado” (Entrevista 24, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

5.3 A REPRESENTAÇÃO ATUAL DO ARAGUAIA: OS PRINCIPAIS PROBLEMAS APONTADOS PELOS SEUS MORADORES

O Vale do Araguaia ficou popularmente conhecido como Vale dos Esquecidos, devido principalmente aos seus problemas socioeconômicos como conflitos fundiários, concentração de terras e desigualdade social. Apesar do local abarcar as três sub-regiões, o Vale dos Esquecidos é compreendido principalmente pelo Baixo Araguaia ou Araguaia Xingu como é chamado na região. É nesta sub-região que se concentram os menores IDH e PIBs da região, além do alto número de conflitos por terra.

Face ao exposto, nas entrevistas a nomenclatura Vale dos Esquecidos foi bastante destacada pelos migrantes para que eles contextualizassem os problemas socioeconômicos da região. Através das narrativas foi possível compreender quais os aspectos que envolvem este apelido na visão dos migrantes.

Segundo os migrantes este nome foi dado ao Vale do Araguaia pelo deputado Adalto Freitas Filho, do PMDB, em época de campanha política para destacar os problemas sociais da região. Portanto, esta nomenclatura ficou ligada principalmente ao enfoque político relacionado ao Araguaia. Nas narrativas coletadas, os migrantes mostram que a falta de um representante político na região do Araguaia impede o investimento na economia local, segundo eles os parlamentares são responsáveis por trazerem recursos e investimentos para as atividades econômicas e conseqüentemente isto geraria um desenvolvimento social e econômico. As entrevistas mostraram que na visão dos migrantes, os representantes políticos investem dinheiro no norte do estado do

Mato Grosso, as regiões ricas em agricultura como Sinop, Sorriso, Primavera do Leste, chamada por eles de “nortão”, enquanto que o Araguaia não teria essa atenção por não ter um potencial agropecuário tão grande. Além disso, na região não houve incentivos fiscais para a implementação de indústrias como em outras regiões do estado também por questões políticas ligadas à corrupção, como é mostrado nas falas 33, 31 e 30.

“Barra do Garças foi uma cidade que teve sorte na época na questão política, porque nós tivemos governador que morava aqui na Barra, tinha dois deputados federais, senador, deputado estadual e três secretários do Estado, então era uma boa representação política. Hoje nós não temos um deputado estadual, então passar dessa fase veio a fase de esquecimento que a Barra não conseguiu eleger deputado, a região norte de Sinop essa região, elas foram cidades que ficaram ricas por causa da implantação da agricultura da soja e do milho, lá é uma das maiores potências melhor que Cuiabá. E Sinop e Primavera é muito novo as cidades são muito nova mas é muito boa, porque tem representante e aqui não tem” (Entrevista 33, 75 anos, sexo masculino, Tocantins).

“Eu já ouvi, quando tem uma eleição aqui eles trabalham pra eleger algum deputado na região então tem muitas coisas que às vezes você percebe, por exemplo na região norte de Lucas Verde, Sorriso, Sinop, Primavera, Rondonópolis, você percebe que o progresso tá afluindo então você que o pessoal está investindo naquela região, por exemplo teve uma empresa que queria abrir aqui na região da Barra mas aí não teve incentivo do município, porque a prefeitura queria uma fatia, então eu vejo isso mais como um problema político só de incentivo, porque eles não estão pensando nas pessoas estão pensando no bolso deles, por que isso geraria empregos e a empresa foi abrir lá em Rondonópolis porque tem um incentivo” (Entrevista 31, 47 anos, sexo masculino, Goiás).

“Aqui era conhecido como Vale Dos Esquecidos por causa do governo, por causa da infraestrutura que o governo não injeta dinheiro, eles injetam mais dinheiro no norte. Eles injetam dinheiro naquela região de Cuiabá até Santarém porque lá tinha mais agricultura e aí no governo do Marge (Acho que o nome não é assim) ele olhou mais por essa região, então quando ele foi governador ele começou a melhorar mais a região, porque ele começou a enxergar que a região tinha um potencial muito grande pra agricultura, as terras são planas, são terras boas e então começou a melhorar a infraestrutura da região, mas antes era chamada de Vale Dos Esquecidos mesmo” (Entrevista 30, 54 anos, sexo masculino, São Paulo).

Os migrantes relatam que em épocas de eleição são muitos candidatos para deputado federal ou estadual dividindo muito os votos entre a população, a falta de união política acaba por não eleger nenhum candidato representante para a região.

“Pra mim é uma questão política, por exemplo chegou na época das eleições aqui tem uma vaga pra deputado federal, tem duas vagas pra deputado estadual, aí o que acontece corre todo mundo ao invés de chegarem a um consenso de quem seria o candidato ideal, independente de partido isso e aquilo, que teria a chance de ganhar, não vai todo mundo cinco, seis, abre os votos e não consegue se unisse conseguiria, como eles não se elegem, como eles querem que os de fora façam aquilo que eles tinham que fazer, não tem como, isso é uma questão política. As vezes alguns políticos fazem muito pela

Barra do Garças, mas os políticos da Barra do Garças quando eleitos também não fazem nada, então a situação é essa e isso vem de muito tempo e vai continuar por muito tempo até que haja conscientização de que opa, vamos parar de ganância, vamos fazer a coisa como ela precisa ser feita aí eu acho que funciona melhor. Essa região fica abandonada porque se não tem digamos assim politicamente alguém que puxe pra cá recursos não vai desenvolver” (Entrevista 5, 67 anos, sexo masculino, Rio de Janeiro).

A distância da capital também foi um fator muito destacado pelos entrevistados, segundo eles, Barra do Garças e o Vale do Araguaia como um todo encontra-se muito distante da capital e portanto, longe da visão dos governantes. A capital mais próxima é a cidade de Goiânia, O Vale é uma região de fronteira entre o Mato Grosso, Goiás e também o Pará no baixo Araguaia, esta ideia fica clara nas falas 15,23, 22, 11 e 17.

“Politicamente o município de Barra do Garças fica em um canto, aqui fica no extremo do Estado divisa com rio, divisa com outros estados, então esse é um lado ruim na estratégia do município, isso em qualquer cidade que fica no canto, você é a última a ser lembrada depois você não tem mais ninguém” (Entrevista 15, 67 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“A gente usava essa expressão por causa dos políticos, nós aqui não temos nenhum representante político, então como a cidade fica muito afastada da capital nós não tínhamos benefício nenhum era muito difícil o prefeito conseguir a verba pra fazer qualquer coisa aqui, os repasses eram difíceis, então chamava Vale dos Esquecidos por esse motivo, pela falta de compromisso político de quatro em quatro anos pegavam votos e sumia aí foi por isso” (Entrevista 23, 62 anos, sexo feminino, Pará).

“É Vale Dos Esquecidos por quê desde aqui da Barra eles falam a nossa cidade ela fica muito distante de Cuiabá, então a gente quase não tinha assistência do governo, mas o Vale Dos Esquecidos mesmo que ele falam é essa região ali pra baixo de Xavantina pra lá, porque não têm assistência do governo é muito distante da capital então por isso que fala Vale Dos Esquecidos, já teve muitas eleições faz umas quatro ou cinco eleições, que não consegue eleger um deputado, uma pessoa que possa estar representando a cidade é por isso que falam Vale Dos Esquecidos” (Entrevista 22, 71 anos, sexo feminino, Tocantins).

“Hoje precisamos entender qual a contribuição social e econômica que o vale contribui pro estado. Então isso a gente tem que entender na definição social em que se encontra e qual a definição política dele, pra que ele possa politicamente fazer projetos e versões a nível da capital. Para que algumas políticas públicas para o Araguaia possam ser desenvolvidas é difícil a comunicação entre Cuiabá e o Araguaia no âmbito das questões políticas quer dizer não é difícil, o que é difícil é mais a iniciativa. Por exemplo, você está mais perto de Goiás o grande centro para tratamento nas áreas de saúde, então toda essa região se volta pra Goiás mais do que pra capital, assim ele acaba tendo umas ações com Goiás, por isso que ele acaba sendo uma região esquecida realmente. O esquecimento dele essa falta de políticas pra ele quer da população local se juntando e construindo essa política” (Entrevista 11, 55 anos, sexo masculino, Paraná).

“Já aqui é o final de linha ninguém para, vamos supor, as pessoas que vêm de São Paulo dificilmente vão parar aqui se não for pecuarista ou agricultor, ele vai pra capital quem vem de Goiás vai pra capital, eles não param na cidade

divisa de estados e não prosperam muito porque o governo não olha muito pela região, aí ficou com esse apelido porque não aplicam verba na região futuramente alguém vai olhar e vai ajudar” (Entrevista 17, 68 anos, sexo masculino, São Paulo).

Um outro motivo para o nome Esquecidos é devido a precária infra-estrutura das rodovias na região, principalmente na divisa com o Pará onde ainda não existe asfalto. Por ser uma área agrícola de pecuária e soja, estas precisam ser escoadas para os portos, porém a principal estrada da região a BR-158 não tem atendido esta demanda logística. Neste âmbito destaca-se que os migrantes consideram as estradas como um elemento essencial para o progresso, como é destacado nas entrevistas.

“Na verdade o Mato Grosso todo era do índio, mas então essa região do Baixo Araguaia é mais difícil de chegar asfalto, dos políticos investirem na cidade e por isso ficou o Vale dos Esquecidos, porque ela não dá aquele retorno. Por exemplo aquela região do Xingu que é aqui no baixo Araguaia no Vale do Araguaia, já é uma região menos privilegiada tem muita dificuldade de locomoção por causa das estradas, agora que o asfalto está chegando. O asfalto já deve estar lá perto de São Félix, mas o Xingu vai pra esquerda um metro de asfalto e é uma região altamente produtiva, mas os políticos vão lá na época de eleição vão lá pega voto e tal promete estrada, ferrovia, hidrovía e não acontece nada” (Entrevista 4, 58 anos, sexo feminino, Maranhão).

“Eu fui em julho do ano passado na Paraíba e eu fiquei boquiaberta com as rodovias que existem no Estado da Paraíba são todas duplicadas, são pontes de primeiro mundo, calçadas grandes e você não cruza com veículo e lá não produz nada e aqui tem toda a produção, que abastece o Brasil e não tem estrada, não tem rodovia e a gente pergunta porque lá precisa das rodovias se lá não produz os grãos e aqui não tem rodovia para escoar os grãos, o gado, aqui é uma dificuldade muito grande, tem atoleiro é muito sofrimento nas estradas, aqui sempre mostra os sofrimentos dessas estradas e aí a gente se sente o Vale Dos Esquecidos, boa parte está asfaltada mas ainda não está bom, nossa estrada é muito precária, tem até São Félix do Araguaia e até o Posto da Mata, daí pra lá não tem mais, aqui é uma cidade turística conhecida no Vale do Araguaia e não tem estrada boa então é difícil” (Entrevista 28, 62 anos, sexo feminino, Bahia).

“Isso aí teve O Vale Dos Esquecidos, Isso foi uma frase que o que o governador falou uma vez em quando começou a introduzir a soja aqui, ele falava que ia ser o Vale dos lembrados, ainda não chegamos lá mas estamos buscando crescer, a partir do momento que terminar a BR 158 que pega todo o Vale do Araguaia e nós conseguimos fazer uma ligação Leste Oeste pela Rodovia, aqui vai deixar de ser O Vale Dos Esquecidos. Porque terra tem, esse nome existe porque na época o pessoal ficava dando atenção só para Sinop, Alta Floresta, Nova Mutum e esquecia daqui e pensaram também que não ia produzir e foi deixando pra trás e depois que perceberam que tinha solo bom solo” (Entrevista 13, 55 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

“O negócio não é o Vale dos Esquecidos é falta de união, tudo que é esquecido é porque não é lembrado, porque teve tempo que nós tivemos quatro deputados, nós não éramos esquecidos, aí o povo passou a vir outros de fora, a não unir mais então não teve mais representação política o povo quer mais pro nortão onde tem mais gente, era esquecido neste sentido o povo não era unido, não tinha ninguém pra cobrar. Hoje nós não temos um deputado ainda é esquecido, tem tantos em outras regiões o esquecido era isso, o governador

não estava nem aí, porque não tem estrada, não tem nada, então não tem jeito. Mas todo mundo vive bem na maneira deles lá. Um amigo meu o Flor aí é um dos maiores produtores de gado, o governador chamou ele pra discutir o desenvolvimento do norte Araguaia aí ele falou aqui sem luz, sem estrada, sem asfalto não chega progresso” (Entrevista 7, 60 anos, sexo masculino, Minas Gerais).

Por fim o último problema destacado em relação a região também ligado ao transporte é a falta de aeroportos na região. Durante as décadas de 50 a 70 várias fazendas, inclusive a cooperativa Copercana tinha sua própria linha aérea para buscar os colonos sulistas. Atualmente, o aeroporto mais próximo a Barra do Garças é na cidade de Goiânia que fica a 500 quilômetros e um aeroporto de pequeno porte em Aragarças cidade vizinha.

“Só uma coisa que falta pra nós aqui vôs das companhias aéreas, porque teve três companhias aéreas que estavam interessadas em colocar o voo Barra-Cuiabá, Canarana-São Félix, Agua Boa-Barra do Garças, Barra-Goiânia, que seria a companhia aérea chamada 7, que é uma companhia que tem jatos o Embraer 105 que cabe setenta e cinco passageiros e tem os turbo hélices aí esbarrou-se na burocracia brasileira disseram que o aeroporto não estava preparado pra receber o fluxo de pessoas e tal, aí a Infraero exigiu algumas modificações, eles fizeram e era pro mês passado dia 27 de maio estava previsto a inauguração do voo mas não houve nenhum e também não falaram porque não houve a inauguração” (Entrevista 8, 74 anos, sexo masculino, Mato Grosso do Sul).

Apesar da maioria dos migrantes relatarem em suas entrevistas o nome Vale dos Esquecidos e salientar os problemas da região, muitos também acreditam que o Vale do Araguaia já não é Vale dos Esquecidos, o crescimento constante da pecuária e também da agricultura inclusive no Baixo Araguaia vem mudando este quadro. Segundo o IMEA (Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária) fatores como a predominância da pecuária, os preços das terras atrativos e a maior rentabilidade da agricultura, principalmente da soja e do milho, têm atraído mais produtores para a região ampliando a agricultura.

“Agora o governo começou a enxergar mais pra cá, o estado do Mato Grosso desenvolveu muito a questão de pecuária, agricultura, pra você ver hoje nós somos o celeiro do Brasil, o que mais produz, o que mais tem rebanho de gado, isso tudo é da região nossa” (Entrevista 2, 55 anos, sexo masculino, Goiás).

“A infraestrutura no Baixo Araguaia agora que tá acabando de asfaltar até o Pará, que vai ter ferrovia, as cidades estão se desenvolvendo muito começando a agricultura” (Entrevista 34, 41 anos, sexo masculino, Bahia).

“Isso aí é coisa de político, quem usa muito isso que deu o nome de Vale Dos Esquecidos é o ex deputado Adalto Freitas Filho. Ele sempre falava isso aí Vale Dos Esquecidos, mas não é nada disso, vai lá em Querência tem 380 mil hectares de soja, em Canarana tem 200 mil hectares, em Agua Boa tem cento e poucos mil hectares, então não é Vale dos esquecidos olha produção, a riqueza

da região e a quantidade de gado que têm a região. O Vale Dos Esquecidos na verdade é lá embaixo no Baixo Araguaia em São Félix, Santa Terezinha, Vila Rica, Porto Alegre do Norte, Confresa lá embaixo é uma região que quase não tem agricultura mas já está tendo também agora” (Entrevista 12, 64 anos, sexo masculino, Rio Grande do Sul).

5.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Neste capítulo foi possível perceber por meio dos dados e das caracterizações dos migrantes a maneira como se formaram territorialidades no Araguaia. No tópico que descreve a renda e atividade econômica dos entrevistados é possível perceber a diferença entre os grupos, principalmente devido ao modo como migraram para o Mato Grosso. As motivações inseridas em um campo de oportunidades no caso o garimpo, a melhoria de vida, aumento de propriedades e maior renda estiveram diretamente ligadas também à cultura econômica de origem e também as redes em que esses grupos estavam inseridos. O que fez com que a situação econômica permanecesse circunscrita ao seu grupo de origem ao longo dos anos, como mostraram as narrativas e também os dados quantitativos da pesquisa, referente as rendas atuais. Como pode-se notar a teoria da migração e redes se confirma nas narrativas onde a família e pessoas conhecidas foram essenciais para o processo de migração em todas as fases, além disso também destaca-se o papel de corretores de vendas de terras e também da igreja luterana, que foram responsáveis pela migração de grupos específicos de indivíduos que se mudaram também para lugares específicos, estes fatores foram determinantes para a formação de territorialidades temporários no Vale do Araguaia.

A maneira como foi realizada a caracterização dos migrantes de cada grupo foi feita a partir das narrativas dos próprios migrantes, na qual foi possível notar questões culturais brasileiras desde a colonização do país. Foi possível identificar que o grupo mais polêmico e citado por assim dizer é o que mais mantém uma forte afirmação da sua identidade foram os sulistas, que se distanciam muito dos outros grupos diante da questão cultural, que engloba o modo de ser, a atividade econômica na qual está inserido, a importância dada a educação para cada grupo, o modo como se constroem as relações sociais e a relação de solidariedade existente neste grupo, que permite confirmar a teoria do Capital Social onde grupos fechados tendem a ter suas normas e

redes sociais mais fechadas em seus grupos, impedindo a entrada de outros, porém, a solidariedade também se fortifica resultando em conquistas positivas para este grupo.

No estudo de Bourdieu no seu livro “A distinção”, o autor foca bastante na diferença, nos gostos entre classes sociais, valorizando a hierarquia econômica, porém neste estudo o que prevaleceu mais afirmado nas narrativas foi a hierarquia social dos grupos, principalmente relativo a afirmação de sua cultura e tradições nativas e dentro dessas tradições: a econômica. Para Bourdieu, as práticas de distinção estão situadas em três âmbitos clássicos: o econômico, o cultural e o social, por conseguinte estas três determinarão as classes sociais e as práticas que classificam as distinções. Em que a partir do momento em que se fundamentalizam distinções manifestadas por estes grupos sociais, criar-se-á as formas de classificação e desclassificação de valores e práticas culturais. Portanto, as experiências inclusas no mundo social, em outras palavras a aceitação a aquilo que é aceito como evidente na sociedade, definem os limites, as posições e a herança cultural, que será a base das estruturas das classes sociais (ALVES, 2008).

Ressalta-se que esta distinção social não se limita somente ao modo de ser de cada grupo social, pode ser notada também na visão de mundo que os migrantes possuem dos grupos indígenas, considerando-os como um impedimento ao progresso, inclusive nos dias atuais, pois na visão deles, eles possuem muitas terras, mas não a utilizam e por isso são preguiçosos, são considerados também como um povo de uma cultura inferior, que acaba refletindo também nas relações econômicas, pois a proximidade de propriedades pertos de terras indígenas é desvalorizada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou compreender a partir das narrativas de histórias de vida dos migrantes, a formação do Vale do Araguaia, a partir de aspectos relativos ao capital social e as redes de relações constituídas nos processos migratórios, desde a formação territorial local, entre as décadas de 1940 a 1950. Tais redes sociais configuraram territorialidades, marcados por espaços socioculturais diferenciados segundo o local de origem do migrante. Para verificar a ocorrência efetiva dos referidos territórios, levou-se em consideração a sua dominação e apropriação pelos migrantes envolvidos, considerando aspectos sociais e econômicos das suas relações. Analisou-se, especificamente, as narrativas de migrantes da cidade de Barra do Garças, município que foi pioneiro e base da migração e ocupação do Araguaia compreendido no estado do Mato Grosso. Para isto, o trabalho utilizou-se do conceito de capital social, migrações, campo de oportunidades e territorialidades para operacionalizar as possíveis formações desses territórios.

O conceito de migração mostrado por Duhan evidencia muito o aspecto social da motivação dos migrantes que apresentam multifacetadas na sua decisão de migrar, não limitando somente ao aspecto econômico citado por Lewis e Singer, onde o foco da migração era a questão econômica.

Obviamente no Araguaia observou-se no processo migratório que fatores como o desejo de melhorar de vida, ou seja, melhores rendas, condições de trabalho e conforto familiar eram características que impulsionaram a região, porém os laços sociais e as redes foram os principais pilares para a migração. Este fator foi explícito no Araguaia, visto que pessoas de confiança, ou conhecidas eram uma importante fonte de informação para a decisão final de migrar. Somado a isto, também houveram fatores como: a finidade, a empatia dos grupos e o sentimento de pertencimento, para a permanência no local e inserção de sua cultura econômica nativa, ou seja, a materialização do Capital social dividido pelos grupos de migrantes. Portanto, a prática migratória observada no Araguaia confirma que os processos migratórios não vão se limitar a um deslocamento geográfico ou econômico, mas também aos laços sociais.

A materialização do Capital Social explicados por Putnan, Coleman e Bourdieu principalmente ao que se refere a identificação do outro consigo mesmo assumiu um

papel importante na formação territorial no Araguaia, gerando segregações no espaço, algo que foi bastante destacado nas entrevistas principalmente entre o grupo dos sulistas. Este grupo foi fortemente identificado pelos outros grupos, pela sua cultura específica, sentimento de pertencimento e um processo destacado por Bourdieu, que explica que quando o pertencimento de um grupo é muito forte, ele acaba se limitando somente aos seus vínculos sociais, característica que também foi destacada nas narrativas. Além disso, a confiança no pastor Norberto Schwuantes e a religião foram também destacados na decisão migratória e formação de territórios gaúchos no Araguaia. Já Putnan destaca o valor dos *networks* dentro do Capital Social que foi um pilar de migração bastante valorizado no grupo de migrantes paulistas, onde destaca-se a formação da fazenda Suiá-Missú e os corretores de terras paulistas, acabaram por segregar estes grupos no Mato Grosso.

Gilberto Velho evidencia que o “campo de possibilidades” é social e historicamente construído e que envolve aspectos culturais, o que foi confirmado pelos migrantes na decisão de migrar e principalmente na inserção de sua cultura econômica no Araguaia, visto que cada grupo de migrante em cada fase instaurou certa atividade começando pelo garimpo, a pecuária e a agricultura. Cada grupo viu como possibilidade uma melhora nas condições de vida, continuando com a sua atividade de origem, muitas vezes herdada de geração a geração. O conceito de campo de possibilidades e projetos de vida também ressaltam sua importância na construção da identidade, portanto, por meio das entrevistas foi possível perceber que essa herança cultural influenciada pelo campo de possibilidades e pelos projetos de vida dos migrantes acabou por fortalecer suas identidades no Araguaia, materializadas principalmente, como foi citado na atividade econômica inserida.

Como foi citado anteriormente, a pesquisa partiu do prévia histórica da formação territorial do Araguaia desde a década de 1940, neste sentido também destaca-se neste conceito que a formação territorial é a materialização da cultura do grupo que o habita, que foi fortemente observado no Araguaia, por meio das narrativas, principalmente na caracterização identitária de cada grupo e também nos dados secundários que apontaram claramente que a atividade econômica é um fator não somente de desigualdade social mas de formação de territorialidades, a origem, a cultura, relaciona-se intimamente com territorialidades, no caso dos sulistas existem até o que a população local chama de

cidades gaúchas, onde estas apresentam infraestrutura diferente e desenvolvimento socioeconômico relativamente maior que as outras sub-regiões.

O conceito de territorialidade também destacou-se para o entendimento dos conflitos que ainda são comuns no Araguaia, visto que territorialidade definida por Sack configura uma estratégia para uso e controle de pessoas e/ou recursos e o uso da sua área depende de quem a controla, essas relações de poder como mostra Haesbaert também são responsáveis pela formação de identidades, sendo assim, o fator terra ainda é fortemente marcado por disputas de poder, influenciado também pela identidade inserida em determinado território. Dentro deste conceito, também surge Lefebvre e sua distinção entre dominação e apropriação, em que o primeiro é o uso econômico ou funcional do território e o segundo a apropriação, uso simbólico e inserção cultural de um grupo dentro de um local.

No Araguaia, observou-se que a primeira intenção foi a dominação do espaço onde os grupos se deslocaram, visto que vieram para a colonização do local, mas devido ao fato que as migrações terem sido divididas em fases e grupos, estes se apropriaram do território inserindo sua cultura social e econômica. Portanto, pode-se entender que dominação e apropriação caminham juntas no processo de formação de territorialidade. Visto que o território deve ser compreendido, a partir daqueles que o constroem e que a sua identidade se constitui neste processo, constatou-se que o Araguaia, no seu período de colonização, foi marcado por fortes territorialidades. Todavia, estes foram enfraquecendo os seus contornos na paisagem cultural do Vale com o decorrer do tempo.

A presente investigação identificou a conformação de redes de origem atuando no local de destino dos migrantes, funcionando como suporte para os migrantes. Por meio das narrativas também foi possível perceber a influência do Estado nas fases migratórias, motivando a migração, facilitando financeiramente a compra de terras a determinados grupos. Nas falas mostradas no capítulo 4 também ficou explícito a caracterização de cada grupo de migrante, onde foi mostrado a visão de que cada um possui de si e do outro e como isso acabou por influenciar, na territorialidade, ou seja, a maneira como os grupos dominaram e se apropriaram do território, ou seja, como eles se territorializaram.

Por fim, o último objetivo que buscou compreender as motivações para a decisão de migrar, mostrou a necessidade de melhoria de vida da parte dos grupos do norte e nordeste, do aumento da riqueza da maioria dos componentes do grupo do Sudeste e a melhoria de vida e sentimento ligado a agricultura e o valor de se possuir terras observado no grupo sulista. Também foi possível identificar a forte influência das redes e dos laços familiares para a permanência e chegada destes migrantes no Araguaia.

Nesta pesquisa, elaborou-se a hipótese de que: o local de origem dos migrantes foi um fator determinante para a configuração das suas redes sociais e econômicas permanecerem restritas aos seus grupos de origem, configurando assim, diferentes territorialidades. Levando em consideração a teoria de que as territorialidades podem ser temporárias ou permanentes, depende da cultura inserida pelo grupo que o habita, entendeu-se que a hipótese foi parcialmente confirmada. Para verificar a hipótese analisou-se as narrativas dos entrevistados buscando características de cada grupo, levando em consideração características presentes em suas dimensões sociais, culturais, econômicas, dados secundários e também os condicionantes da migração que nesta pesquisa pode-se resumir em três: a busca por melhores condições de vida aliada à fuga da pobreza, programas desenvolvimentistas e programas colonialistas.

Verificou-se então que, a partir dos dados secundários e das narrativas que as territorialidades são fortemente percebidas através da sua dominação, ou seja, no que se refere a atividade econômica, que permanece intrínseca a cultura de origem de cada grupo. Deve-se levar em consideração na dominação do território a origem e tradição familiar, em outras palavras, as narrativas permitiram perceber que o migrante trouxe para o Araguaia a atividade que aprendeu a exercer com a sua família no seu local de origem. Já o local onde os grupos inserem sua atividade econômica teve interferência das redes durante o processo de migração, estas redes e no capital social formado no decorrer do processo migratório, alicerçadas em informações de pessoas conhecidas e próximas aos migrantes, como família, amigos, corretores de vendas, juntamente com os programas de desenvolvimento e colonizadores foram responsáveis por situar os migrantes em determinadas regiões e cidades do Araguaia, onde existe até hoje como foi mostrado no trabalho “cidades gaúchas” e “região dos baianos”.

Atualmente as territorialidades aparecem de maneira fluida como lugares frequentados, o modo de falar, reunião de grupos, casamentos, nível educacional de

cada grupo, religião e alimentação. Sem dúvidas o grupo que mais afirma a sua territorialidade no Mato Grosso é o gaúcho, que teve destaque nas narrativas coletadas, devido as suas características específicas. Este grupo ainda permanece com a sua tradição como o local de encontro no “Bar do Mário” onde há o churrasco gaúcho e também os Centros de Tradições Gaúchas, local onde é divulgada a cultura gaúcha, todavia ressalta-se que em Barra do Garças está inativo, porém nas cidades gaúchas permanecem ativos. Além do churrasco típico da região também apareceu o chimarrão e o sotaque, que mesmo após anos de moradia no Mato Grosso permanece forte. Outro fator intrínseco a este grupo foi a grande solidariedade existente entre eles, que permitiram com que muitos chegassem ao Mato Grosso com um pouco mais de conforto emocional. A religião e um grupo oriundo de migrantes europeus acabaram por afirmar ainda mais sua identidade e solidariedade. O casamento também foi citado como um fator de afirmação de identidade no grupo dos gaúchos, porém não foi um muito forte no Vale do Araguaia, pois as entrevistas mostraram que os gaúchos se casavam entre outros grupos e hoje existe uma mescla bem grande entre os filhos dos migrantes.

Além do grupo de sulistas, os nordestinos também tiveram destaque relativo a sua localização no Vale do Araguaia como um todo, mais precisamente no Baixo Araguaia e em Barra do Garças onde permanece uma aglomeração na sua primeira rua, onde habitam os filhos dos pioneiros da Barra, neste caso os garimpeiros do norte e nordeste e também por meio do grupo folclórico da cidade que está ativo e organiza a festa anualmente. Porém, foi possível perceber que o grupo já não investe na cultura folclórica da sua região, visto que atualmente o evento se tornou uma maneira de promover a cultura de danças brasileiras de todos os gêneros musicais na cidade, perdendo assim o seu objetivo inicial de compartilhar a cultura folclórica nordestina e nortista.

Concluiu-se, portanto, neste trabalho, que à medida que as gerações se sucederam a tradição cultural de cada grupo tendeu a diminuir o seu fechamento sobre si mesma. Contudo, foi possível se perceber, também, que as marcas do passado na demarcação dos territorialidades permanecem presentes. Esta pesquisa permitiu identificar que durante o processo migratório, pós década de 1960, as redes sociais formadas entre os migrantes e os estabelecidos contribuíram para a reterritorialização dos

mesmos no seu local de destino, formando cidades, bairros e ruas marcados pela predominância de pessoas de determinado local de origem. Todavia, estas territorialidades parecem tender a se reconfigurarem, em função dos mesmos dependerem da cultura dos grupos sociais que o habitam, as quais apresentam-se em processo de interação intercultural, seja através dos casamentos, dos lugares de lazer frequentados, das festas, das escolas. Sendo assim, a hipótese da existência dos territorialidades ainda na atualidade foi parcialmente confirmada pois, apesar de ainda se verificar a existência de territórios com supremacia da presença de grupos específicos, os mesmos já não se encontram extremamente restritos aos seus grupos de origem.

Para finalizar, a contribuição desta pesquisa para a Extensão Rural é a importância de um estudo sociológico antes de implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de uma determinada região, visto que no Araguaia desenvolveu-se territorialidades econômicas, devido a políticas públicas implementadas no local, voltadas para grupos de migrantes com características específicas, o que acabou gerando uma segregação sócio-espacial, apropriação, mas principalmente dominação do espaço e também desigualdade socioeconômica em determinadas regiões do território.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Revista Economia Aplicada, Vol. IV: 379-397, nº 2. Abr-Jun de 2000.

ARRAIS, T. A. **O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional**. XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Universidade Federal de Goiás. 21 a 25 de maio de 2007. Belém - Pará – Brasil.

ALVES, E. R. **Pierre Bourdieu: A distinção de um legado de práticas e valores culturais**. Soc. estado., Brasília, v. 23, n. 1, p. 179-184, Apr. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922008000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000100009>.

ASSOCIAÇÃO XINGU ARAGUAIA- AXA. Economia Regional. Disponível em: <<http://www.axa.org.br/xingu-araguaia/impactos-sociais/>>. Acesso em 10 nov. 2014.

AZEVEDO, C. L. de. **Jeca Tatu, Macunaíma, a preguiça e a brasilidade**. P166. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

BALDIN, N; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 329-341. Nov de 2011.

BAUMAN, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BILÉGO, A. P. C. **Memórias de um Pau de Arara: um batelão de história**. Mato Grosso. 2009

BINI, D. **A territorialização da pecuária de corte no oeste paulista**. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011. pp. 1-13

BOAS, O. V.; BOAS, C. V. **A epopeia da Expedição Roncador Xingu**. Companhia das letras. São Paulo. 2012

BONFANTI, G. **A Expansão da agricultura moderna e a (re)estruturação do espaço em Nova Xavantina - MT**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Dissertação de mestrado em Geografia. 2006.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1987

BOURDIEU, P. **Le capital social**. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 3, Paris: Le capital social. p. 2-3. Janvier 1980.

- BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CANAVARROS, O. B.; MELO, M. C. de e DORILEO, I. L. Intensidades energéticas nas mesorregiões de Mato Grosso. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 5, 2004, Campinas. **Proceedings online...**Disponível em:http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022004000200009&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 25 Fev. 2015.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.
- CERNEA, M. **El conocimiento de las ciencias sociales y las políticas y los proyectos de desarrollo**, in CERNEA, M. Primero la gente: variable sociológicas en el desarrollo rural. México D.F.: Fondo de Cultura Económica/ Economía Contemporánea, 1995.
- CHAUL, N. F. **A identidade cultural do Goiano**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 63, n. 3, July 2011. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000300016&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Mar. 2016.
- COLEMAN, J. S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. The American Journal of Sociology, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, pp. S95-S120 Published by: The University of Chicago Press, 1988
- CORRÊA, R. L. T. GUIRAUD, L. **Possibilidades e limites de história de vida por meio de depoimentos orais na história da formação de professores**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 28, p. 671-687, set./dez. 2009
- COSTA, F. R. QUEIROZ, P. F. **“O Sertanejo” De José De Alencar: Uma Leitura Da Formação De Um Estilo De Vida Social**. Revista Homem, Espaço e Tempo Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA 2012
- CUNHA, A. S. da. **Algumas abordagens teóricas sobre migração, suas complementaridades, ambiguidades, diferenças e incompletudes**. 2005
- CRESPI, F. **Manual de sociologia da cultura**. (p 13 a 31). Editorial Estampa. Lisboa: Editorial Estampa 1997.
- DELGADO, N. G. **A agricultura nos planos de desenvolvimento do Governo Federal: do Plano Trienal ao III PND**. In Benneti, M.D. (org.). Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul. 2ª ed., Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- DELUCI, L. A. S. M.; PORTELA, C. de A. **MARÁIWATSÉDÉ: MEMÓRIA DE LUTA, RESISTÊNCIA E CONQUISTA**. Natal/RN: XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social. Jul. de 2013.
- DIAS, F. C. **Mineiridade: Construção E Significado Atual**. Revista CL & Tróft, Recife, 13(7): 73-89, jarL/jua, 1985.

- DURHAM, E. **A caminho da cidade**. Editora Perspectiva, 1984
- FAWCETT, J. T. **Networks, Linkages, and Migration Systems**. **International Migration Review**, Vol. 23, No. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's (Autumn, 1989), pp. 671-680. Published by: The Center for Migration Studies of New York
- FERNANDES, D. **TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: Algumas contribuições de Raffestin**. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, Vol. II, Nº 4. p. 59-68. Jul-Dez 2009.
- FROELICH, J. M. A (RE) **Construção de identidades e tradições: O rural como tema e cenário**. *Revista Antropológica*, Niterói, n.14, p-117-132. sem. 2003.
- GALVÃO, A.R.G. et al. **O Território e a Territorialidade: contribuições de Claude Raffestin** In SAQUET, M.A.; SOUZA, E.B.C. de. (Orgs.) **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular. p.33-46. 2009.
- GALVÃO, M. E. C. G. **A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Jul. de 2011
- GARBIN, V. H. e SILVA, M.J. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Fundação Cândido Rondon- **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL TERRITÓRIO BAIXO ARAGUAIA – MT**. Araguaia. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio019.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- GERMANI, G. **Sociologia de la modernization.**, Buenos Aires, 1970.
- GODOY, J. H. A. **Os Nordestes de Freyre e Furtado**. *Política & Sociedade - Florianópolis* - Vol. 12 - Nº 24 - Mai./Ago. de 2013. P.61 – 88
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal de Fluminense. p. 293. 1997
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Ed. Bertrand Brasil Rio de Janeiro. 2007.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Editora Contexto/Eduff, 2002.
- HALL, S. (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade** (11ª. Edição). São Paulo: DP&A.
- HAQ, M. U. (1995a), (2003). **The Human Development Paradigm**. S. Fukuda-Parr and A.K. Shiva Kumar, *Readings in Human Development*, Oxford University Press, New Delhi.
- HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.122-4.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Barra do Garças**. Disponível em:<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510180&search=mato-grosso|barra-do-garcas> Acesso em: 17 de Julho de 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em: 17 de Julho de 2015

Instituto Socioambiental – **Histórico da ocupação do entorno do Xingu**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/soja/8.shtm> Acesso em: Nov de 2015

ÍNDICE DE GINI. Vale do Araguaia. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginimt.def>. Acesso em 26 de abril de 2016

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

LEWIS, W. A. **El desarrollo economico con oferta ilimitada de trabajo**. in AGARWALA A. N., SINGH S.P., *La economia Del subdesarrollo*, Editorial Tecnos, Madrid, 1963.

LIMA, R. A. **TRABALHO, FAMÍLIA, AMIGOS: Construções de Identidade de um Migrante Nordeste no Rio de Janeiro em Entrevista de Pesquisa**. 113p. Dissertação de mestrado- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008

LINO, K.D.: **O Direito Agrário e os Conflitos pela Terra na Região Nordeste de Mato Grosso**. 2011.

LITTLE, P. E. **Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização**. *Revista História*, v. 2, n.4. 1994.

LITTLE, P. E. **TERRITÓRIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL: por uma Antropologia da territorialidade**. Universidade Federal de Brasília: Série Antropologia. 2002

LOBO, C.; MATOS, R. **Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles Brasileiras**. São Paulo: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol. 28, nº 1. Jan-Jun de 2011

MACHADO, M. C. T. **(Re)significações culturais no mundo rural mineiro: o carro de boi —do trabalho ao festar (1950-2000)**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 25-45 – 2006

MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais- aplicação nos estudos de transferência da informação**. *Ci. Inf.*, Brasília, v.30, n. 1, p.71-81, jan./abril. 2001.

MARTELETO, R. M. E SILVA, A. B. E O. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Brasília: *Ciência da Informação*, Vol.33, nº3, p. 41-49. Set-Dez de 2004. ISSN 1518-8353

MARTELETO, R. M. **Redes Sociais, Mediação e Apropriação de INFORMAÇÕES: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação**. *Pesq. bras. ci. inf.*, Brasília, v.3, n.1,p.27-46, jan./dez. 2010

MARTINS, J. de S. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil.** In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.6, p. 1-25, 1994.

MASSEY, D. et al. – **The social organization of migration, in Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico.** Berkeley, University of California Press, 1990, pg.139-171

MASSEY, Douglas S, ARANGO, Joaquin; HUGO, Graeme; KOUAOUCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. **Theories of international migration: A review and appraisal.** Population and Development Review, Vol. 19, Nº 3. p. 431-466. Sep. 1993

MASSEY, Douglas S. **Why Does Immigration Occur?: A Theoretical Synthesis.** In HIRSCHMAN, Charles; KASINITZ, Philip; DEWIND, Josh, (eds). **The Handbook of International Migration: The American Experience.** New York: Russell Sage Foundation. p. 34-52. 1999

MELUCCI, A. **Um objetivo para os Movimentos Sociais.** Lua Nova, n. 17, jun. 1989

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde.* 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MONAYO, Eduardo Estrada. **El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo.** 2004

MORENO, G. O processo histórico de acesso a terra em Mato Grosso. GEOSUL, Florianópolis, v.14, n.27, p.67-90, jan./jun. 1999.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. **Um ensaio sobre as causas e características da migração.** Mimeo. 2002

NASCIMENTO, Alessandro Matos do. **BARRA DO GARÇAS, DAS PEDRAS AOS GRÃOS: uma história de migrações e ocupações (1960-80).** Goiânia: II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG. Set. de 2009. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_Alessandroascimento.pdf> Acesso em: Nov de 2015

NASCIMENTO, A. M. Barra Do Garças, das pedras aos grãos: uma história de migrações e ocupações (1960-1980). 109 pág. Dissertação de Mestrado- Pontifícia Universidade Católica De Goiás – PUC/GO. Goiânia. 2010

OLIVEIRA, L. L. Do *Caipira Picando Fumo* a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. REVISTA USP, São Paulo, n.59, p. 232-257, setembro/novembro 2003

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo Perspec.** São Paulo , v. 19, n. 4, Dec. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Fev. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000400009>.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp. 1999.

OLIVEIRA, R. B. A "**comunidade imaginada**" Bahia e a publicidade da bahiatura: um enfoque sobre o estereótipo da Preguiça. Caderno Virtual de Turismo. ISSN: 1677-6976 Vol. 6, N° 3. 2006

PARANÁ, D. **O Filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula**. São Paulo: Ed. Xamã. 1996

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS working papers. 2004

PLEIN, I.T.T. et al. **Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack** In: SAQUET, M.A.; SOUZA, E.B.C. de. (Orgs.) **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular. p.47-66. 2009

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, Vol. 5, nº 10, p. 200-212. 1992

PORTES, Alejandro. **Immigration theory for a new century: Some problems and opportunities**. International Migration Review 31 (4): 799–825. 1997

PORTES, Alejandro. **Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação**. Oeiras: Celta Editora. p. 172. Mai de 1999

Povos Indígenas no Brasil – **A Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/funai> Acesso em: 07 de Fevereiro de 2016

Povos Indígenas no Brasil – **Direito à diferença**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/constituicoes/direito-a-diferenca> Acesso em: 07 de Fevereiro de 2016

Povos Indígenas no Brasil – **Direitos constitucionais dos índios**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/constituicoes/introducao> Acesso em: 07 de Fevereiro de 2016

Povos Indígenas no Brasil – **Introdução**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/estatuto-do-Indio/introducao> Acesso em: 07 de fevereiro de 2016

Povos Indígenas no Brasil – **O Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protacao-aos-indios-%28spi%29> Acesso em: 07 de Fevereiro de 2016

PUTNAN, R. D. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. The American Prospect [Internet]. 1993;(13):35-42.

RAFFESTIN, Claude. Ecogénese territoriale et territorialité. In: AURIAC, F. 1986

_____. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988

_____. **Por uma geografia do poder**. In: Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. Tradução de: Pour une geographiedupouvoir. Paris: Litec, 1980. Tradução por Maria Cecília França.

RAVENSTEIN, E. G. **The Laws of Migration**. Journal of the Statistical Society of London, Volume XLVIII, Parte II. p. 167-227. Jun. de 1885

REINERT, M. (1990). Alceste, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de Gérard de Nerval. Bulletin de Méthodologie Sociologique, 26, 24-54

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes. 1982

RIBEIRO, I. C. **A reprodução ampliada no processo de colonização: O projeto Canarana Pioneiros Gaúchos no Norte Matogrossense**. 1985. 132f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, 1986

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, B. N. **“A trama do Drama”**. A trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde-MT. 07 dez. 2010. 236p. Tese de Doutorado- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro- JR.

ROSA, Juliana Cristina da Rosa. **Suiá Missú / TI Marãiwatséde: memórias na disputa pelo território**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana: VII Encontro Regional Sul de História Oral – “História oral e a Interação Latino-americana. 2013

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ª Ed. p. 93-101. 2002.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University. 1986.

SALIM, Celso Amorim. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. In: Brasília: VIII Encontro de Estudos Populacionais. 1992. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A07.pdf>> Acesso em: 05 de Março de 2014

SANCHES & GASPARINI. Origem dos dados: "Estudos de Realidade dos municípios" (EMPAER), entrevistas em 1999. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/soja/8.shtm>. Acesso em: 5 jan. 2016.


SANTOS, R. V. FLOWERS, N. M. COIMBRA JR, C. E. A. **Demografia, epidemias e organização social: Os Xavante de Pimentel Barbosa (Etéñitépa), Mato Grosso**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n1, p.141-173, jul. 2005.

SANTOS, Mauro Augusto dos. et al. **MIGRAÇÃO: UMA REVISÃO SOBRE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS TEORIAS**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2010

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **TEORIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS**. Caxambu: XII Encontro Nacional da ABEP, GT de Migração Sessão 3 – A migração internacional no final do século. Out de 2000

- SCHWANTES, N. **Uma cruz em Terra Nova. Scritta Oficina Editorial.** São Paulo.1989
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- SILVA, A. P. et al. **“Conte-me sua história”:** reflexões sobre o método de História de Vida. Revista Mosaico Estudos em psicologia. Vol. I, nº 1, 25-35. 2007
- SILVA, R. J. N. GARAVELLO, M. E. P. **Alterações nas Estratégias de Subsistência: O Caso dos Índios Brasileiros Xavantes.** Revista: Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(1): 32-48, 2009.
- SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo,** in in **Migração Interna,** Textos Seleccionados, tomo I, coordenador, MOURA, HÉLIO; Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.
- TILLY, C. *Transplanted Networks,* in YANS-Mc LAUGHLIN (ed.), Virginia, Immigration Reconsidered, NY, Oxford, Oxford University Press, 1990, p.79-95.
- TODARO, M. P.; HARRIS, J. R. **Migration, unemployment and development: a two-sector analysis.** American Economic Review, Vol. 60. p. 126-142. 1970
- VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.* 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003
- VELHO, G. **Individualismo e Cultura – Notas parra uma Antropologia da Sociedade Contemporânea.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 8ª ed. 2008
- VELLOSO, M. P. **A brasilidade verde e amarela: nacionalismo e regionalismo paulista.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro. vol. 6, n. 11, 1993, P. 89-1 t2.
- VIEIRA FILHO, J.P.B. et al. **Polineuropatia nutricional entre índios Xavantes.** São Paulo: Revista da Associação Médica Brasileira, Vol. 43, nº 1, p. 82-88, Jan-Mar. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42301997000100018&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 07 de Fev. 2016
- WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. **Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy.** World Bank Research Observer, Vol. 15 (2). 2000
- YATSUDA, Enid. **O caipira e os outros.** In: BOSI, A. (Org.) *Cultura brasileira.* São Paulo: Ática, 1992, p.103-13; HONÓRIO FILHO, Wolney. Algumas tonalidades sobre o homem do sertão: Cornélio Pires e Monteiro Lobato. *Boletim Goiano de Geografia,* v.13, n.1, p.11-27, jan./dez. 1993
- ZELIZER, V. A. **Economic lives: how culture shapes the economy.** Princeton, Princeton University Press. 2011.

Apêndice A

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL</p> <p>Roteiro Guia com as perguntas da entrevista em profundidade, de acordo com os objetivos (O1, O2, O3, O4 e O5) e a hipótese (H1).</p>
1-Qual sua origem? (OG e H1)
2-Quando você se mudou pro Araguaia?(O1 e OG)
3-Com quem você se mudou?(O1 e H1)
4-Qual foi seu incentivo para se mudar? (O4 e O1)
5-Houve mais pessoas da sua região que se mudaram para o Araguaia? (O1 e H1)
6-Quais eram as principais dificuldades que vocês passavam na sua terra natal? (O4)
7-Quais foram as principais dificuldades que vocês passaram quando chegaram?(H1)
18-Como você arrumou emprego quando chegou? Precisou da ajuda de alguém? (H2 e O3)
8-Quais eram seus sonhos? suas metas de vida? (O4)
9-Você conhecia alguém da sua região que se mudou pro Araguaia? (O1 e H1)
Qual a atividade econômica da(s) pessoa(s) que te ajudou/ ajudaram? (O1)
10-Quem te ajudou a se instalar quando você chegou? (O1)
11-O governo ajudava em alguma coisa as pessoas que chegavam no Araguaia? (O1)
12-Com o que você trabalhava na sua terra natal? (H2 e O3 e O2)
13-Com que você trabalhou ou tem trabalhado durante a sua vida aqui? (O1 e O3)
14-O que você esperava que iria acontecer na sua vida quando você veio pro Araguaia? (O4)
15-Você já sofreu algum tipo de preconceito pelo seu local de origem?(H1)
16-Foi difícil se relacionar com as pessoas daqui ou com pessoas de outros lugares que também vieram pra cá? Como é trabalhar/ fazer negócio com pessoas de outros lugares? E a convivência com estas pessoas é boa ou ruim? (O2)

17-Quando você chegou tinha amizade com mais pessoas da sua região ou com todo mundo em igual? (O1 e O3)
19-Você acha difícil a convivência entre sulistas, goianos e nordestinos? (O2 e H1)
20-Quais as principais dificuldades que vocês passam no Araguaia hoje? (H1)
21-Você acha que as outras regiões do Araguaia são melhores ou piores pra se viver? (O2 e O3, H2)

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **TERRA DE BOIS, MIGRANTES E ÍNDIOS: A formação dos territórios de identidade no Araguaia, pós-década de 60**. Nesta pesquisa pretendemos Identificar a partir da narrativa dos principais grupos de migrantes que se fixaram no território do Araguaia a partir da década de 60, “gaúchos”, “nordestinos” e “goianos”, a forma como se materializou os territórios de identidade no Araguaia Xingu. O motivo que nos leva a estudar é buscar compreender como se deu a chegada dos migrantes de várias regiões do Brasil nesta região do Araguaia, como eles se instalaram, como formaram as territorialidades e como desenvolveram esta região. Para esta pesquisa adotaremos a metodologia ou o procedimento principal para coleta de dados, que se baseia em uma entrevista de profundidade, esta se aproxima de uma conversa com o entrevistado que focam na recuperação das suas lembranças e memórias pessoais através da sua trajetória de vida. A pesquisa será gravada para que não se perca nenhuma informação e o nome será mantido em sigilo, os dados coletados serão utilizados somente nesta pesquisa. O tempo previsto de cada entrevista depende da disponibilidade do entrevistado. Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, tais pesquisas trazem a tona o passado dos entrevistados que compõem de alegrias e traumas que serão retomados, porém, caso algum entrevistado apresente algum comportamento negativo a pesquisa será cancelada no ato, para que o entrevistado não seja prejudicado psicologicamente. caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização ou acompanhamento psicológico disponibilizado pelo pesquisador.

O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será

arquivada pelo pesquisador responsável, em Barra do Garças-MT. e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **TERRA DE BOIS, MIGRANTES E ÍNDIOS: A formação dos territórios de identidade no Araguaia, pós-década de 60** de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Barra do Garças, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Lívia Quinquiolo
Rua Ladeira dos Operários n54, bloco D ap 903, Centro – Viçosa-MG
31-7513-4447
liviaqufv@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Viçosa
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
Cep: 36570-900 Viçosa/MG
Telefone: (31)3899-2492
Email: cep@ufv.br - www.cep.ufv.br